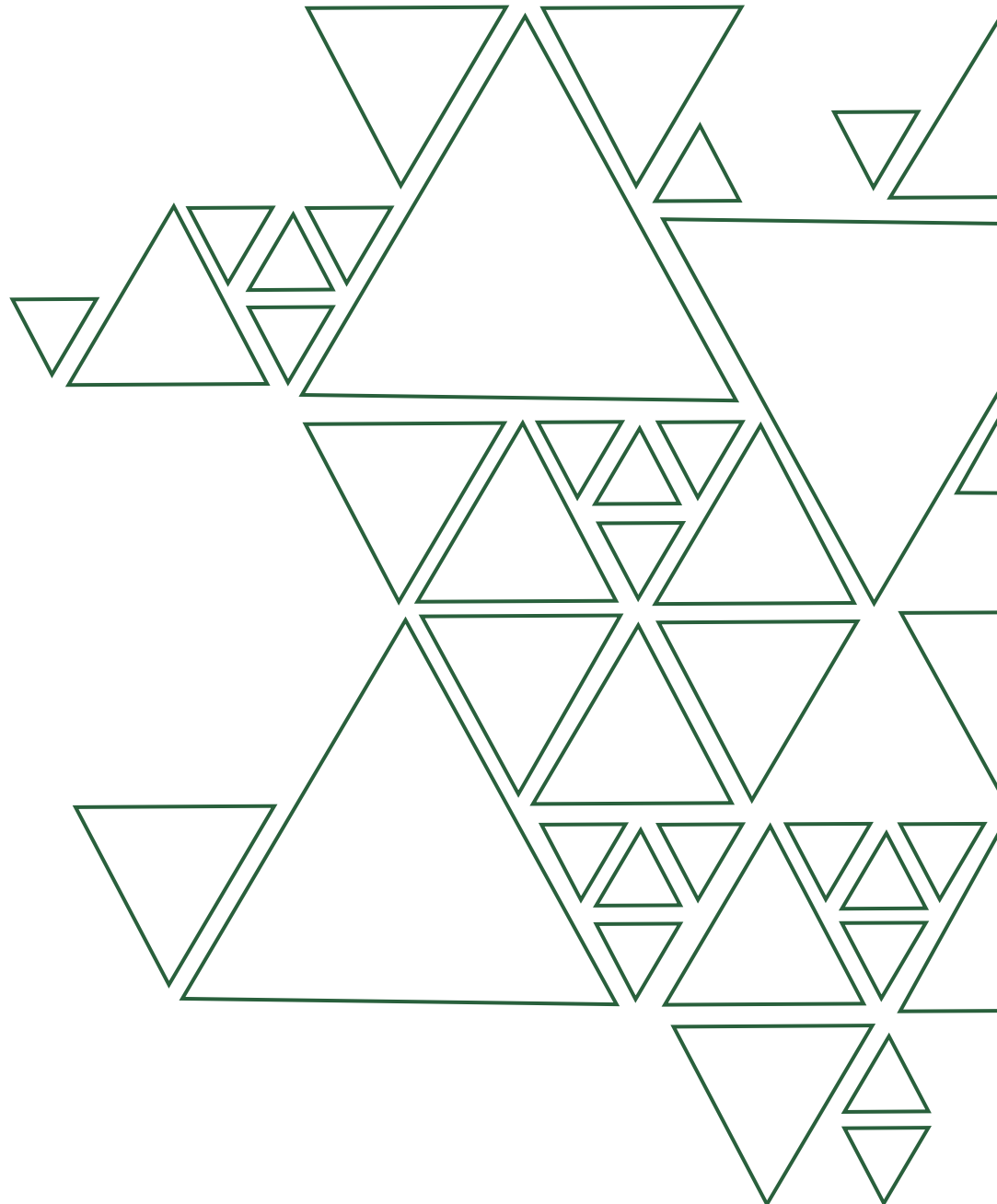
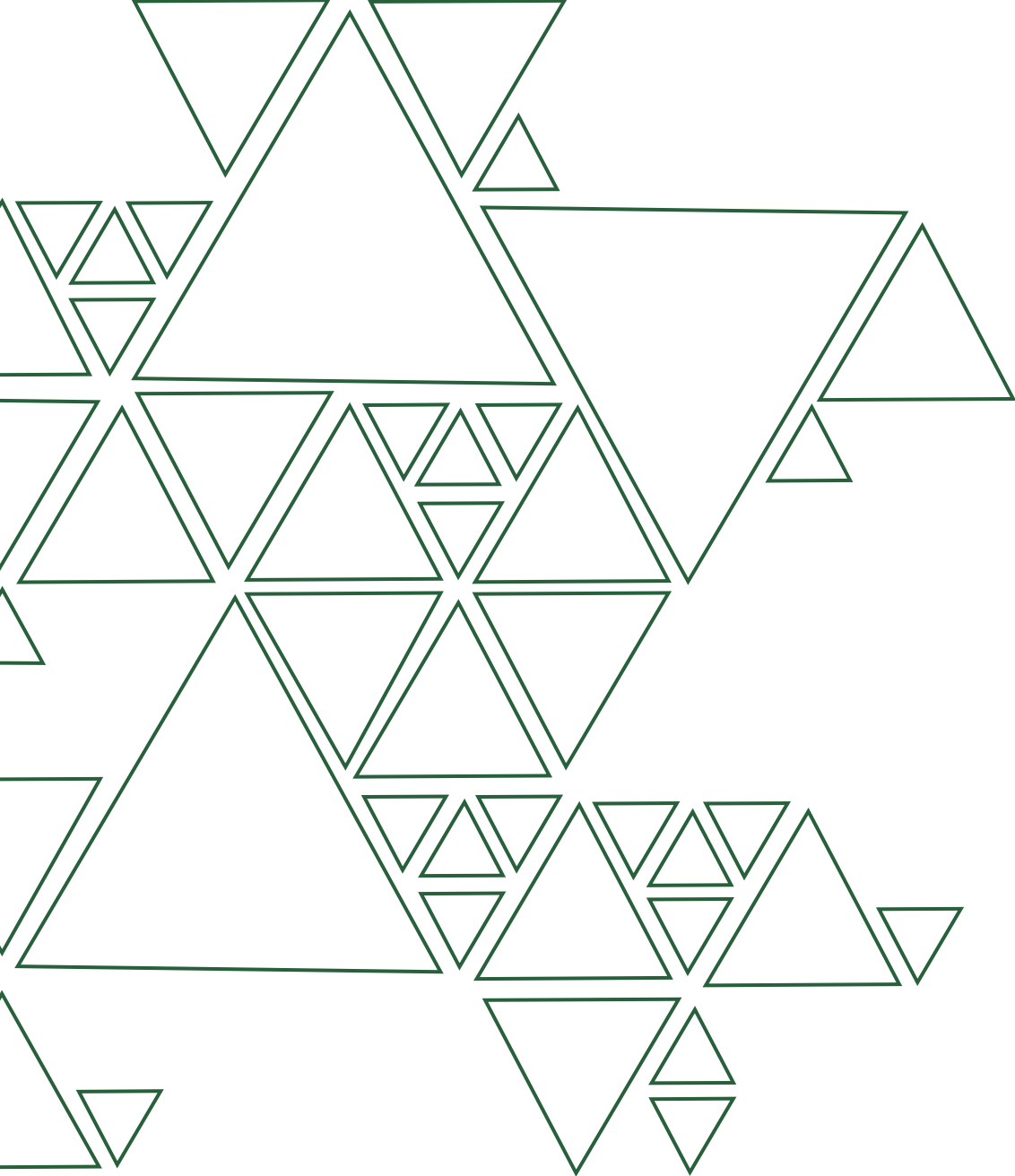




RELATÓRIO DE GESTÃO 2023 | 2025

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

► **Biênio 2023/2025**

Presidente

Desembargador Carlos Alberto França

Vice-Presidente

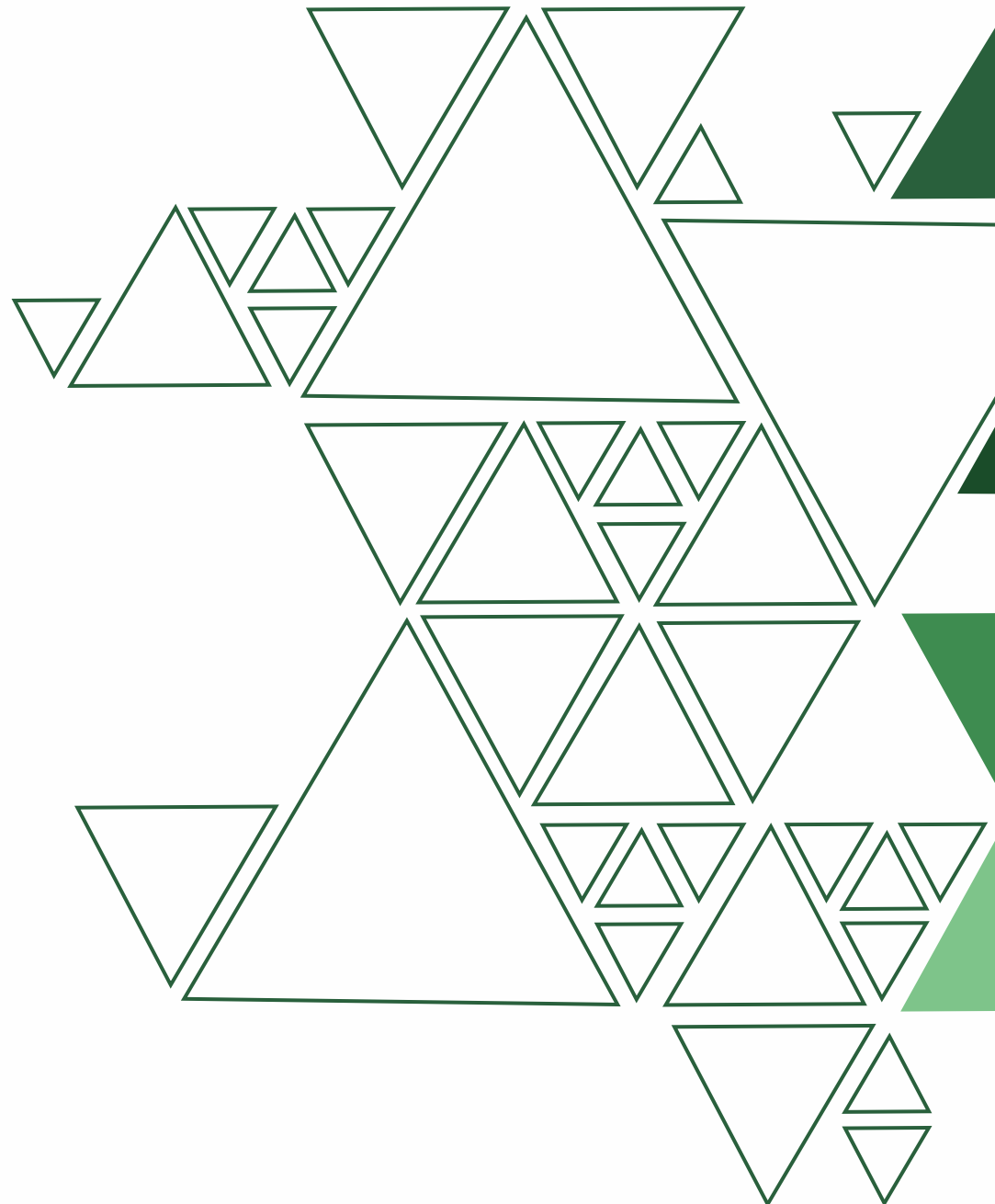
Desembargador Amaral Wilson de Oliveira

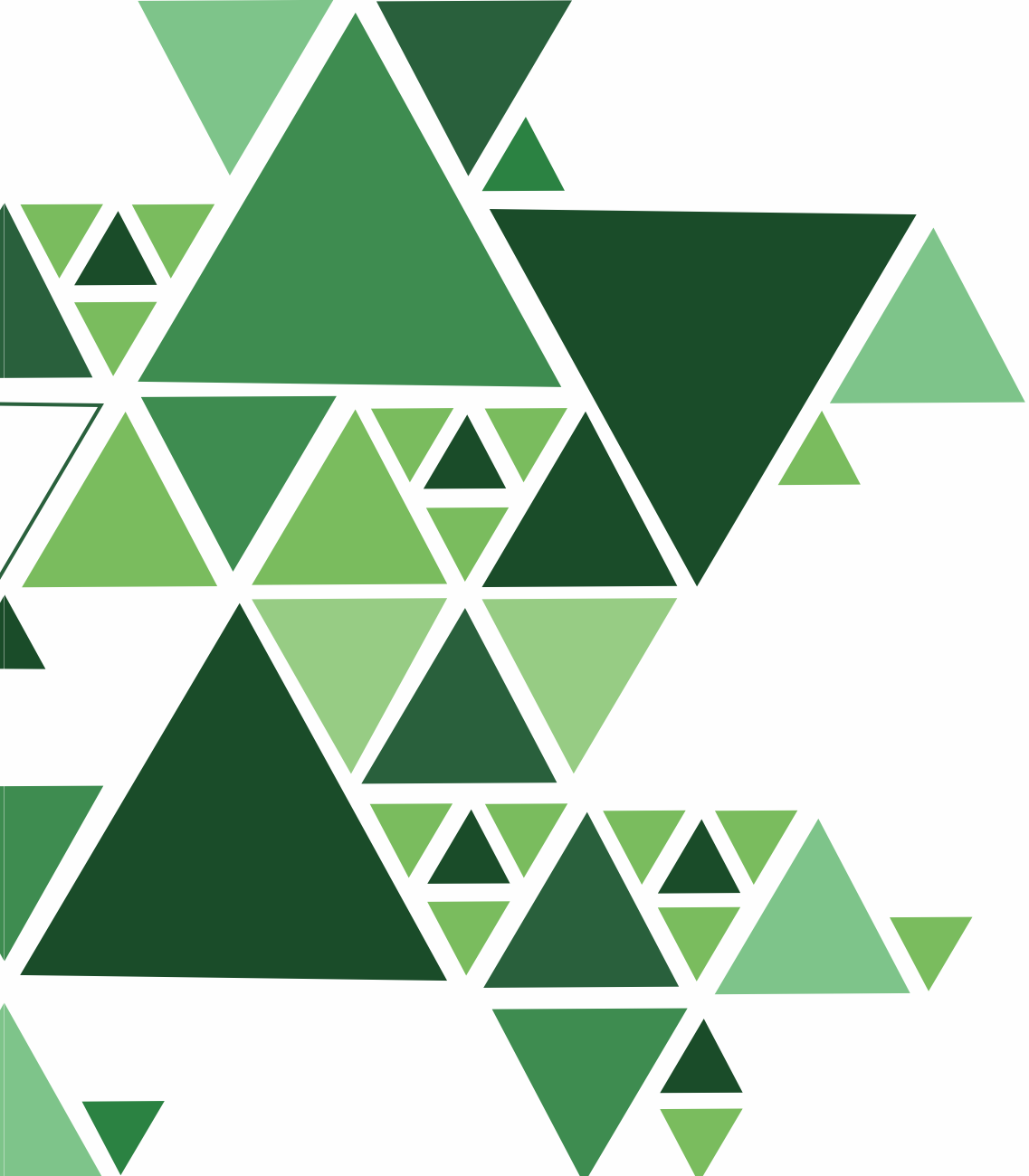
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Leandro Crispim

Ouidora do Poder Judiciário

Desembargadora Elizabeth Maria da Silva





RELATÓRIO DE GESTÃO 2023 | 2025

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G615r Goiás. Tribunal de Justiça.
Relatório de Gestão da CGJGO: biênio 2023/2025 / Corregedoria-Geral da
Justiça do Estado de Goiás - CGJGO. – Goiânia: TJGO, 2025.

126 p. : il. color.

1. Relatório de gestão. 2. Planejamento. 3. Corregedoria.
4. Gestão estratégica. 5. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
I. Título.

CDD: 340

Catálogo na publicação:
Hellen Qualto Muniz – CRB 1/3398

DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei Federal nº 9.610/1998) é crime estabelecido pelo art. 184 do Código Penal.

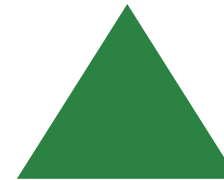


Impresso no Brasil
Disponível também para download:
<https://corregedoria.tjgo.jus.br>



Sumário

11	Palavra do Corregedor
15	Introdução
16	Propósitos <ul style="list-style-type: none">Atributos de ValorMissãoVisão
18	Divisão Judiciária
23	Plano de Gestão 2023/2025 <ul style="list-style-type: none">MacrodesafiosMapa EstratégicoMapa de Metas
24	Mapas
27	Relatório de Gestão
29	Perspectiva Sociedade <ul style="list-style-type: none">Metas 1 a 3
65	Perspectiva Processos Internos <ul style="list-style-type: none">Metas 4 a 8
95	Perspectiva Aprendizado e Crescimento <ul style="list-style-type: none">Metas 9 e 10
111	Mensagens Finais <ul style="list-style-type: none">Equipe da CGJGO
121	Considerações Finais <ul style="list-style-type: none">Expediente







Equipe Administrativa

Biênio 2023/2025

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Desembargador Leandro Crispim

Juizes Auxiliares da Corregedoria

Gustavo Assis Garcia

Ricardo Silveira Dourado

Soraya Fagury Brito

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

Secretário-Geral da Corregedoria

Gustavo Machado do Prado Dias Maciel

Diretor de Planejamento e Programas

Clécio Marquez

Diretor de Tecnologia da Informação

Domingos da Silva Chaves Júnior

Diretor de Correição e Serviços de Apoio

Sérgio Dias dos Santos Junior

Assessora Jurídica

Gisele Gondim Teixeira

Assessor de Orientação e Correição

Ubiratan Alves Barros

Secretária-Executiva

Cremilda Rodrigues da Silva

Divisão de Protocolo e Gerenciamento de Sistemas

Isabel Maria da Silva Ferreira





Palavra do Corregedor

Ao encerrar o biênio 2023/2025, apresento o Relatório de Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), com a convicção de que nossa atuação honrou o compromisso de fortalecer o Poder Judiciário, promover a excelência na prestação jurisdicional e ampliar o acesso integral à Justiça.

Desde o início, propomo-nos a realizar um trabalho planejado e alinhado às metas e às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem assim pelo Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). “Realizar Justiça é a Nossa Missão”, esse mote que sintetiza a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, foi o lema que observamos ao traçar e executar nosso planejamento de trabalho.

Construir uma Justiça que não apenas resolva conflitos, mas também acolha, humanize, transforme e seja eficaz, com esse espírito que coaduna com o papel contemporâneo dos Órgãos Correicionais, percorremos todas as Regiões Judiciárias do Estado de Goiás. A cada passo, olhamos, ouvimos, dialogamos, orientamos, capacitamos, compartilhamos boas práticas, trocamos experiências, fortalecemos a confiança mútua, aprendemos. Em cada comarca visitada, identificamos demandas



locais, incentivamos a integração entre o Sistema de Justiça e a comunidade, celebramos avanços. Promovemos ações que modernizaram o Judiciário Goiano e reafirmaram nosso compromisso com uma justiça inclusiva.

Nesse caminho, atingimos a marca de 11 (onze) edições de Encontros Regionais, todos no formato presencial e com transmissão *on-line*. Lançamos o Gabinete Itinerante do Corregedor-Geral, o Programa RegularizAÇÃO, o projeto Corregedoria em Foco e, ainda, ferramentas como: a Plataforma de Atendimento Eletrônica da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás (PAE), o Sistema Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON), o Sistema de Prestação de Contas de Penas Pecuniárias da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás (SIPEC). Reestruturamos o Portal da CGJGO. Instituímos o Banco de Interinos e Interventores para o Foro Extrajudicial e promovemos a implementação e a estruturação da gestão do Banco de Peritos.

Visando ao aperfeiçoamento da prestação judicial e extrajudicial, bem como a integração com a sociedade, promovemos seminários, congressos, webinários, círculos de formação, capacitação das equipes interprofissionais forenses e audiências públicas. Editamos vários provimentos, manuais e guias práticos para padronização do trabalho.

A Corregedoria, em sua função orientadora e fiscalizadora, desempenhou, ademais, papel essencial no aperfeiçoamento da gestão administrativa. Procedemos 335 (trezentos e trinta e cinco) correições presenciais e 83 (oitenta e três) inspeções nas serventias extrajudiciais vagas para apuração do recolhimento do excedente do teto. No que tange às “Correições Ordinárias Periódicas do Foro Extrajudicial dos Diretores de Foro”, foram inspecionadas 100% das serventias extrajudiciais.

Realizamos a investidura de 129 (cento e vinte e nove) cartorários que efetivamente entraram em exercício. Merece ressaltar, outrossim, a realização de 177 (cento e setenta e sete) inspeções no Foro Judicial (correições, visitas correicionais e vitaliciamento). Intentamos, assim, assegurar que as serventias judiciais e extrajudiciais operassem com eficiência e alinhadas aos padrões exigidos.

Outra conquista notável foi o atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ relacionadas com a priorização do julgamento de processos relativos à improbidade administrativa, aos crimes contra a administração pública e de processos de competência do Tribunal do Júri.

Durante este biênio administrativo, na seara social, o Programa “Registre-se!”, em suas duas edições, foi um marco na promoção da cidadania, ao levar documentação básica e serviços essenciais a populações vulneráveis, como povos originários, pessoas em situação de rua e detentos. O Programa Pai Presente, por sua vez, realizou mais de 10 (dez) mil atendimentos, consolidando-se como um instrumento essencial para assegurar o direito fundamental à filiação. Ante o sucesso do programa, lançamos o Pai Presente Volante, que tem levado o direito à identidade e à dignidade a milhares de crianças, adolescentes e adultos. Participamos ativamente dos projetos implementados pelo Tribunal de Justiça Goiano, tais como: Raízes Kalungas, Justiça Itinerante, Dignidade na Rua e Mais Justiça. Ainda no campo social, a Presidência desta Corte e a Corregedoria Goiana realizaram 69 (sessenta e nove) casamentos LGBTQIAPN+.

Na área de proteção, neste biênio, realizamos 08 (oito) edições do Programa Escuta, capacitamos profissionais e atendemos crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. No âmbito educacional, o Programa Pilares consolidou-se

como referência nacional em práticas restaurativas. Promovemos inúmeros círculos de construção de paz, formamos facilitadores e promovemos a cultura de paz em escolas e comunidades.

A retrospectiva ora empreendida não esgota as ações e projetos desenvolvidos ao longo deste biênio. Ao contrário, é apenas uma amostra do robusto e detalhado relatório final que se segue.

Os trabalhos foram intensos, porém gratificantes, principalmente por terem ensejado resultados que refletem o compromisso assumido no início desta gestão: avançar na construção de uma prestação jurisdicional com qualidade e eficiência, capaz de promover inclusão e humanização. Reconheço que muito trabalho nos aguardava, mas a união e o esforço coletivo nos permitiram superar os desafios e dar passos concretos nessa missão.

Sobrelevo minha gratidão e meu reconhecimento à Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, aos Juízes Auxiliares da CGJGO, aos Juízes Auxiliares da Presidência, aos Diretores de Área da CGJGO, ao Secretário-Geral da CGJGO, à Diretoria-Geral e de Tecnologia da Informação da Corte Goiana, à Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG) e à Coordenadoria da Mulher pela competência, profissionalismo, dedicação e apoio irrestrito.

Meu muito obrigado a todos os (as) magistrados (as), servidores (as), colaboradores (as) e demais membros do Sistema de Justiça e da comunidade que se uniram à Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás nesta trajetória de aprendizado, construção e trabalho. Obrigado acima de tudo por acreditarem, por se manterem ombreados.

Encerramos este ciclo com a mesma convicção de que o iniciamos: o trabalho conjunto, com a utilização de ferramentas tecnológicas, com foco no ser humano e no respeito à ordem constitucional, é o caminho para a construção de um Sistema de Justiça mais eficiente, acessível e humano.

Que este relatório seja fonte de inspiração para as gestões vindouras, incentivando-as a avançar com responsabilidade, sempre com o olhar voltado para o compromisso de bem servir à sociedade!

Com respeito e gratidão,

Desembargador Leandro Crispim

Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás







Introdução

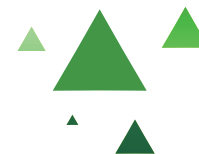
Com o objetivo principal de fortalecer a eficiência no desempenho das atividades correicionais, este relatório apresenta os principais resultados alcançados por meio da implementação de programas, projetos, ações e iniciativas decorrentes das metas definidas no Plano de Gestão Institucional elaborado para o biênio 2023/2025 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás. O aludido documento evidencia os frutos de um trabalho sério, íntegro e robusto, tendo a equipe alcançado 100% dos objetivos estratégicos estabelecidos no início da gestão, o que revela o comprometimento desta Corregedoria com a entrega de uma justiça eficiente e eficaz.

Os resultados refletem a dedicação e o trabalho conjunto das áreas e divisões da Corregedoria, apoiados por uma colaboração sinérgica entre Juízes Auxiliares e Servidores, posto que esses profissionais demonstraram incansável empenho na busca pela melhoria contínua dos serviços judiciais de primeiro grau e extrajudiciais, mantendo constante alinhamento com os demais setores administrativos do corpo diretivo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, cujo esforço conjunto evidenciou um espírito de cooperação essencial para a implementação de ações ágeis e proativas.

Vitórias significativas sempre são resultado do trabalho de muitas pessoas, e o corpo funcional desta Casa Censora reafirmou sua qualificação e alinhamento com os objetivos institucionais.

O relatório apresenta os resultados obtidos por meio dos indicadores estratégicos e destaca algumas das principais iniciativas institucionais, alinhadas aos seus objetivos, com o propósito de oferecer um atendimento de qualidade às demandas da sociedade goiana.

A conclusão das atividades correicionais nesta gestão marca o encerramento de um ciclo repleto de aprendizado, crescimento e sucesso institucional, porque evidencia a relevância da atuação deste Órgão Censor ao fiscalizar e orientar o desenvolvimento da prestação jurisdicional e a entrega do serviço extrajudicial, ao mesmo tempo em que aponta os caminhos a se seguir e os desafios a serem enfrentados no futuro.



Propósitos

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás orienta suas ações e realizações com base nos propósitos que fundamentam sua existência. Ela cumpre as expectativas que lhe são atribuídas ao consolidar uma estrutura organizacional alinhada à sua missão, visão e valores institucionais, que estão firmemente embasados em princípios específicos e bem definidos.



► Atributos de Valor

Os atributos de valor consistem no conjunto de princípios éticos que definem a essência da organização. Eles orientam seu código de conduta e servem como base sólida e confiável para a tomada de decisões, assegurando um direcionamento ético e consistente em todas as suas ações.

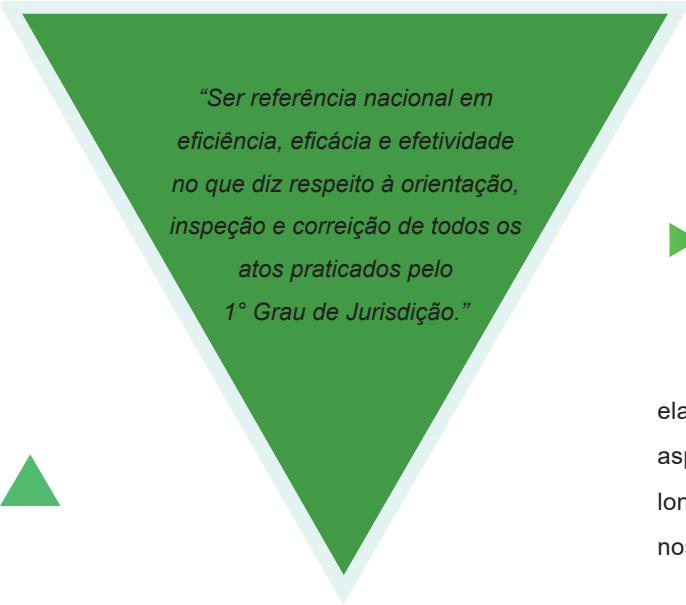



▶ Missão

A missão representa o propósito essencial de uma organização, refletindo sua razão de existir. Ela expõe as diretrizes fundamentais que norteiam o planejamento estratégico e projetam a visão de futuro da instituição.



“Trabalhar efetivamente para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, orientando, corrigindo e inspecionando as atividades judiciais e extrajudiciais, contribuindo para a excelência dos serviços prestados à sociedade.”



“Ser referência nacional em eficiência, eficácia e efetividade no que diz respeito à orientação, inspeção e correição de todos os atos praticados pelo 1º Grau de Jurisdição.”

▶ Visão

A visão descreve, de forma clara, a posição atual da organização e onde ela deseja estar dentro de um período determinado. Esse conceito traduz as aspirações institucionais ao delinear o cenário que se busca construir a médio e longo prazo. Funciona como um norte, estabelecendo o futuro desejado com base nos objetivos planejados.

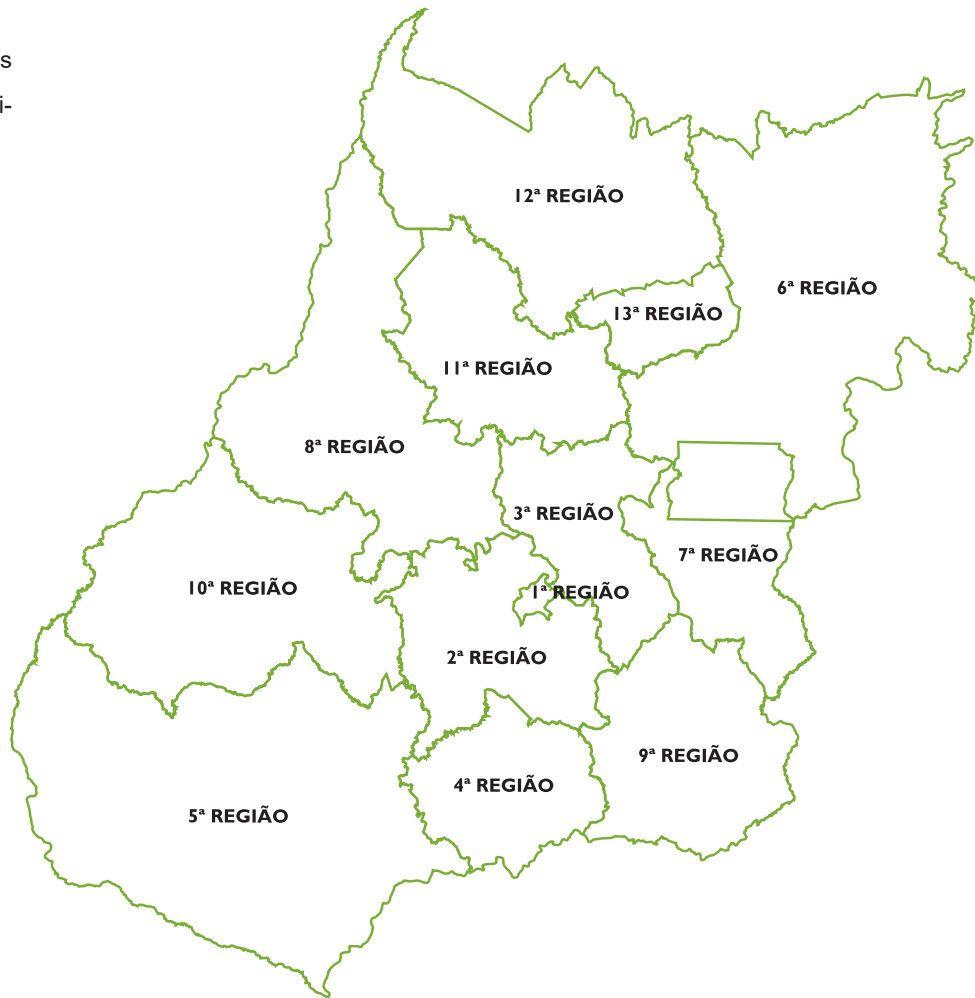


Divisão Judiciária

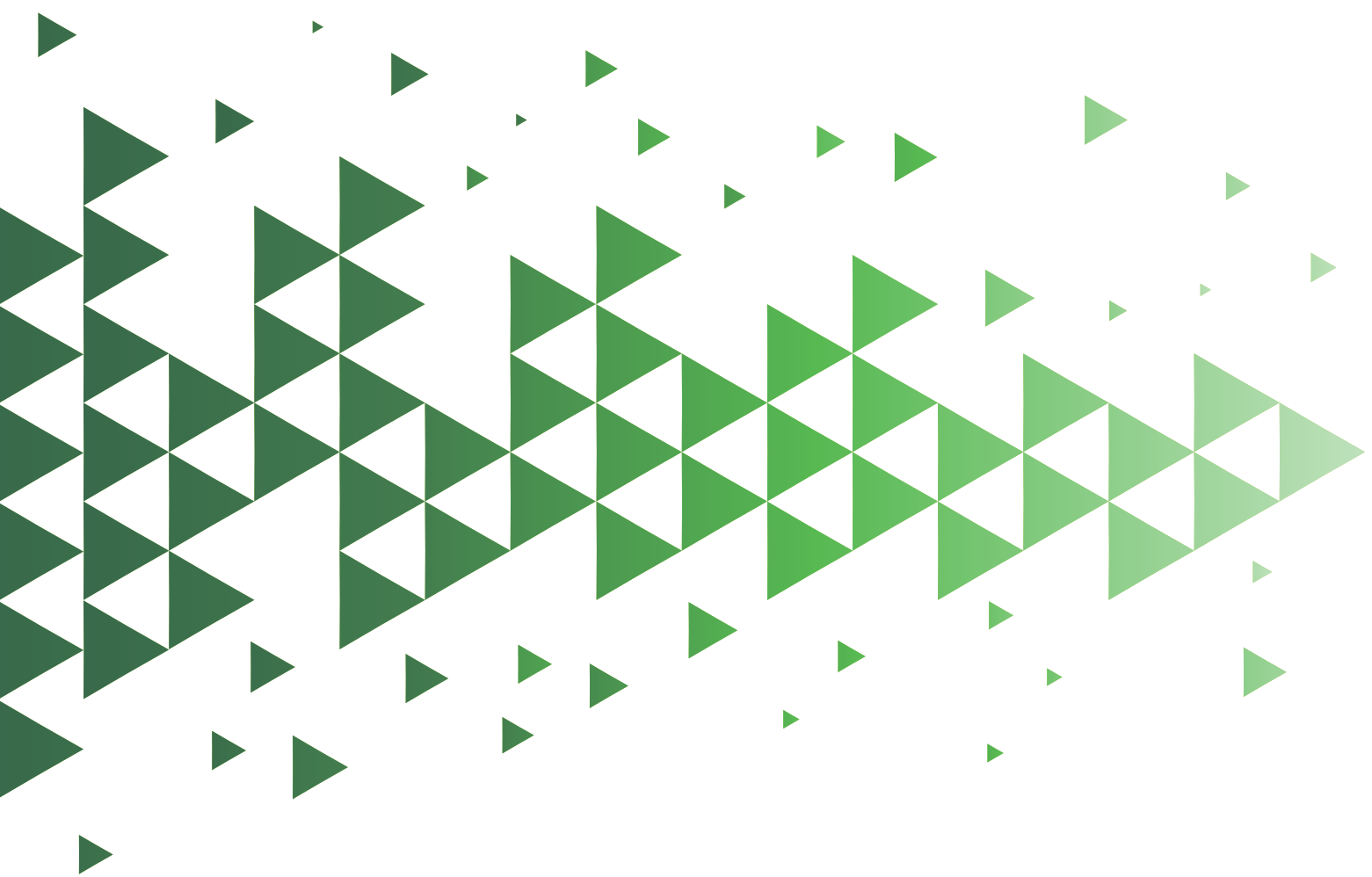
As Comarcas do Estado de Goiás estão divididas em 13 (treze) Regiões Judiciárias, de modo a propiciar uma melhor gestão e administração quanto à efetiva prestação jurisdicional pelo primeiro grau.

1ª REGIÃO	Goiânia (Comarca Polo)
-----------	------------------------

2ª REGIÃO	Anicuns Aparecida de Goiânia (Comarca Polo) Araçu Bela Vista de Goiás Edéia Firminópolis Goianira Guapó Hidrolândia Inhumas Jandaia Nazário Nerópolis Palmeiras de Goiás Piracanjuba Senador Canedo Trindade Turvânia Varjão
-----------	--



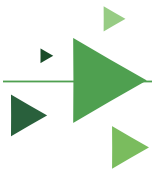
3ª REGIÃO	Abadiânia Anápolis (Comarca Polo) Cocalzinho de Goiás	Corumbá de Goiás Goianápolis Jaraguá	Leopoldo de Bulhões Petrolina de Goiás Pirenópolis	Silvânia Vianópolis
4ª REGIÃO	Bom Jesus Buriti Alegre	Goiatuba Itumbiara (Comarca Polo)	Joviânia Morrinhos	Pontalina
5ª REGIÃO	Acreúna Cachoeira Alta Caçu Itajá	Jataí Maurilândia Mineiros Montevídiu	Paranaiguara Quirinópolis Rio Verde (Comarca Polo) Santa Helena de Goiás	São Simão Serranópolis
6ª REGIÃO	Alto Paraíso de Goiás Alvorada do Norte Campos Belos	Cavalcante Flores de Goiás Formosa (Comarca Polo)	Iaciara Padre Bernardo Planaltina	Posse São Domingos
7ª REGIÃO	Águas Lindas de Goiás Alexânia	Cidade Ocidental Cristalina	Luziânia (Comarca Polo) Novo Gama	Santo Antônio do Descoberto Valparaíso de Goiás
8ª REGIÃO	Aruanã Goiás (Comarca Polo) Itaberaí Itapirapuã	Itapuranga Itauçu Jussara	Mossâmedes Mozarlândia Nova Crixás	Sanclerlândia Taquaral de Goiás Uruana
9ª REGIÃO	Caldas Novas (Comarca Polo) Catalão	Corumbaíba Goiandira	Ipameri Orizona	Pires do Rio Santa Cruz de Goiás
10ª REGIÃO	Aragarças Aurilândia Caiapônia	Fazenda Nova Iporá (Comarca Polo)	Montes Claros de Goiás Paraúna	Piranhas São Luís de Montes Belos
11ª REGIÃO	Barro Alto Carmo do Rio Verde Ceres	Crixás Goianésia (Comarca Polo)	Itapaci Rialma	Rubiataba Santa Terezinha de Goiás
12ª REGIÃO	Estrela do Norte Formoso	Minaçu	Porangatu (Comarca Polo)	São Miguel do Araguaia
13ª REGIÃO	Campinorte	Mara Rosa	Niquelândia	Uruaçu (Comarca Polo)



PLANO DE GESTÃO







Plano de Gestão

O Plano de Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) para o biênio 2023/2025 foi desenvolvido com base na Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021/2026. O documento definiu 10 metas principais para a Corregedoria, organizadas em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos, e Aprendizado e Crescimento. Essas metas estão alinhadas aos 12 macrodesafios estabelecidos na estratégia nacional do Poder Judiciário.

O objetivo central deste plano é atingir a excelência na prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais, em harmonia com a missão e visão institucionais, além dos valores adotados. Busca-se consolidar a imagem da Corregedoria como uma instituição acessível, confiável, ágil e eficaz, com foco constante na promoção da paz social.

▶ **MACRODESAFIOS**

Em alinhamento pleno com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a atual gestão da Corregedoria-Geral tem seguido fielmente os objetivos definidos no Plano Estratégico 2021/2026, bem como os Macrodesafios previstos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário para esse período.

Neste contexto, todos os programas, projetos, ações e iniciativas implementadas pela CGJGO têm como finalidade atender aos seguintes Macrodesafios: Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Relação Institucional entre o Judiciário e a Sociedade; Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Combate à Corrupção, à Improbidade

Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios; Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária; Melhoria na Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; e Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e da Proteção de Dados.

▶ **MAPA ESTRATÉGICO**

O Mapa Estratégico ilustra a conexão entre os objetivos estratégicos definidos e os Macrodesafios determinados pelo Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021/2026. Esse mapa é desenvolvido por meio da aplicação da metodologia de planejamento baseada na ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC), que, em tradução literal, significa “Indicadores Balanceados de Desempenho”. Essa abordagem tem como finalidade avaliar o cumprimento do plano e das metas por meio de indicadores mensuráveis, permitindo o monitoramento contínuo e a realização de ajustes necessários para alinhar as ações à estratégia estabelecida.

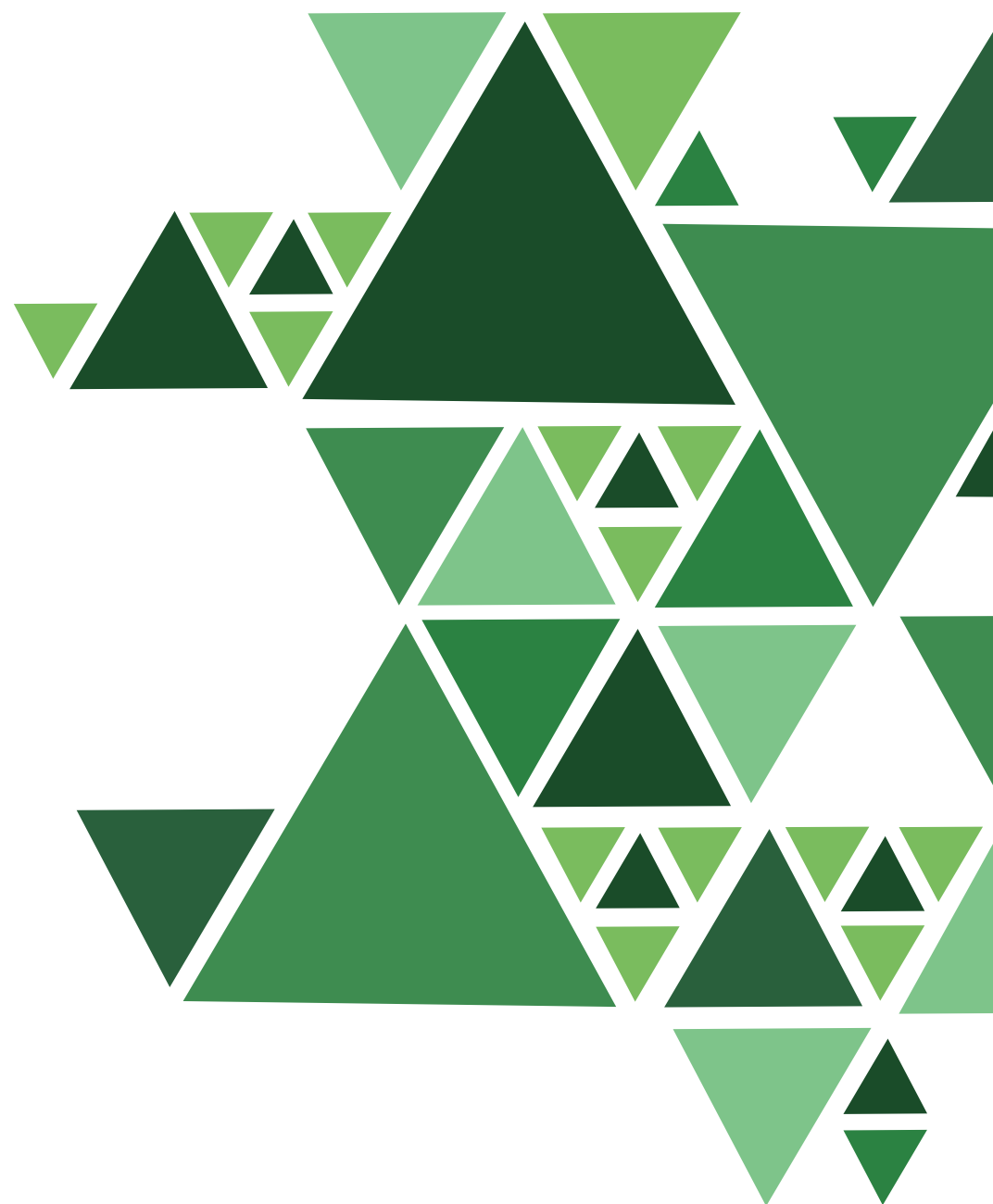
▶ **MAPA DE METAS**

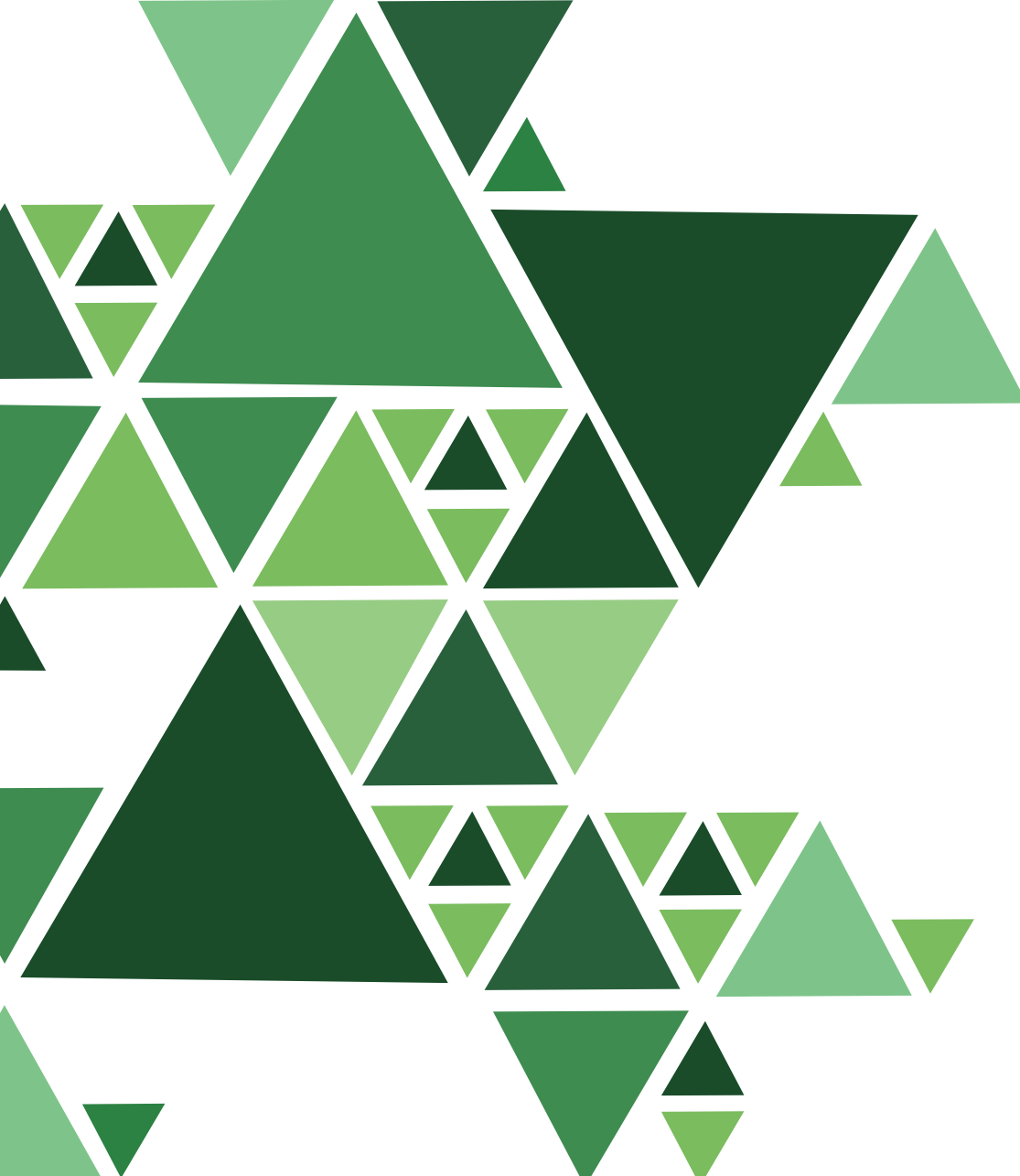
Já o Mapa de Metas apresenta de forma resumida as diretrizes estabelecidas como metas ao longo da gestão. Ele também indica o nível de execução alcançado em relação às proposições iniciais, conforme representado graficamente a seguir.



META 1	Constituir 12 ações que fortaleçam a relação interinstitucional do Poder Judiciário, voltadas ao acesso à justiça, proteção e promoção de direitos, além do necessário reforço das garantias fundamentais e do pleno exercício da cidadania, nos lindes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030 - ONU/CNJ)	100%
META 2	Promover 8 ações institucionais com o objetivo de priorizar o julgamento de processos judiciais relacionados à improbidade administrativa, aos crimes contra a administração pública, às ações ambientais, às ações da infância e juventude, ao feminicídio e a qualquer conduta delitiva que caracterize violência doméstica e familiar contra a mulher	100%
META 3	Desenvolver 8 iniciativas voltadas tanto ao aprimoramento dos serviços do foro extrajudicial, quanto à sistematização dos métodos de fiscalização e orientação, de modo que se inspecione todas as Comarcas do Estado de Goiás que não foram fiscalizadas nos últimos 5 anos	100%
META 4	Impactar na redução da taxa de congestionamento do 1º grau de jurisdição a partir do desenvolvimento de 6 ações específicas para tal fim	100%
META 5	Desenvolver 10 iniciativas estratégicas que impactem na qualidade, efetividade e celeridade das atividades desempenhadas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, em apoio à prestação jurisdicional no âmbito do 1º grau	100%
META 6	Implementar 6 ações com o intuito de aperfeiçoar os mecanismos de gestão e fiscalização do Foro Judicial	100%
META 7	Alcançar 100% de cumprimento quanto às metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, no pertinente às atividades correicionais a serem desenvolvidas ao longo deste biênio	100%
META 8	Constituir 4 iniciativas de aprimoramento e zelo da imagem institucional desta Corregedoria, com vistas a potencializar a divulgação dos programas contínuos, projetos e demais atividades	100%
META 9	Promover 10 ações de aperfeiçoamento para servidores e magistrados com foco no desenvolvimento de habilidades técnico-profissionais e relacionais, bem como de práticas socioambientais	100%
META 10	Desenvolver e implantar pelo menos 6 novos sistemas que contribuam para a melhoria da eficiência do 1º grau, do serviço extrajudicial ou desta Corregedoria, oferecendo maior apoio à gestão, ao cidadão e à fiscalização, sobretudo com a finalidade de garantir a qualidade dos serviços prestados ao jurisdicionado	100%

GRAU DE CUMPRIMENTO



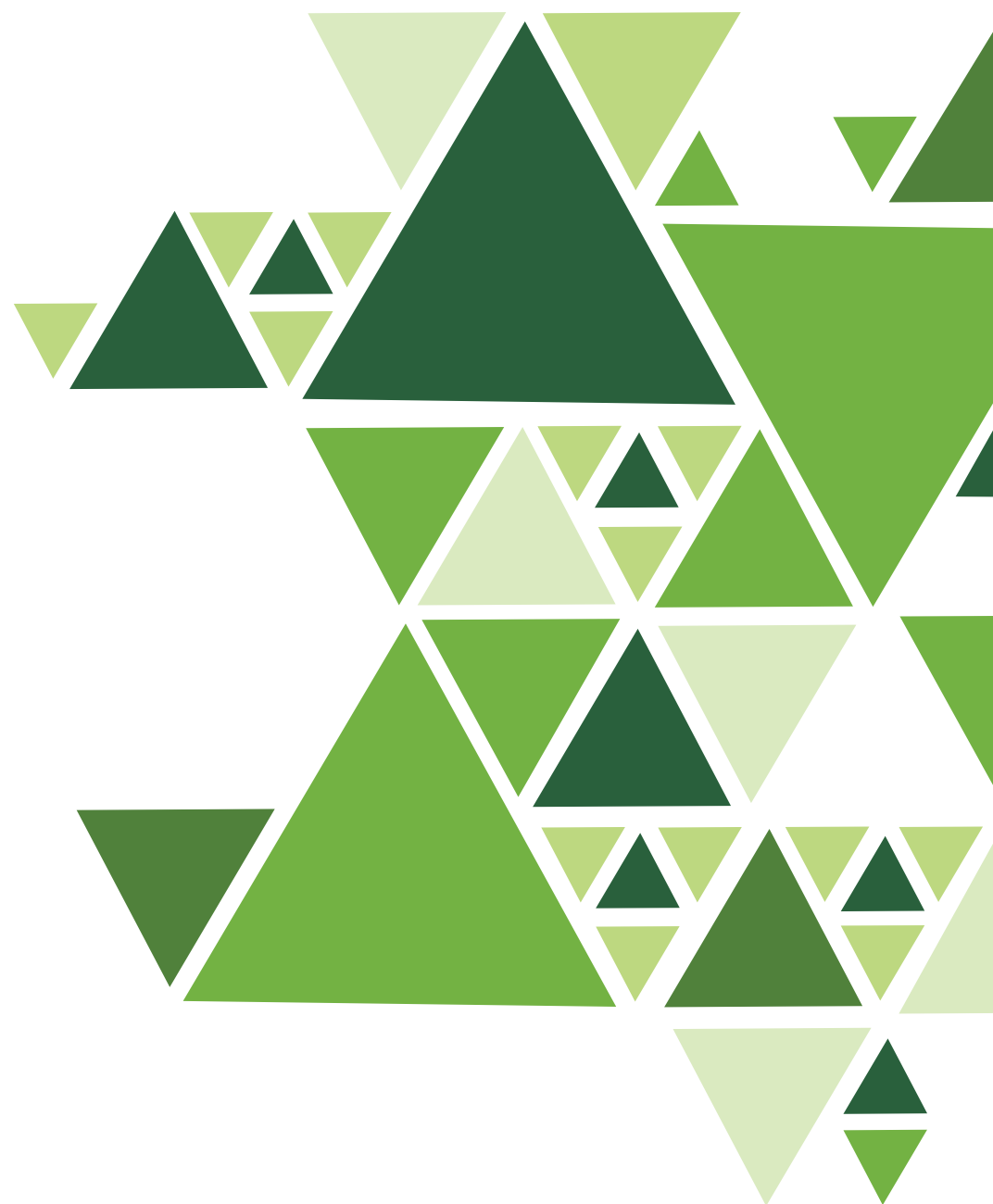


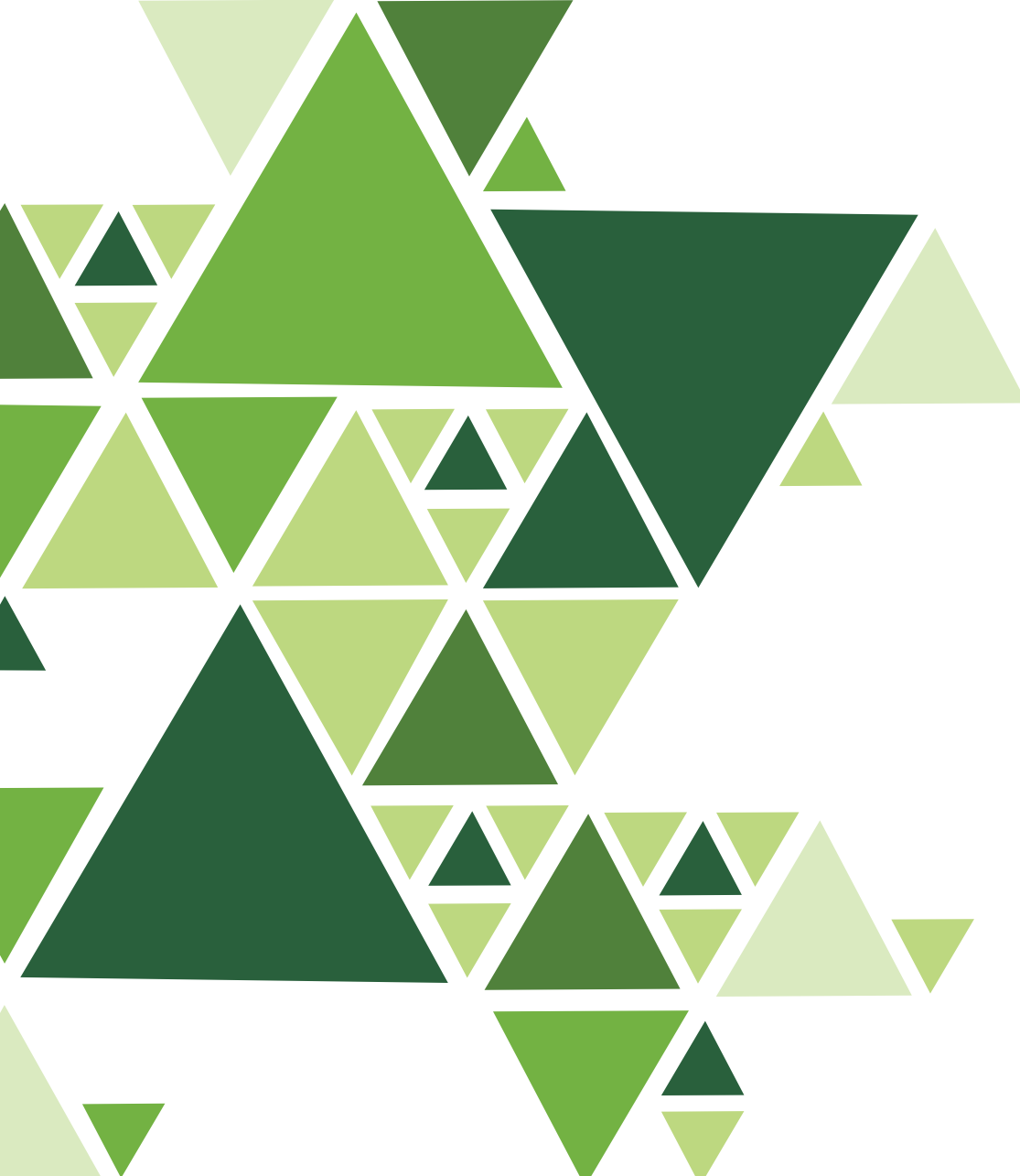
RELATÓRIO DE GESTÃO

Durante a gestão 2023/2025, além de dar continuidade aos trabalhos bem sucedidos realizados nos biênios anteriores, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) priorizou suas funções essenciais, voltadas ao controle, fiscalização e, sobretudo, à orientação. Esse enfoque abrange tanto os serviços judiciais de primeiro grau quanto os cartórios extrajudiciais, sempre com base no princípio condizente à eficiência da administração pública, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Sob a liderança do Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Leandro Crispim, a CGJGO dedicou-se a entregar uma justiça de excelência, focada em atender com eficiência as demandas crescentes. Para isso, empenhou todos os esforços possíveis na execução das estratégias delineadas no Plano de Gestão para o período, implementando programas, projetos, ações e iniciativas em conformidade com as metas originalmente estabelecidas.

Os resultados apresentados neste relatório refletem um amplo conjunto de atividades desenvolvidas diariamente por magistrados e servidores deste Órgão Censor. Todo esse trabalho visa garantir ao cidadão um serviço jurisdicional cada vez mais ágil, efetivo e de alta qualidade.

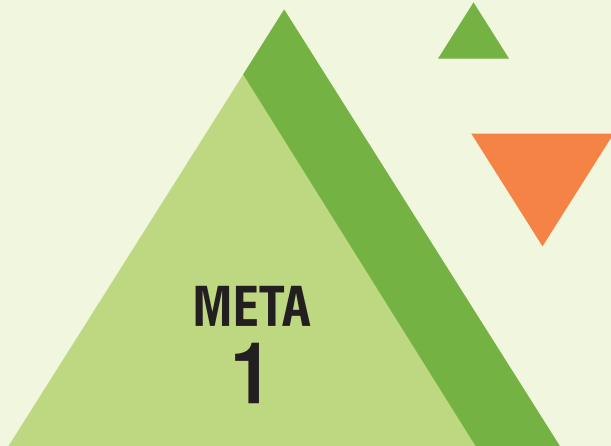




PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIOS

- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade



Constituir 12 ações que fortaleçam a relação interinstitucional do Poder Judiciário, voltadas ao acesso à justiça, proteção e promoção de direitos, além do necessário reforço das garantias fundamentais e do pleno exercício da cidadania, nos lindes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030 - ONU/CNJ)

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 1

Garantia dos Direitos Fundamentais

Macrodesafio 2

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 7

Promoção da Sustentabilidade

Macrodesafio 8

Aperfeiçoamento da Justiça Criminal

Juízes Responsáveis

- 1º Juiz Auxiliar da CGJGO
- 3º Juiz Auxiliar da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

Indicador


Ações Constituídas (AC)

Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

Resultado
Meta cumprida com **23** ações 

0%

100%

► Semana Nacional do Registro Civil "Registre-se!"

A 1ª Edição da Semana Nacional do Registro Civil, intitulada "Registre-se!", de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi realizada nos dias 08 a 12 de maio de 2023. Durante toda a semana, foram oferecidos às pessoas em situação de rua, além da emissão de documentos essenciais, como certidão de nascimento, CPF e RG, vários outros serviços gratuitos, como: atração cultural, alimentação e higiene, roupas e calçados, apresentação de talentos, atendimentos de equipes do Programa Pai Presente da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás, da Defensoria Pública do Estado de Goiás e do Ministério Público de Goiás, e obtenção de "ID" Jovem (Carteira de Identidade Jovem), dentre outros. Os serviços oferecidos à população



em extrema vulnerabilidade social e financeira, em situação de rua, condizem ao total de 5.662 serviços prestados, atendendo-se em torno de 1.200 pessoas na condição de moradores de rua, durante a semana do "Registre-se!":

Considerada uma das maiores ações de cunho social do País, a 2ª Edição da Semana Nacional do Registro Civil – "Registre-se!", em Goiás, ocorreu nos dias 13 a 17 de maio de 2024, e seguindo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta edição, além da população em situação de rua, a carcerária e a indígena também foram priorizadas.

Em Goiânia os atendimentos foram realizados no Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro Pop Goiânia / Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social de Goiânia), e contou com 8.076 serviços realizados. No entanto, na comarca de Aruanã cujo atendimento foi voltado à comunidade indígena Karajá foram ofertados 262 serviços, enquanto à população carcerária foram 19.753 serviços ofertados, totalizando 28.091 serviços ofertados no "Registre-se!" de 2024.





Outras ações do “Registre-se!”

Nessas outras ações do “Registre-se!” estão incluídos os serviços condizentes à Emissão de 1ª e 2ª Via de Certidão de Nascimento / Casamento, Retificação de Registro de Indígenas, Emissão de Carteira de Identidade Nacional (RG Nacional), CRCJud e ainda a Emissão da 1ª Via, Espelho e Informação / Alteração de dados de CPF:

- Extensão do “Registre-se!” nas Edições do Programa “Justiça Itinerante”, realizado pela Presidência do TJGO nos municípios:
 - Baliza: 17 e 18 de outubro de 2023 com 46 atendimentos;
 - Goiás: 16 a 19 de abril de 2024 com 263 atendimentos;
 - Rubiataba – Aldeia Indígena Tapuia: 21 a 23 outubro de 2024 com 544 atendimentos.
- Extensão do “Registre-se!” no Projeto *Raízes Kalungas – Justiça e Cidadania*:
 - Cavalcante: 1 a 5 de julho de 2024 com 1.489 atendimentos;
 - Cavalcante: 29 de julho a 2 de agosto 2024 com 1.029 atendimentos;
 - Cavalcante: 7 a 10 de outubro de 2024 com 256 atendimentos.
- Inauguração do PID da Comunidade de Araras: 16 e 17 de outubro de 2024 com 37 atendimentos.



► **Mesa Redonda: Justiça Restaurativa e sua relação com a promoção da Cultura de Paz nas Unidades Educacionais**

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia promoveu um curso em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás, para fortalecer a cultura de paz nas escolas.

O evento ocorreu em 15 de maio de 2023, no Auditório Desembargador José Lenar de Melo Bandeira e contou com a presença de 216 (duzentos e dezesseis) coordenadores de turno das unidades educacionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Este curso teve como objetivo capacitar os profissionais da educação para lidar com situações de conflito de maneira pacífica e construtiva, utilizando práticas restaurativas e de mediação de conflitos.

► **Programa Pilares**

O Programa Pilares, instituído pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás em 2018, visa promover a cultura de paz nas escolas, capacitando profissionais da educação para atuarem como facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz. Através dessa capacitação, os educadores são preparados para implementar práticas que fortalecem as relações interpessoais e ajudam a prevenir e transformar conflitos no ambiente escolar, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e segura nas unidades educacionais.

Neste biênio, o Curso de Formação de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz, parte do Programa Pilares, alcançou impactos positivos:

- **Anápolis (15/08 a 31/10/2023):** Como resultado, 26 formados facilitadores, foram realizados 54 círculos de construção de paz, em 16 diferentes





instituições, alcançando 533 pessoas, entre crianças e adolescentes da rede de ensino de Anápolis, professores, servidores da Secretaria de Educação, familiares dos estudantes, usuários do CRAS e adolescentes do sistema socioeducativo (CASE).

- **Cavalcante (02/04 a 07/06/2024):** Como resultado, 27 facilitadores formados, foram aplicados 60 círculos de construção de paz e contempladas 613 pessoas da comunidade educacional, entre alunos, professores e demais profissionais da educação.

- **Aparecida de Goiânia / Secretaria Municipal de Educação / Secretaria de Estado de Educação de Goiás (20/05 a 13/08/2024) – Turma mista:** Como resultado, 26 facilitadores formados, foram aplicados 68 círculos e contempladas 905 pessoas da comunidade educacional, entre alunos, professores e demais profissionais da educação.

- **Secretaria de Estado de Educação / CASE / Batalhão Escolar – Turma mista (16/09 a 12/12/2024):** Como resultado, 22 facilitadores formados, foram aplicados 191 círculos e contempladas 2.019 pessoas.

► Programa Pai Presente

O Programa Pai Presente da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), visa assegurar o direito fundamental à filiação, facilitando o reconhecimento de paternidade para pessoas que não têm o nome do pai em seus registros de nascimento. O Pai Presente tem um papel essencial na dignidade e nos



direitos da pessoa humana, pois o reconhecimento de paternidade vai além do aspecto legal; ele traz implicações emocionais, psicológicas e sociais para os envolvidos. A iniciativa também ajuda a reforçar o vínculo familiar e a promover a responsabilidade parental.

No dia 06 de novembro de 2024, foi realizada uma ação do Programa Pai Presente Volante na Escola Municipal Professor Nadal Sfredo (Região Noroeste de Goiânia), após constatar que 41 (quarenta e um) estudantes estavam sem o nome paterno na documentação.

O projeto “Pai Presente Volante” foi instituído por meio do Provimento nº 125/2024, viabilizando a correção do registro civil de crianças, adolescentes e adultos, cujo reconhecimento de paternidade ocorre sempre de maneira espontânea e voluntária, além de priorizar a facilidade de acesso ao aludido programa, já que conta com o deslocamento de uma unidade móvel (veículo apropriado equipado com mobiliário e computador próprio) até o local designado para a realização dos atendimentos necessários.



Seguem os resultados alcançados com o desenvolvimento do Programa Pai Presente neste biênio em todo o Estado de Goiás:

Entrevistas Realizadas	Reconhecimento de Paternidade de Pai Preso	DNA Realizados	Procedimentos concluídos com êxito
10.017	299	1.668	2.021

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Participação em outras Ações:

“Balanço Geral nos Bairros”, programa da TV RECORD Atendimentos realizados pela equipe local	
Comarca	Data
Trindade	14 de setembro de 2024
Nerópolis	19 de outubro de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Participação em outras Ações:

Programa “Mais Justiça” do TJGO Atendimentos realizados pela equipe de Goiânia			
Edição	Local	Comarca	Data
8ª	Vila Redenção	Goiânia	22 a 24 de março de 2024
9ª	Jardim Cerrado 4	Goiânia	12 a 14 de abril de 2024
11ª	Residencial Buena Vista	Goiânia	17 a 19 de maio de 2024
44ª	Setor Tocantins	Aparecida de Goiânia	24 e 25 de maio de 2024
13ª	Jardim Curitiba IV – Região Noroeste	Goiânia	22 e 23 de junho de 2024
14ª	Jardim Abaporu – Região Leste	Goiânia	5 a 7 de julho de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Programa “Mais Justiça” do TJGO Atendimentos realizados pela equipe local		
Programa	Comarca	Data
Mais Justiça	Anápolis	1 a 3 de março de 2024
Mais Justiça	Cidade de Goiás	16 a 18 de abril de 2024
Mais Justiça	Porangatu	13 de julho de 2024
Mais Justiça	Formosa	31 de agosto de 2024
Mais Justiça	Caiapônia	12 de outubro de 2024
Mais Justiça	Rubiataba	12 e 13 de novembro de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Programa “Dignidade na Rua” Atendimentos exclusivos para população em situação de rua Atendimentos realizados pela equipe de Goiânia		
Programa	Comarca	Data
Dignidade na Rua	CEPAL / Setor Sul	30 de maio de 2023
Dignidade na Rua	Parque Mutirama / Centro	23 de agosto de 2023
Dignidade na Rua	Mercado Aberto / Av. Paranaíba	22 de junho de 2024
Dignidade na Rua	CEPAL / Vila Abajá	29 de junho de 2024
Dignidade na Rua	CEPAL / Setor Sul	10 de setembro de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Programa Justiça Itinerante	
Local	Data
Cavalcante	25 a 28 de abril de 2023
Teresina	26 e 27 de junho de 2023
Monte Alegre de Goiás	29 e 30 de junho de 2023
Divinópolis	29 e 30 de agosto de 2023
Baliza	17 e 18 de outubro de 2023
Goiás	16 a 18 de abril de 2024
Rubiataba	12 e 13 de novembro de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!” Atendimentos realizados pela equipe de Goiânia			
Edição	Local	Comarca	Data
1ª	Centro de Referência Especializado para População de Rua de Goiânia – Centro POP	Goiânia	8 a 12 de maio de 2023
2ª	Centro de Referência Especializado para População de Rua de Goiânia – Centro POP	Goiânia	13 a 17 de maio de 2024

Fonte: Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

► 1º Reencontro de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz – Parceria Interinstitucional com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC)

O 1º Reencontro de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro de 2023, no Auditório do Plenário Desembargador Homero Sabino de Freitas do TJGO. Entre o público alcançado estavam os 91 (noventa e um) participantes, facilitadores formados pelo Programa Pilares e os articuladores de Programas e Projetos Intersetoriais das 40 (quarenta) Coordenações Regionais de Educação do Estado de Goiás. Importa contextualizar que este evento é um desdobramento da parceria interinstitucional entre os Poderes Judiciário e o Poder Executivo Estadual, por sua Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC).

O Programa Pilares congrega esforços de entes públicos com o fim de oferecer espaços de debate e reflexão sobre as implicações da violência no contexto escolar, bem como sobre a relevância de metodologias alternativas às formas tradicionalmente utilizadas para lidar com situações de violência na escola.



► II Seminário de Enfrentamento e Prevenção à Violência no contexto educacional: uma parceria interinstitucional entre o Poder Judiciário e a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia

Formar e educar pessoas para a paz que estimulem valores, como a empatia, a gentileza e o respeito, usando-os como um princípio primordial de combate à violência no meio escolar. Com esse olhar sensível, realizou-se em 14 de novembro de 2023, o 2º Seminário de Enfrentamento e Prevenção à Violência no Contexto Educacional: uma parceria interinstitucional entre o Poder Judiciário estadual e a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

O evento, promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, com o apoio da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Goiás (EJUG) e da Prefeitura de Goiânia, contou com participação de 488 (quatrocentos e oitenta e oito) profissionais da educação credenciados, que lotaram o Auditório do Plenário e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Goiás para as diversas palestras focadas em temas cruciais para a prevenção da violência em ambientes educacionais.

► Programa Escuta

Este programa objetiva fortalecer a Rede de Proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em especial, vítimas de violência sexual, através da capacitação de professores e profissionais dessa rede, para prevenção, detecção, denúncia de violência sexual e abordagens adequadas nas entrevistas às crianças e adolescentes que estejam vivenciando ou tenham conhecimento de situações de violência sexual.

São realizadas 2 etapas, sendo que na 1ª etapa é realizado um *workshop* com carga horária de 4h com o objetivo de capacitar os profissionais integrantes da Rede de Proteção dos municípios (CRAS, CREAS, CMDCA, Conselho Tutelar, Agentes de Proteção, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), Ministério Público, Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar).

Posteriormente, na 2ª etapa, são realizadas ações educativas de orientação a crianças e adolescentes nas Escolas Municipais e Estaduais, inclusive aquelas localizadas em comunidades quilombolas e assentamentos rurais.



Neste Biênio, foram realizadas 8 edições:

- **1ª Edição:** Comarca de Itapuranga – alcançadas 610 crianças e 60 profissionais da rede de proteção, totalizando 670 pessoas.
- **2ª Edição:** Comarca de Cavalcante (Justiça Itinerante – Comunidades Quilombolas) – alcançando 757 crianças, 965 adolescentes e 44 profissionais da rede de proteção, totalizando 1.766 pessoas.
- **3ª Edição:** Comarca de Firminópolis – alcançando 456 crianças e 70 profissionais da rede de proteção, totalizando 526 pessoas.
- **4ª Edição:** Comarca de Monte Alegre, Campos Belos e Teresina (Justiça Itinerante) – alcançando 2.324 crianças e 61 profissionais da rede de proteção, totalizando 2.385 pessoas.
- **5ª Edição:** Comarca de São Domingos e Divinópolis – Comunidades Quilombolas e Assentamentos Rurais (Justiça Itinerante) – alcançando 1284 crianças e adolescentes e 107 profissionais da rede de proteção, totalizando 1.391 pessoas.
- **6ª Edição:** Comarca e Baliza – Comunidades Quilombolas e Assentamentos Rurais (Justiça Itinerante) – alcançando 588 crianças e adolescentes e 30 profissionais da rede de proteção, totalizando 618 pessoas.
- **7ª Edição:** Comarca da Cidade de Goiás (Justiça Itinerante) – alcançando 1.048 crianças e 14 profissionais da rede de proteção, totalizando 1.062 pessoas.
- **8ª Edição:** Comarca de Rubiataba (Justiça Itinerante) – 1.024 crianças e 29 profissionais da rede de proteção, totalizando 1.053 pessoas.

► Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional de Goiás (CEJAI)

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Goiás (CEJAI) acompanha as adoções internacionais no Estado de Goiás, a fim de que tenham como prioridade o bem-estar e o melhor interesse da criança e do adolescente, em observância aos princípios da Convenção de Haia sobre a Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, que visa à redução do sequestro e do tráfico internacional. A CEJAI cuida também do auxílio aos Magistrados da Infância e Juventude no procedimento de adoção nacional, objetivando a colocação de crianças em lares brasileiros, a partir do cadastramento geral estadual de pretendentes nacionais.

Adoção em Luziânia: Irmãos adotados em Luziânia por casal que mora no Canadá partem para o novo país com o acompanhamento da CEJAI. A audiência de adoção internacional foi presidida pela juíza Célia Regina Lara, Titular do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Luziânia, que deferiu a adoção das crianças aos novos pais, criando, assim, entre adotante e adotado, uma relação de parentesco independentemente do fato natural da procriação.



Conferência Latino-Americana de Adoção Internacional: Com o envolvimento da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional de Goiás (CEJAI-GO), autoridades nacionais e internacionais, a situação das crianças acolhidas nas áreas de fronteira, tema complexo e de grande relevância social, foi o principal aspecto abordado na Conferência Latino-Americana de Adoção Internacional, ocorrida em dezembro de 2023, no Palácio da Justiça em Brasília.

► Programa de Preparação Psicossocial e Jurídica de Pretendentes à Adoção do Estado de Goiás (PPJ)

O Programa de Preparação Psicossocial e Jurídica de Pretendentes à Adoção (PPJ) da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude, é uma iniciativa que visa preparar psicossocial e juridicamente as pessoas interessadas em adotar, garantindo que os pretendentes à adoção estejam aptos a entender e enfrentar os desafios desse processo de maneira responsável e informada.

O programa é obrigatório para todos os interessados em adotar no estado de Goiás, conforme diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e das normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele é conduzido por uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e juízes, que trabalham em conjunto para oferecer uma visão completa dos aspectos envolvidos na adoção. A metodologia combina palestras informativas e rodas de conversa para garantir que os pretendentes não apenas compreendam os aspectos legais, mas também desenvolvam a sensibilidade necessária para lidar com as questões emocionais que surgem durante o processo de adoção.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por meio da Divisão Interprofissional Forense e da Comissão Judiciária Estadual de Adoção (CEJAI), em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude, promoveu neste biênio 4 edições semestrais do curso.

Edição	Pretendentes Certificados
Maio/2023	195
Outubro/2023	187
Maio/2024	238
Outubro/2024	173
Total do Biênio	793

Fonte: Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO

► Marco Legal da 1ª Infância

1º Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância de Santo Antônio do Descoberto: No dia 23 de setembro de 2024, foi realizado o “1º Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância em Santo Antônio do Descoberto”. O evento marcou um passo importante no compromisso de assegurar os direitos das crianças na primeira infância (0 a 6 anos) no município e região.

O seminário abordou temas essenciais relacionados ao desenvolvimento integral das crianças, incluindo educação, saúde, proteção social e jurídica. Promovido como parte do Pacto Nacional pela Primeira Infância, o evento teve como objetivo reunir agentes públicos, especialistas e a comunidade para debater estratégias e fortalecer a implementação de políticas públicas voltadas a essa faixa etária.

Lançamento do Plano Municipal da primeira Infância em Luziânia: Luziânia foi a primeira cidade de Goiás a aderir o Plano Municipal pela Primeira



Infância. O evento, que representa um marco importante na promoção do desenvolvimento integral das crianças e no cumprimento dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, foi realizado no Centro de Convenções da cidade, no dia 31 de maio de 2023 e contou com a participação de 550 pessoas.

Na ocasião foram abordados pontos fundamentais da Lei Federal nº 13.257/2016 e peculiaridades da primeira infância.

► Reencontro de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME)

A Divisão Interprofissional Forense realizou em 25 de agosto de 2023, o “Reencontro de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia”, como extensão das ações

do Programa Pilares. Considerando que o objetivo da reunião foi celebrar o “Ano” da Justiça Restaurativa nas escolas, no qual estiveram presentes 25 servidores da Secretaria Municipal de Educação, facilitadores de Justiça Restaurativa e Construção de Paz atuantes nas unidades escolares.

► Casamento Comunitário LGBTQIAPN+

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJGO) realizaram, no dia 28 de junho de 2024, “Dia Mundial de Celebração do Orgulho LGBTQIAPN+”, 69 (sessenta e nove) casamentos LGBTQIAPN+. A cerimônia foi realizada no jardim do Fórum Cível da Comarca de Goiânia e reuniu, além dos noivos e das noivas, seus familiares e amigos.

O objetivo do casamento comunitário é oferecer, gratuitamente, o acesso ao registro de casamento civil para casais constituídos por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades em situação de vulnerabilidade social.



► Seminário "Autocuidado e Relações saudáveis no ambiente educacional: conceitos e estratégias"

O seminário "Autocuidado e Relações Saudáveis no Ambiente Educacional" é um projeto de iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por meio da Divisão Interprofissional Forense e CEJAI, e tem por objetivo contribuir para uma cultura de paz, por meio de práticas de autocuidado e promoção de relações saudáveis no cotidiano escolar, visando a criação de um ambiente educacional que valorize a paz e a convivência harmoniosa, com foco no fortalecimento da Rede de Proteção da criança e do adolescente, destacando a responsabilidade social crescente deste Órgão Censor, voltada para a apresentação de um ambiente educacional que não seja apenas de aprendizagem, mas também de desenvolvimento humano e bem-estar.

No dia 01 de julho de 2024, a pedido do Poder Executivo Municipal de Piracanjuba, foi realizado o Seminário para 60 (sessenta) professores recém-empossados no referido município.



► Audiência Pública

O Programa Audiência Pública da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás é uma iniciativa que promove o diálogo direto entre o Poder Judiciário e a população. O programa foi criado com o objetivo de tornar a atuação da justiça mais acessível, transparente e alinhada com as necessidades da sociedade. Por meio das audiências públicas, a Corregedoria possibilita que cidadãos, advogados, entidades e outros interessados possam expressar suas preocupações, sugerir melhorias e relatar dificuldades relacionadas ao funcionamento dos serviços judiciais.

A partir do Programa Encontros Regionais da CGJGO, foram realizadas Audiências Públicas nas 13 (treze) Regiões Judiciárias do Estado de Goiás.

Data	Região Judiciária e Comarca Polo/Sede	Número de Participantes
19/05/2023	7ª Região - Luziânia	168
23/06/2023	11ª Região - Ceres	146
04/08/2023	2ª Região - Aparecida de Goiânia	189
22/09/2023	9ª Região - Caldas Novas	184
01/12/2023	5ª Região - Jataí	158
22/03/2024	3ª Região - Anápolis	198
19/04/2024	4ª Região - Goiatuba	164
09/08/2024	8ª e 10ª Região - São Luís de Montes Belos	168
23/08/2024	6ª Região - Formosa	216
20/09/2024	12ª e 13ª Região - Porangatu	123
29/11/2024	1ª Região - Goiânia (Café c/ Instituições)	33
Total de Participantes no Biênio		1.747

Fonte: Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

► Assessoramento Técnico na implementação da Oficina de Consumo Consciente (NUPEMEC)

A Divisão Interprofissional Forense e CEJAI participou do projeto piloto “Consumo Consciente”, a convite do Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

Esse projeto tem como foco principal a prevenção e o tratamento do superendividamento dos cidadãos. O objetivo é oferecer suporte integral, incluindo assistência técnica, pedagógica e psicológica, para ajudar as pessoas a compreender e lidar melhor com suas finanças.

Esse apoio foi estruturado em oficinas realizadas pela equipe da Divisão Interprofissional Forense da CGJGO, garantindo uma abordagem multidisciplinar para a conscientização dos participantes (jurisdicionados idosos e servidores do Poder Judiciário).



► Ação Interinstitucional pela Cultura de Paz na escola em Cavalcante

Sob a coordenação do 1º Juiz Auxiliar da CGJGO, com o apoio da Divisão Interprofissional Forense, foi realizada na comarca de Cavalcante, no dia 31 de julho de 2023, uma ação com foco na “Comunicação Não Violenta e Autocuidado”, por meio de palestras, oficinas e roda de conversa, para 105 professores, auxiliares educativos e servidores administrativos da Rede de Educação Municipal de Cavalcante, zona urbana e rural, incluindo os profissionais que atuam nas escolas quilombolas.

Com base nos relatos dos participantes, foi possível perceber que o projeto agregou um valioso conhecimento, uma vez que contribuiu para fortalecer a Rede de Proteção da criança e do adolescente, possibilitando novas formas de se relacionar nas unidades educacionais, contribuindo para a prevenção e transformação de conflitos, com foco na construção de uma cultura de paz.



com a EJUG, promoveu o “1º Encontro dos Conselhos da Comunidade do Estado de Goiás”, em 13 de dezembro de 2024, no Auditório Desembargador José Lenar de Melo Bandeira.

Além de representantes do Poder Judiciário do Estado de Goiás, o evento contou com a presença de integrantes de diversas instituições, como o Ministério Público, Polícia Penal, além de membros da Federação de Conselhos da Comunidade. Os palestrantes destacaram a importância da colaboração entre os conselhos, buscando melhorar a gestão do sistema penal e promover a reintegração dos egressos do sistema prisional.

► Encontro dos Conselhos da Comunidade do Estado de Goiás

Os Conselhos da Comunidade desempenham papel fundamental na execução penal, promovendo a interação entre o Judiciário, o sistema prisional e a sociedade civil, visando humanizar e melhorar a reintegração de egressos e apenados.

Visando ao aprimoramento dos membros dos Conselhos da Comunidade do Estado de Goiás, e por conseguinte uma supervisão mais qualificada do sistema carcerário e da proteção dos direitos humanos dos custodiados, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás em parceria

► Campanha 18 de maio “Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na Comarca de Jussara”

A campanha do “18 de maio”, conhecida como “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, é uma iniciativa muito importante que visa conscientizar a sociedade sobre a necessidade de proteger as crianças e os adolescentes contra a violência sexual. A Divisão Interprofissional Forense da CGJGO ministrou palestra no dia 17 de maio de 2024, para 300

(trezentos) profissionais da Rede de Proteção do município (educação, assistência social e saúde), uma iniciativa da Diretoria do Foro da Comarca de Jussara em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social do respectivo município.

► **DIA “D” da Justiça Restaurativa**

Uma ação interinstitucional incluso no Projeto Raízes Kalunga, o Dia “D” da Justiça Restaurativa foi desenvolvido na Escola Morro Encantado em 8 de outubro de 2024, sendo que esta iniciativa consistiu na realização de assembleias estudantis com as crianças, mediante a apresentação do título “A escola que temos e a escola que queremos”, e, também, por meio dos Círculos de Construção de Paz com os professores e demais colaboradores da escola, discutiu-se o tema “Conectando com a gentileza”. Durante as atividades foram desenvolvidas reflexões sobre relacionamentos interpessoais, com destaque para o bullying, agressões físicas e verbais, com o fim de promover a autorresponsabilidade e o senso comunitário.

► **Projeto de Extensão “Conscientização e Prevenção ao Suicídio, Bullying e Cyberbullying” da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Campus Inhumas)**

Em 16 de maio de 2024, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus de Inhumas, recebeu uma palestra promovida pela Divisão Interprofissional Forense, com o objetivo de apresentar aos estudantes de psicologia o “Programa Pilares” e outras políticas públicas de relevância do Poder Judiciário goiano.

A palestra abordou metodologias e ações institucionais de construção de paz e apoio social, com destaque para os Círculos de Construção de Paz e iniciativas como o Programa Escuta, que promove a escuta humanizada, o Programa Pai Presente, voltado à regularização de reconhecimento paterno, o Banco de Peritos, que organiza e disponibiliza profissionais para apoio técnico, e a Coordenadoria da Mulher, que atua no enfrentamento à violência doméstica. Os temas apresentados despertaram grande interesse dos estudantes, que também receberam material impresso com informações detalhadas sobre cada programa e suas metodologias.



Relatório de atividades dos registros de nascimento pelo Sistema SIRCON			
Cidade	Unidade de Saúde	Quantidade	
		Ano 2023	Ano 2024
Aragarças	Hospital Municipal Getúlio Vargas	4	31
Caldas Novas	Hospital Municipal Dr. André Alá Filho	28	326
Goiânia	Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG (Maternidade Célia Câmara)	66	1506
Goiânia	Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG (Maternidade Dona Iris)	259	1765
Goiânia	Hospital das Clínicas da UFG – Clínica Obstétrica	32	178
Goiânia	Hospital Estadual da Mulher – HEMU (Antigo Hospital Materno Infantil)	77	920
Goiânia	Maternidade Nascer Cidadão	166	1276
Goiânia	Maternidade Nossa Senhora de Lourdes	54	522
Itumbiara	Fundo Municipal de Saúde – Hospital Municipal Modesto de Carvalho	44	352
Mineiros	Hospital Municipal Dr. Evaristo Vilela Machado de Mineiros	40	363
Rio Verde	Associação de Proteção a Maternidade e a Infância	81	117
Rio Verde	Maternidade Municipal Aristina Cândida	6	-
Rio Verde	Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano – HCN	25	-
Rio Verde	Hospital Evangélico de Rio Verde	-	15
Rio Verde	Hospital Materno Infantil Augusta Bastos	-	624
Senador Canedo	Maternidade Municipal Aristina Cândida	-	170
Uruaçu	Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano – HCN	-	4
Total		882	8.169

Fonte: Sistema Extrajudicial Eletrônico

► Sistema Interligado de Registro Civil de Óbito e de Nascimento (SIRCON)

Desde 2012, a Divisão de Gerenciamento dos Sistemas do Extrajudicial da CGJGO administra o Sistema Eletrônico de Registro Civil de Nascimento em Maternidades (SERCIM), regulamentado pelo Provimento CGJGO nº 06/2013, ante o engajamento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e deste Órgão Censor no Programa Nacional de Combate ao Sub-registro.

Em 2021, a Corregedoria modernizou o sistema, permitindo a emissão conjunta de certidões de nascimento e de óbito. O sistema reformulado, agora chamado Sistema Interligado de Registro Civil de Óbito e de Nascimento (SIRCON), foi regulamentado pelo Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás por meio do Sistema Interligado de Registro Civil, de Óbito e de Nascimento (SIRCON), promoveu 9.051 registros de nascimento neste biênio, conforme detalhamento da tabela ao lado.

► DIA “D” – Doe Vida, Doe Órgãos!



Em celebração ao Dia Nacional de Doação de Órgãos, comemorado em 27 de setembro, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), em parceria com o Colégio Notarial do Brasil – Seção Goiás (CNB/GO), promoveu o Dia “D” – Doe Vida, Doe Órgãos! nos dias 26 e 27 de setembro de 2024. O evento teve como objetivo divulgar a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) e conscientizar a população sobre a relevância do ato de doar órgãos.

Um dos momentos mais marcantes foi o depoimento do Sr. José Carlos Bretas, um transplantado renal que compartilhou sua história de superação. Ele é pai da Juíza de Direito Patrícia Bretas, Diretora do Foro da Comarca de Goiânia, que o acompanhou e também contribuiu com sua visão sobre a temática e a experiência vivenciada por sua família.

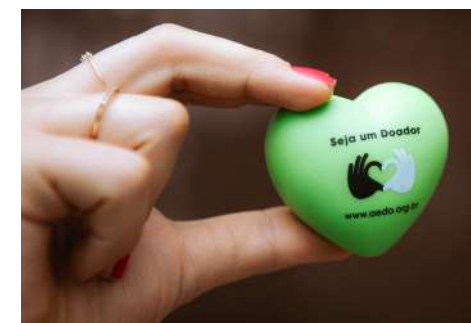
O atendimento ao público aconteceu no foyer do Auditório José Lenar de Melo Bandeira nos dias 26 e 27 de setembro de 2024 (quinta e sexta-feira), sendo que na sexta-feira, 27, também ocorreu no Fórum Cível da Comarca de Goiânia, com uma ampla estrutura de acolhida e atendimento pelos Cartórios de Tabelionato de Notas de Goiânia e pelo Hemocentro de Goiás.

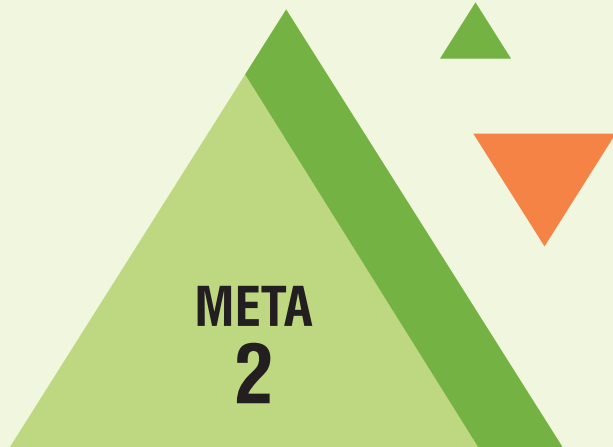
Durante o “Dia D” colaboradores dos cartórios extrajudiciais estiveram à disposição do público para informações sobre a AEDO, auxiliando na emissão gratuita das autorizações de doação de órgãos.

Além disso, o Hemocentro de Goiás participou com atendimento voltado para o cadastro de doadores de medula óssea, com a coleta de material sanguíneo para efetivar o cadastramento, reforçando a importância da doação em suas diferentes formas.

A ação também aconteceu no interior do Estado, cuja execução ficou a cargo das Diretorias de Foro das Comarcas em conjunto com os Cartórios de Tabelionato de Notas.

A Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) é regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Provimento nº 164/2024, com desenvolvimento em parceria com o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) e a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes (CGSNT).





Promover 8 ações institucionais com o objetivo de priorizar o julgamento de processos judiciais relacionados à improbidade administrativa, aos crimes contra a administração pública, às ações ambientais, às ações da infância e juventude, ao feminicídio e a qualquer conduta delitiva que caracterize violência doméstica e familiar contra a mulher

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 1

Garantia dos Direitos Fundamentais

Macrodesafio 2

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 3

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Macrodesafio 4

Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

Macrodesafio 7

Promoção da Sustentabilidade

Juiz Responsável

- 1º e 3º Juiz Auxiliar da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO
- Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO
- Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO
- Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJGO

Indicador

Ações Promovidas (AP)

Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

Resultado

Meta cumprida com 9 ações 

0%

100%

► Acompanhamento em cientificação de medidas protetivas em situação de violência doméstica

Em edição única, por determinação do Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Leandro Crispim, foi realizado o acompanhamento em cientificação de medidas protetivas em situação de violência doméstica com 2 pessoas, sendo 3 entrevistas, 3 visitas técnicas (acolhimento, apoio e orientação às vítimas), o que ensejou o Relatório nº 27/2023.

► Mês Estadual de Combate à Improbidade Administrativa

O Projeto tem por finalidade impulsionar em todo o Estado o julgamento de processos judiciais relacionados à improbidade administrativa, em consideração às Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para os anos de 2023 e 2024, em cumprimento à Meta 2, ora em destaque.

O deslinde destas controvérsias, envolvendo a atividade de proteção do Estado são importantes, já que visam impedir os atos que dizem respeito ao enriquecimento ilícito de agentes públicos e os que atentam contra os Princípios da Administração Pública, previstos na Lei Federal nº 8.429/1992.

O esforço concentrado de magistrados que atuam na respectiva área, promoveu o julgamento de vários processos durante o mês estadual de combate à improbidade administrativa, reduzindo a taxa de congestionamento dos feitos judiciais em tramitação dessa natureza. Para realização do evento, foram expedidos

ofícios circulares para os magistrados competentes, para proferir o julgamento em processos envolvendo pedidos de improbidade administrativa durante os meses de setembro de 2023 e de 2024. O projeto está em consonância com a Meta 4 do CNJ de 2023 e 2024, que estabeleceu a priorização do julgamento, no âmbito da competência da Justiça Estadual, das ações de improbidade administrativa.

Como consequência, tal priorização nos julgamentos acarretou importante impacto na taxa de congestionamento de processos em tramitação no 1º grau de jurisdição em atendimento a Meta 5, do CNJ, de 2023 e 2024. A Ação também é condizente com o Macrodesafio 4, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – sexênio 2021/2026 (Enfrentamento à Improbidade Administrativa).

O Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Leandro Crispim, determinou o encaminhamento de ofício circular dirigido para os(as) Magistrados(as) de 1º Grau com competência cível e atuação na área correlata ao “Mês Estadual de Combate à Improbidade Administrativa”, condizente aos períodos de 01 a 31 de outubro de 2023 e 01 a 31 de outubro de 2024, para que priorizassem os processos envolvendo questões de improbidade administrativa.

Resultados obtidos em 2023

Processos: 4.076
Audiências de instrução marcadas: 3
Audiências de instrução realizadas: 34
Despachos proferidos: 597
Decisões proferidas: 718
Sentenças prolatadas: 273

Resultados obtidos em 2024

Processos: 2.391
Audiências de instrução marcadas: 9
Audiências de instrução realizadas: 41
Despachos proferidos: 583
Decisões proferidas: 514
Sentenças prolatadas: 266

► Mês Estadual de Combate aos Crimes contra a Administração Pública

O Programa intitulado mês estadual de combate aos crimes contra a administração pública busca realizar durante todos os meses de setembro de 2023 e de 2024 o julgamento dos processos relativos aos crimes cometidos contra a administração pública, otimizando a entrega da prestação jurisdicional, de modo a propiciar maior proteção aos bens jurídicos tutelados pelos tipos penais em questão.

As ações institucionais decorrentes da Meta 2 aqui em questão, objetivou promover a priorização do julgamento de processos judiciais relacionados aos crimes contra a administração pública, e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Como consequência, tal priorização nos julgamentos acarretou importante impacto na taxa de congestionamento de processos em tramitação no 1º grau de jurisdição em atendimento a Meta 5, do CNJ, de 2023 e 2024. A ação também é condizente com o Macrodesafio 4, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – sexênio 2021/2026 (Enfrentamento à Corrupção).

Resultados obtidos em 2023

- Processos: 1.514
- Audiências de instrução marcadas: 5
- Audiências de instrução realizadas: 44
- Despachos proferidos: 299
- Decisões proferidas: 187
- Sentenças prolatadas: 66

Resultados obtidos em 2024

- Processos: 1.107
- Audiências de instrução marcadas: 2
- Audiências de instrução realizadas: 28
- Despachos proferidos: 188
- Decisões proferidas: 104
- Sentenças prolatadas: 44

O Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim, determinou o encaminhamento de ofício circular dirigido para os(as) Magistrados(as) de 1º Grau com competência criminal e atuação na área correlata ao “Mês Estadual de Combate aos Crimes Contra a Administração Pública”, condizente aos períodos de 01 a 30 de setembro de 2023 e 01 a 30 de setembro de 2024, para que priorizassem os processos envolvendo os crimes contra a administração pública.

► Mês Estadual / Nacional do Júri

O Programa intitulado Mês Nacional / Estadual do Júri busca realizar durante o mês de novembro um esforço concentrado no que diz respeito ao julgamento dos processos relativos aos crimes de competência do Tribunal do Júri. No âmbito do Plano de Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás para o biênio 2023/2025, a Meta 2 busca promover 8 ações institucionais de priorização do julgamento de processos judiciais, dentre os quais destaca-se os feitos atinentes ao feminicídio e a qualquer conduta delitiva que caracteriza violência doméstica e familiar contra a mulher.

O feminicídio, termo equiparado ao homicídio, em razão do gênero, mas definido como assassinato de mulheres, nas modalidades consumada e tentada, em grau de violência doméstica ou em aversão ao gênero da vítima, está entre as prioridades para a realização dessa iniciativa, sendo assim, durante todo o Mês Estadual / Nacional do Júri os(as) Magistrados(as) com atuação jurisdicional perante o primeiro grau do Poder Judiciário na respectiva área buscaram obter o maior número de julgamentos possíveis em processos envolvendo o feminicídio.

Sensível a esta matéria, em atenção a Recomendação nº 53/2016 e a Portaria nº 69/2017, ambos os normativos originários do Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás realizou o “Mês Estadual / Nacional do Júri”, alcançando os seguintes resultados nos meses de novembro de 2023 e 2024, em se tratando do crime de feminicídio:

Resultados obtidos em 2023

- Processos pautados: 19
- Processos pautados desclassificados de feminicídio: 2
- Processos com sessões do Júri realizadas de feminicídio: 18
- Sessões do Júri designadas de feminicídio: 19
- Sessões do Júri realizadas de feminicídio: 18
- Réus condenados de feminicídio: 13
- Réus absolvidos de feminicídio: 3

Resultados obtidos em 2024

- Processos pautados de feminicídio: 59
- Processos pautados desclassificados de feminicídio: 3
- Processos com sessões do Júri realizadas de feminicídio: 14
- Sessões do Júri designadas de feminicídio: 61
- Sessões do Júri realizadas de feminicídio: 14
- Réus condenados de feminicídio: 9
- Réus absolvidos de feminicídio: 2

► **Apoio às ações da Coordenadoria da Mulher do TJGO**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, expediu o Ofício nº 86/2023, assinado pelo Desembargador Leandro Crispim, Corregedor-Geral da Justiça, com o objetivo de oferecer possíveis contribuições deste Órgão Censor às ações do Plano de Gestão da Coordenadoria da Mulher do TJGO. As atribuições da Coordenadoria da Mulher do TJGO estão reunidas em 5 eixos de atuação sendo

eles: “Gestão e estruturação do Poder Judiciário, Educação, Articulação em Rede, Apoio à vítima, Comunicação Social e o Plano”.

No que diz respeito a parte educacional houve a divulgação de informativos contra a violência institucional, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás, disponibilizando estudantes bolsistas para o trabalho de divulgação de cartazes, folders que venham a ser produzidos pela Coordenadoria da Mulher do TJGO. Realizou-se também palestras em universidades parceiras, projeto vinculado a coordenadoria nos bairros, com a participação de estudantes bolsistas da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás, com capacitação na temática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

► **Caminhada do Dia Nacional da Adoção – Infância e Juventude**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por sua Divisão Interprofissional Forense, participou do encerramento da Semana da Adoção instituída pela Lei Federal nº 14.387/2022, em apoio à equipe técnica do Juizado de Infância e Juventude da Comarca de Goiânia na caminhada de celebração ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio), realizada no Parque Flamboyant, no dia 27 de maio de 2023.

O evento foi uma iniciativa conjunta do Juizado da Infância e Juventude de Goiânia e da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com o objetivo de sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância do processo adotivo.

Estiveram presentes os Juízes Auxiliares da Presidência do TJGO, além da Juíza Titular do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia, acompanhada por membros da Divisão de Agentes de Proteção que também participaram da solenidade.

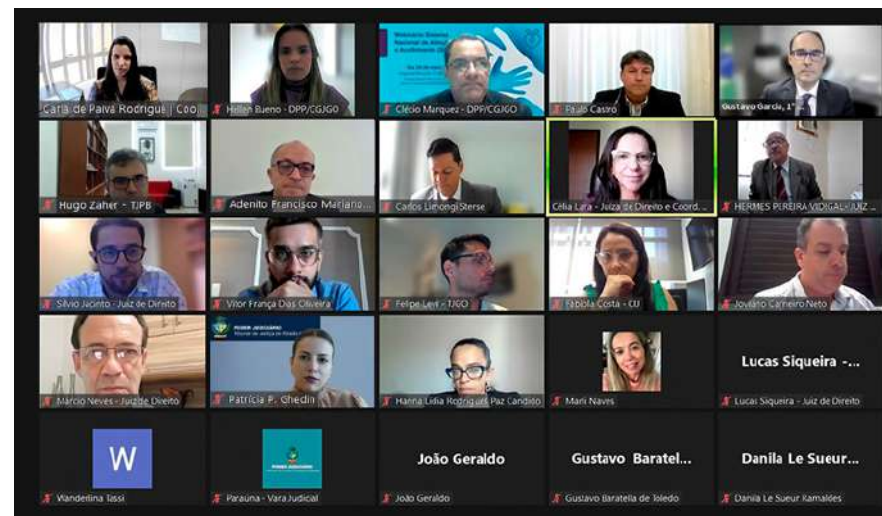
A caminhada simbolizou o compromisso do Poder Judiciário com a sensibilização e conscientização sobre o processo adotivo e os direitos de crianças e adolescentes, ampliando a visibilidade do tema junto à sociedade, com o engajamento da Corregedoria-Geral da Justiça nas ações da Semana Nacional da Adoção.

O encerramento foi um marco na promoção da ação legal e responsável, destacando a importância do trabalho integrado entre diversas áreas para garantir o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.

► Webinário sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)

O Webinário sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) foi promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO e com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG).

O evento realizado de forma virtual por meio da plataforma *Zoom Meetings* e transmitido pelo *YouTube* teve como objetivo capacitar magistrados e servidores do Poder Judiciário goiano sobre o uso do SNA, visando ao fortalecimento da proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou disponíveis para adoção.



Durante o webinário foram apresentadas palestras ministradas por especialistas abordando a importância do preenchimento correto do sistema e suas funcionalidades. A Divisão Interprofissional Forense da CGJGO desempenhou papel importante ao incentivar a participação das equipes interprofissionais forenses, ampliando o engajamento de servidores estratégicos no evento.

A capacitação proporcionou aos participantes conhecimentos fundamentais para a correta utilização do SNA, alinhando-se às diretrizes da Resolução CNJ nº 289/2019, além de ter contribuído sobremaneira para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional na área da infância e juventude. O webinário destacou-se como uma ação bem sucedida no aprimoramento técnico e na sensibilização das equipes envolvidas, reforçando o compromisso institucional com a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Foi utilizado como material de apoio no evento os atos normativos correspondentes à implantação e funcionamento

do SNA (Resolução CNJ nº 289/2019), às audiências concentradas protetivas nas Varas da Infância e Juventude (Provimento CNJ nº 118/2021), à ferramenta de busca ativa no SNA (Portaria CNJ nº 114/2022) entre outras providências, cujo evento contou com 328 participantes presenciais e 522 no formato *on-line* / ao vivo.

► **Assessoramento Técnico – Realização de Estudo psicossocial em processo do 2º Grau (7ª e 6ª Câmara Cível do TJGO)**

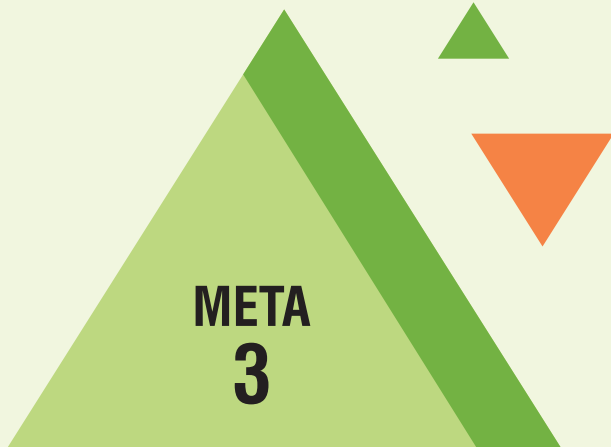
O assessoramento técnico prestado pela CGJGO, por sua Divisão Interprofissional Forense em casos específicos demandados pelo 2º grau do TJGO teve como objetivo subsidiar os Desembargadores em suas decisões. Para tanto foram realizados estudos psicossociais e acompanhamento de medida protetiva em situações de violência doméstica, destacando-se entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, contatos com vizinhos e familiares, além de orientações e encaminhamentos à Rede de Proteção. Essas ações garantiram a obtenção de informações detalhadas e contextualizadas, fundamentais para uma análise mais ampla e embasada acerca de casos concretos. Os produtos resultantes deste trabalho, como laudos, relatórios e pareceres técnicos, promoveram a interlocução entre as ciências sociais e a ciência jurídica, assegurando que as decisões judiciais fossem embasadas por meio de uma abordagem técnica, qualificada e humanizada. Esse assessoramento técnico também se estendeu à Corregedoria, sempre que as demandas apresentassem complexidades que exigissem esclarecimentos mais aprofundados sobre a matéria, contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Foram realizados 04 estudos psicossociais em processos de guarda

e regulamentação de visitas em trâmite no 2º grau de jurisdição, envolvendo crianças e adolescentes e um acompanhamento de medida protetiva em processo de violência doméstica.

► **Manual de Rotinas Criminais**

O Manual Prático de Rotinas Criminais foi criado conjuntamente por diversas áreas do Poder Judiciário goiano, com base na função orientativa da Corregedoria-Geral da Justiça, voltado à persecução da eficiência na realização dos atos cartorários de impulsionamento processual. O manual em destaque apresenta o fluxo detalhado de padronização da rotina de trabalho a ser seguido pelas unidades judiciárias criminais do Estado de Goiás.





Desenvolver 8 iniciativas voltadas tanto ao aprimoramento dos serviços do foro extrajudicial, quanto à sistematização dos métodos de fiscalização e orientação, de modo que se inspecione todas as Comarcas do Estado de Goiás que não foram fiscalizadas nos últimos 5 anos

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 2

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 5

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

► Juiz Responsável

- 2º Juiz Auxiliar da CGJGO

► Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO
- Assessoria de Orientação e Correição da CGJGO
- Assessoria Correicional da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO
- Diretorias de Foro das Comarcas do Estado de Goiás

► Indicador 1

Iniciativas Desenvolvidas

► Linha de Base

2023 = Zero

► Indicador 2

Número de Comarcas Não Inspecionadas

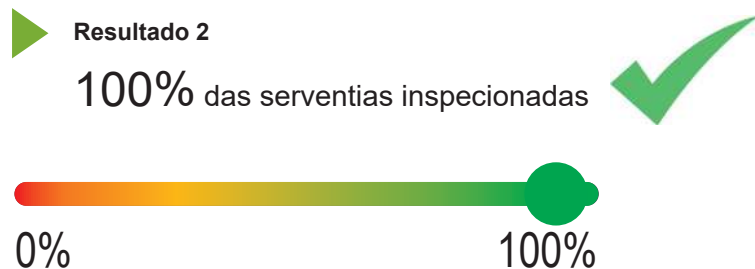
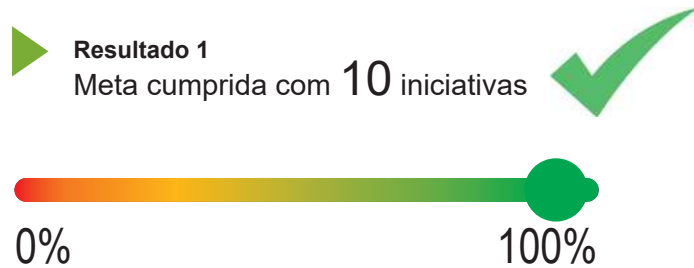
► Linha de Base

NCIL = 0

NCLNI = 62

► Polaridade +

O desempenho melhora na medida que os resultados de ambos os indicadores aumentam



▶ **Correição Extraordinária nas Serventias sob regime de interinidade a fim de fiscalizar o valor recolhido a título de teto**

A Correição Extraordinária nas serventias sob regime de interinidade é uma medida de fiscalização excepcional realizada pelo Poder Judiciário para verificar a conformidade com as normas, especialmente no que diz respeito ao recolhimento de valores acima do teto constitucional. Em serventias sem titular, ou

seja, sob interinidade, o interino é responsável por cumprir o teto remuneratório estabelecido, devendo repassar ao Estado qualquer valor excedente.

Este tipo de correição visa garantir que os interinos, temporariamente à frente dos serviços notariais e de registro, estejam cumprindo rigorosamente as obrigações financeiras, incluindo a correta destinação do excedente arrecadado. A ação é importante porque evita práticas abusivas ou desvios que possam surgir na ausência de um titular definitivo, assegurando que os recursos recolhidos voltem à sociedade em forma de investimentos e serviços públicos.

Sobre o resultado desta iniciativa, apurou-se o total de 83 inspeções nas serventias extrajudiciais vagas para apuração do recolhimento do excedente do teto ao longo do biênio 2023/2025.

▶ **Correições Ordinárias Periódicas realizadas pelos Corregedores Permanentes (Diretores de Foro das Comarcas)**

As Correições Ordinárias Periódicas realizadas pelos Corregedores Permanentes são inspeções regulares feitas nas serventias extrajudiciais para assegurar que os serviços notariais e de registro estejam funcionando em conformidade com as leis e regulamentos. Essas correições verificam aspectos como a regularidade dos atos praticados, a qualidade do atendimento ao público, a gestão de recursos, a aplicação de taxas e emolumentos, e a conformidade com o teto remuneratório dos interinos, caso aplicável.

O papel dos Corregedores Permanentes na realização das correições ordinárias apresenta-se essencial na prevenção de abusos e de garantia da

transparência, pois permitem um acompanhamento contínuo e próximo da atuação das serventias, fortalecendo a confiança da população nas atividades dos cartórios.

Sobre o resultado desta iniciativa, qual seja, “Correições Ordinárias Periódicas do Foro Extrajudicial dos Diretores de Foro”, importa destacar que foram inspecionadas 100% das serventias extrajudiciais em cada ano da gestão (2023 e 2024).

► **Correições Ordinárias Presenciais nos Serviços Notariais e de Registro**

O art. 19, I, “a”, e § 1º, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial (CNPFE), prevê que o exercício da função correicional é permanente, motivo pelo qual as correições gerais são realizadas pela Corregedoria e designadas a critério do Corregedor-Geral da Justiça, conforme cronograma previamente definido.

Nesse sentido, foram realizadas ações de fiscalização do repasse do excedente do teto constitucional. Tais medidas são fundamentais para garantir a legalidade e o correto uso dos recursos financeiros gerados por esses serviços. Os serviços notariais e de registro prestam um serviço público e, por isso, seus rendimentos estão sujeitos a regras de limitação de remuneração, como o teto constitucional. Isso significa que qualquer valor arrecadado acima desse limite deve ser repassado ao Estado, contribuindo para fundos e programas públicos.

A fiscalização assegura que esse excedente seja devidamente recolhido, evitando enriquecimento ilícito ou concentração excessiva de rendimentos por parte dos titulares desses serviços. Além disso, o controle sobre esses recursos reforça a equidade e a transparência no sistema, beneficiando a sociedade como

um todo. Com a devida fiscalização, o dinheiro excedente pode ser destinado a outras áreas prioritárias e socialmente necessárias, como infraestrutura e melhoria do atendimento ao público nos cartórios, fortalecendo a confiança da população nos serviços notariais e registrais, além de assegurar que o exercício de funções delegadas pelo Estado ocorra dentro dos princípios de ética e legalidade.

Sobre o resultado desta iniciativa, apurou-se o total de 335 correições presenciais no Foro Extrajudicial (Escriturais, Transmissões de Acervo e Visitas Correicionais) ao longo do biênio 2023/2025.



► Audiência Pública de Escolha das Serventias do Foro Extrajudicial

A Audiência Pública de Escolha das Serventias do Foro Extrajudicial é um evento realizado pelas Corregedorias de Justiça para que candidatos aprovados em concurso público possam escolher as serventias extrajudiciais onde atuarão como titulares. Esse processo ocorre após o término das etapas do concurso para delegação de cartórios responsáveis por serviços notariais e de registro, garantindo que os candidatos façam suas escolhas de forma transparente e formal.

Durante a audiência, os candidatos escolhem as serventias disponíveis de acordo com a sua classificação no concurso, sendo que os melhores colocados ao final do certame têm prioridade na escolha. Esse procedimento assegura igualdade de oportunidades e respeita o mérito, além de permitir que o preenchimento das vagas ocorra de forma pública, evitando favorecimentos e promovendo a transparência, além de assegurar a inclusão, já que as serventias reservadas para o concurso de ingresso começam a ser escolhidas pelos candidatos PCDs (Pessoas com Deficiência), seguidos pelos candidatos que se identificam como Pessoa Negra. A realização da audiência pública é uma prática que reforça a confiança no sistema e assegura que as vagas sejam ocupadas por profissionais capacitados e selecionados através de um processo justo.

Sobre o resultado final desta iniciativa, por ocasião do aludido 2º Concurso Público de Provas e Títulos para Cartórios do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás, após a classificação dos aprovados e a realização da audiência pública para escolha das serventias pelos(as) candidatos(as) em ordem de classificação, além da consequente investidura na delegação pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Leandro Crispim, entraram em efetivo exercício nos cartórios perante as Diretorias de Foro das respectivas Comarcas sedes de cada cartório 129 novos(as) delegatários(as).



► Banco de Interinos

O Banco de Interinos, disponibilizado no portal *web* da Corregedoria, no site do TJGO, é uma ferramenta criada para organizar e gerir a nomeação de interinos para serventias extrajudiciais que estão temporariamente sem titular. Ele consiste em um cadastro de profissionais qualificados para assumir, de forma interina, a administração de cartórios e outros serviços notariais e de registro até a realização de concurso público para a nomeação de um titular definitivo.

Esta lista facilita o processo de escolha dos interinos, garantindo que sejam nomeados profissionais que cumpram os requisitos legais e possuam experiência adequada, assegurando a continuidade e a qualidade do atendimento. O Banco de Interinos também traz mais transparência e agilidade ao processo de substituição temporária, reduzindo o risco de descontinuidade nos serviços prestados à população e promovendo uma gestão mais eficiente e imparcial das serventias extrajudiciais.

► Provimento de Transmissão de Acervo

O provimento da Corregedoria-Geral que trata da transmissão de acervo do serviço extrajudicial estabelece normas e procedimentos para a transferência de responsabilidade sobre os documentos, livros, registros e demais bens vinculados às serventias extrajudiciais quando ocorre uma mudança de titularidade. Essa transmissão de acervo pode ocorrer em casos de vacância (como aposentadoria, falecimento ou exoneração do titular) ou substituição temporária, e é fundamental para garantir a continuidade do serviço público e a integridade dos registros oficiais.

Este provimento detalha etapas como a inventariação dos documentos e bens, o levantamento das responsabilidades financeiras e o repasse de informações ao novo responsável ou interino. Além disso, assegura que todos os atos notariais e de registro sejam mantidos em conformidade com a legislação, protegendo os direitos dos usuários dos serviços. O cumprimento desse provimento garante que o novo responsável assuma a serventia de maneira transparente e ordenada, preservando a qualidade e a segurança jurídica dos serviços prestados à comunidade.



► Encontro do Extrajudicial – Programa Encontros Regionais

A realização do “Programa Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás” tem por finalidade promover o acesso e a melhoria da comunicação entre a comunidade, delegatários do foro extrajudicial e interinos, servidores, magistrados e o Poder Judiciário como um todo, nas Regiões Judiciárias e suas respectivas Comarcas do Estado de Goiás, com o intuito de receber sugestões, críticas, reclamos e, principalmente, respostas sobre a aceitação e o alcance das ações institucionais promovidas.

Em todas as edições dos Encontros Regionais é realizada uma reunião da Corregedoria-Geral da Justiça na Comarca Sede com os representantes do serviço extrajudicial, com a finalidade de se estabelecer um canal de comunicação direto com o foro extrajudicial, oportunidade na qual há espaço para um amplo debate com os responsáveis pelos cartórios extrajudiciais da regional.

Sobre o resultado desta iniciativa, apurou-se o total de 1.575 participações nos Encontros do Foro Extrajudicial por ocasião de todas as edições do Programa Encontros Regionais, ao longo do biênio 2023/2025, nas Regiões Judiciárias do Estado de Goiás.



► Programa RegularizAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio de seu Presidente e do Corregedor-Geral da Justiça, instituiu o “Programa RegularizAÇÃO” com o objetivo de promover e fomentar a regularização fundiária urbana de interesse social (REURB-S) por todo o Estado.

A iniciativa baseia-se em fundamentos constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia e a função social da propriedade, além de diretrizes de eficiência administrativa e celeridade processual. Também se alicerça em normas como a Lei Federal nº 13.465/2017 e o Decreto Federal nº 9.310/2018, além do Provimento nº 144/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva a desburocratização e a cooperação entre setores públicos e privados.

O programa visa coordenar, orientar e implementar medidas de regularização fundiária, assegurando a titulação de imóveis ocupados conforme a



legislação. Os municípios que aderem ao “Programa RegularizAÇÃO” firmam um Termo de Compromisso, obrigando-se a cumprir um cronograma de execução, que poderá envolver consórcios intermunicipais para desenvolvimento regional. O planejamento e supervisão são conduzidos pelo Núcleo de Governança em Regularização Fundiária, instituído por portaria no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás.

Em apoio às atividades decorrentes deste programa, busca-se incentivar e fomentar a realização de acordos de cooperação com instituições de ensino e outras entidades qualificadas, visando à realização de levantamentos topográficos dos núcleos urbanos consolidados.

Além disso, o programa integra atividade relevante nos Encontros Regionais promovidos pela Corregedoria-Geral da Justiça, propiciando momentos de capacitação de servidores, magistrados, delegatários e interinos do serviço extrajudicial, além de agentes públicos municipais, a exemplo de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários, Procuradores e servidores da área técnica pertinente ao



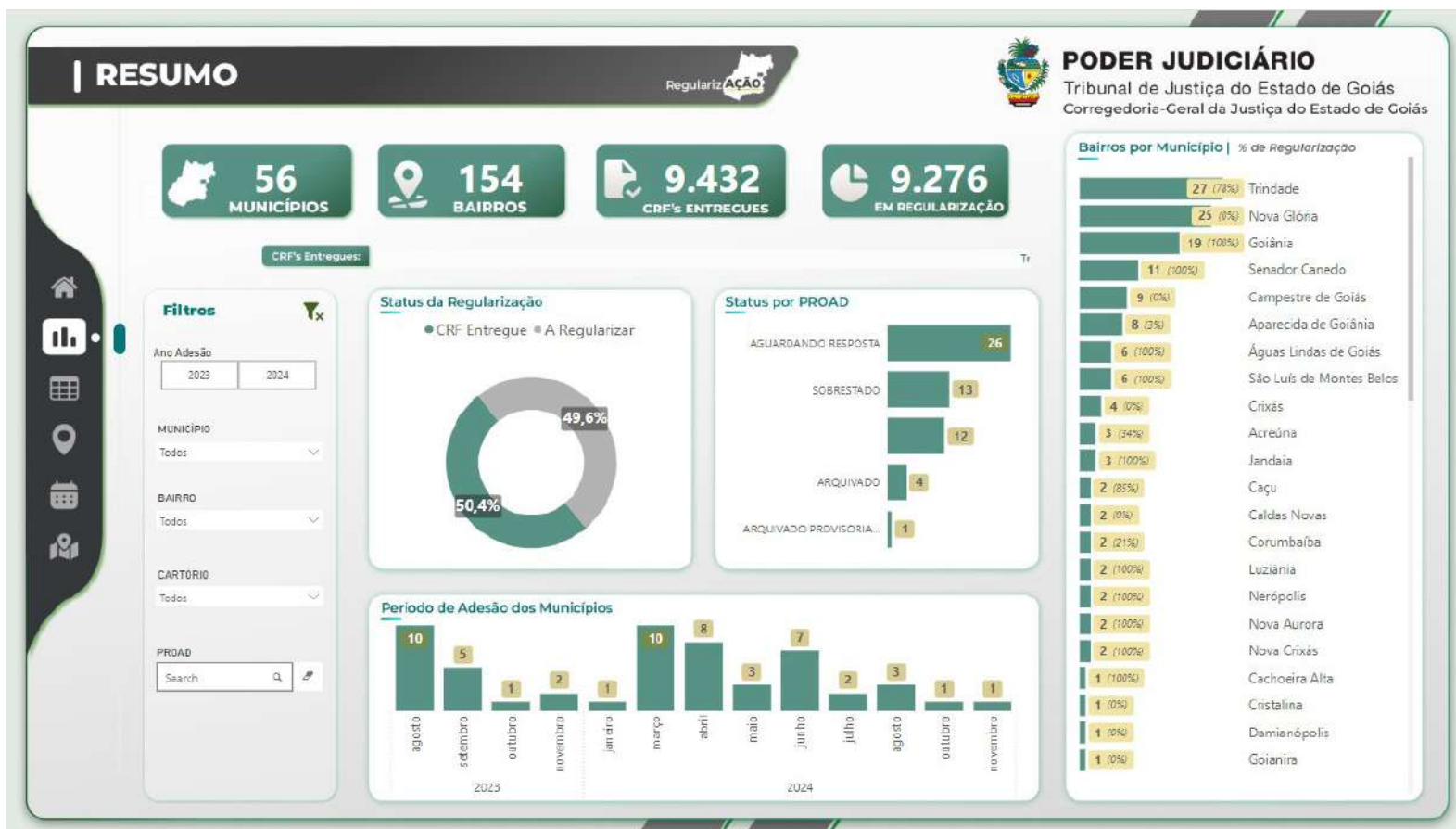
planejamento urbano e à regularização fundiária, disseminando conhecimentos e lições práticas sobre os procedimentos da REURB.

Essa iniciativa reflete o compromisso do Poder Judiciário de Goiás em atender às demandas sociais pela regularização fundiária, promovendo segurança jurídica e inclusão social. Sobre o resultado desta iniciativa, seguem os números

finais extraídos do Painel de BI do Programa RegularizaÇÃO, conforme o desenvolvimento ao longo do biênio 2023/2025.



QR Code do Painel do Programa RegularizaÇÃO



► Capacitação dos aprovados no concurso para provimento das Serventias do Foro Extrajudicial

O curso de formação prática para os(as) cartorários(as) extrajudiciais recém-empossados, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), destacou-se nacionalmente ao se tornar modelo obrigatório para outros tribunais, conforme o Provimento nº 176, editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 23 de julho de 2024.

A iniciativa, inédita no Brasil, resultou de uma parceria entre a Presidência do TJGO, a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJGO) e a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado Goiás (EJUG). Sua normatização foi incorporada no art. 73-C, do novo regulamento do CNJ, estabelecendo que tribunais promovam cursos de ambientação e capacitação com carga horária mínima de 20 horas-aula, focados em práticas da atividade extrajudicial, correições e gestão de serventias.

Tal iniciativa garante aos cartorários o suporte necessário para o início do exercício de suas funções com integridade e eficiência, mormente ante o caráter inovador da formação, que combina teoria e prática, na busca de uma melhoria contínua quanto aos serviços oferecidos à população.

A formação dos cartorários incluiu uma abordagem prática inédita, permitindo aos participantes vivenciarem atividades cotidianas das serventias e estreitarem laços interpessoais. Durante cinco dias, os aprovados receberam orientações de especialistas sobre gestão, inspeção, correição, registros, tabelonatos e tecnologia, como o Sistema Extrajudicial Eletrônico (SEE).

Essa iniciativa pioneira consolida-se como um avanço significativo no aprimoramento dos serviços extrajudiciais, reforçando o compromisso do TJGO com a inovação e a qualidade no atendimento à sociedade.

► 2º Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial



2º Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial

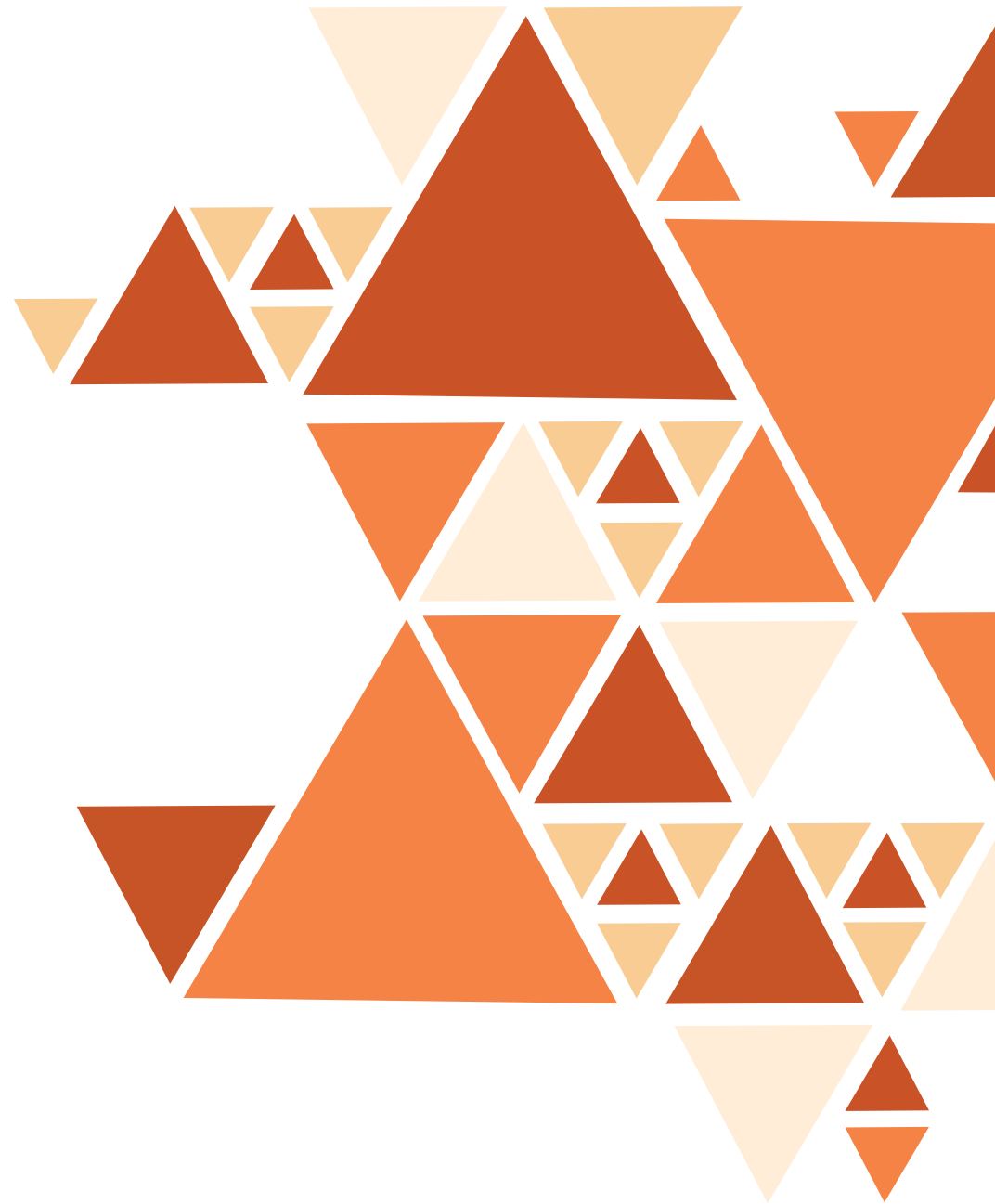
A Corregedoria-Geral, com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e em parceria com a EJUG e várias entidades associativas representantes do Foro Extrajudicial, realizou o “2º Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial”, com a finalidade de capacitar, orientar, e fornecer bases para um maior conhecimento sobre a estrutura jurídica e os principais procedimentos práticos das atividades extrajudiciais, estreitando o relacionamento entre magistrados, servidores e responsáveis pelo serviço extrajudicial.

A iniciativa está alinhada estrategicamente aos Macrodesafios 2, 5 e 9, da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – sexênio 2021/2026, que dispõem sobre o fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos, e o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, respectivamente.

O projeto também está em consonância com a missão deste Órgão Censor, no sentido de trabalhar efetivamente para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no âmbito do 1º grau de jurisdição, orientando, corrigindo e inspecionando as atividades judiciais e extrajudiciais no âmbito do Estado de Goiás, contribuindo para a excelência dos serviços prestados à sociedade.

Sobre o resultado final desta iniciativa, foram certificados o total de 617 participantes do referido congresso, denotando o êxito dessa realização ante o número expressivo de participações de magistrados, servidores, delegatários e colaboradores do foro extrajudicial.







PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIOS

- Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
 - Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
 - Promoção da Sustentabilidade
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



META 4

Impactar na redução da taxa de congestionamento do 1º grau de jurisdição a partir do desenvolvimento de 6 ações específicas para tal fim

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 3

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Macrodesafio 6

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Juiz Responsável

- Juizes Auxiliares da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO
- Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) da CGJGO
- Diretorias de Foro das Comarcas do Estado de Goiás

Indicador

Ações Específicas (AE)


Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta, impactando na redução da taxa de congestionamento

Resultado

Meta cumprida com 8 ações 

0%

100%



► Central de Processamento Eletrônico da Corregedoria

A Central de Processamento Eletrônico (CPE) da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás desempenha um papel fundamental no apoio às atividades judiciais de 1º grau e às escriturarias, garantindo maior eficiência. A CPE/CGJGO é composta pela Divisão de Atividade Específica e pela Equipe de Auxílio Forense, ambas vinculadas à Diretoria de Correição e Serviços de Apoio e coordenadas por um Juiz Auxiliar, designado pelo Corregedor-Geral da Justiça.

A atuação das equipes da CPE/CGJGO é definida pelo Corregedor-Geral da Justiça, que pode designá-las para unidades judiciárias específicas, mesmo sem solicitação prévia, quando a necessidade for identificada. Essa decisão é fundamentada em dados objetivos coletados dos sistemas de estatística da Corregedoria-Geral e do Tribunal de Justiça. Unidades sem magistrado titular ou com carência de servidores têm prioridade no atendimento.

Entre os critérios para a atuação da CPE/CGJGO estão a ausência de magistrado titular na unidade, insuficiência de servidores, alto número de processos pendentes de sentença ou providência por mais de 100 (cem) dias, e outras situações justificáveis. Nessas condições, a equipe auxilia tanto os gabinetes judiciais quanto as escriturarias, cada uma com funções específicas.

Nos gabinetes judiciais, a Equipe de Atividade Específica é coordenada por um Juiz designado, focando na prolação de sentenças, especialmente em ações criminais e cíveis, excluindo processos de recuperação judicial e falência. Para as ações criminais, é exigida a inclusão de certidões atualizadas de antecedentes

criminais no processo. Já nas escriturarias, a Equipe de Auxílio Forense é supervisionada por um Assessor Correicional da Corregedoria-Geral.

O prazo inicial de atuação das equipes é de dois meses, podendo ser prorrogado conforme decisão do Corregedor-Geral da Justiça. Ao término do auxílio, a equipe elabora um relatório detalhado das atividades realizadas, encaminhado à Diretoria de Correição e Serviços de Apoio, que informa a conclusão ao Juiz Auxiliar responsável.

Por fim, as solicitações de auxílio já deferidas pela Corregedoria serão reanalisadas com base nos critérios estabelecidos, assegurando uma distribuição mais eficiente dos recursos disponíveis. Este modelo de atuação reforça o compromisso do Judiciário goiano em promover uma Justiça célere e eficaz, otimizando o funcionamento das unidades judiciárias de 1º grau.

Equipe de Auxílio aos Gabinetes:

- Auxílio em 54 unidades judiciais, incluindo a atuação no Projeto Finalizar: 11.708 atos judiciais praticados (sentenças, despachos e decisões).

Equipe de Auxílio Forense:

- Auxílio em 45 unidades judiciais, incluindo a atuação no Projeto Finalizar: 677.282 atos de escrituraria praticados.



► Semana Estadual de Julgamentos Colegiados do Sistema de Juizados Especiais

O Programa intitulado “Semana Estadual de Julgamentos Colegiados” tem o objetivo precípua de reduzir a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais, atendendo, assim, as diretrizes contidas nas Metas 2 e 5 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os anos de 2023 e 2024, e na Meta 4 ora em destaque.

A justificativa é exatamente propiciar uma maior otimização na entrega da prestação jurisdicional no âmbito dos processos que tramitam sob a égide da Lei nº 9.099/95, valorizando os princípios da celeridade e da economia processual. Desta feita, foi solicitado aos magistrados que envidassem esforços no sentido de



realizarem, na medida do possível, o julgamento do maior número de processos, em todas as turmas julgadoras no período de 04 a 07 de dezembro de 2023 e 09 a 13 de dezembro de 2024. Os esforços concentrados resultaram no julgamento total de 2.883 processos, sendo que 1.185 foram relativos ao ano de 2023 e 1.698 correspondentes ao ano de 2024.

► Programa Finalizar no âmbito da CGJGO

O “Programa Finalizar” alimenta a ideia de pôr fim aos processos mais antigos, e traduz a iniciativa do Poder Judiciário do Estado de Goiás voltada à resolução de processos em tramitação há mais de 14 anos. Seu principal objetivo é

garantir uma prestação jurisdicional justa e efetiva, alinhando-se à Meta 2 do Poder Judiciário Nacional, definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca acelerar o julgamento de processos antigos em todo o Brasil.

Instituído pelo Decreto Judiciário nº 4.953/2023, o programa estabelece normas, funcionamento e rotinas para atingir sua finalidade. Esse decreto foi alterado pelo Decreto Judiciário nº 66/2024, ajustando as diretrizes do projeto. Além disso, o Decreto Judiciário nº 5.218/2023 designa os juízes do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) responsáveis por acompanhar o projeto, e o Decreto Judiciário nº 278/2024 oficializa os membros do programa, fortalecendo o compromisso com a celeridade processual.

A Meta Nacional 2, ano-base 2024, sofreu modificações importantes, exigindo agora que os Tribunais Estaduais cumpram dois desafios para atingi-la. O primeiro é julgar, no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020, e, no 2º grau, 90% dos distribuídos até 31 de dezembro de 2021, além dos processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais no mesmo período. O segundo desafio é ainda mais específico: julgar 100% dos processos de conhecimento pendentes há 14 anos ou mais, ou seja, distribuídos até o ano de 2010.

Essa iniciativa busca não apenas a redução do acúmulo de processos, mas também a garantia de acesso mais rápido à justiça, promovendo maior eficiência e respeito aos direitos das partes. Com o envolvimento dos magistrados e servidores, o "Programa Finalizar" reforça o compromisso com a modernização e eficácia do Judiciário goiano.

A implementação dessa estratégia evidencia a importância de esforços coordenados entre todas as unidades judiciárias, não só para atender às metas



nacionais, mas também para oferecer à sociedade uma resposta mais ágil e justa às suas demandas.

Assim, o "Programa Finalizar" destaca-se como uma medida concreta para enfrentar a morosidade e fortalecer a confiança da população no sistema de justiça e, para tanto, o Decreto Judiciário nº 2.561/2024, dentre outras questões, dispõe sobre a participação direta da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por ter empenhado as equipes do Auxílio Forense e da Divisão de Atividade Específica.

Visando auxiliar a magistratura goiana nessa tarefa, este Órgão Censor criou ferramenta própria dentro do Sistema de Gestão e Controle (SIGESCON), permitindo a identificação dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos ou mais.

► Audiências Virtuais Concentradas do Programa Pai Presente Total



Um dos direitos precípuos de qualquer cidadão é o de ter o nome do pai nos seus documentos oficiais. Esse princípio tem sido seguido pela CGJGO, em resgate contínuo da dignidade humana, nos inúmeros reconhecimentos de paternidade realizados regularmente pelo Programa “Pai Presente Total”.

Em iniciativa pioneira a Corregedoria-Geral, por meio do Provimento nº 54/2021, passou a consolidar as audiências virtuais concentradas de reconhecimento de paternidade, via plataforma *Zoom Meetings*, englobando todas as comarcas de Goiás. A ação faz parte do Projeto Pai Presente Total, desenvolvido dentro do Programa Pai Presente, executado pela CGJGO desde 2012. A finalidade deste programa é justamente ampliar o programa original, auxiliando as comarcas do Estado na realização dos procedimentos afetos à averiguação administrativa de paternidade.

Desde a implementação das audiências virtuais para reconhecimentos de paternidade, foram realizados pelo Programa Pai Presente diversos reconhecimentos de paternidade, com audiências envolvendo partes de vários lugares do mundo, com reconhecimentos internacionais, reconhecimentos de casos que envolvem reeducandos do sistema prisional, além dos casos oriundos de processos judiciais e originários da Secretaria do Programa Pai Presente, inclusive, em casos de necessidade do auxílio de profissionais intérpretes de Libras.

Acerca da atuação do Programa Pai Presente Total em processos judiciais, a intenção é de utilizar a possibilidade de realização do exame de DNA gratuitamente, na via administrativa, de casos originários da via judicial, e via de



consequência diminuir a taxa de congestionamento das unidades judiciais, com possíveis arquivamentos de feitos judicializados, cuja controvérsia gire em torno da investigação de paternidade.

Nesses casos, é importante registrar que o Juiz Presidente do feito judicial de origem, provoca a partes litigantes, no sentido de concordarem em realizar o reconhecimento da paternidade de forma espontânea e voluntária, na via administrativa, com ou sem realização de exame de DNA. Com a manifestação positiva das partes, a Secretaria do Programa Pai Presente inicia os devidos contatos com os advogados das partes e com as próprias partes, para inclusão do caso na pauta das Audiências Virtuais Concentradas pela plataforma de videoconferência utilizada pelo TJGO, seguindo-se o fluxo normal dos procedimentos administrativos com vistas ao reconhecimento da paternidade. Desse modo, o impacto na redução da taxa de congestionamento do 1º grau é notório, haja vista que naqueles feitos judiciais que o objeto da ação consiste no reconhecimento de paternidade o processo alcança a sua finalidade principal.

► **Mês Estadual de Combate à Improbidade Administrativa**

O mês estadual de combate à improbidade administrativa é uma iniciativa que busca promover a ética, a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Seu objetivo principal é o esforço concentrado com vistas ao julgamento dos processos judiciais, de modo a combater a corrupção e a má gestão dos recursos públicos, fortalecendo a governança e o controle social.

Tal iniciativa reforça o compromisso com a aplicação correta dos recursos públicos, assegurando benefícios diretos à sociedade em áreas prioritárias como saúde e educação. Com isso, incentiva-se uma cultura de integridade no setor público, fortalecendo a confiança entre cidadãos e a administração pública.

► **Mês Estadual de Combate aos Crimes Contra Administração Pública**

O mês estadual de julgamentos objetivando o combate aos crimes contra a administração pública é uma iniciativa voltada à celeridade na análise e julgamento de processos relacionados a delitos que comprometem a integridade da gestão pública. Durante esse período, os órgãos do sistema de justiça de 1º grau concentram esforços na priorização de esforços concentrados na ações judiciais que envolvam crimes como corrupção, peculato, concussão e fraudes em licitações.

O objetivo principal da mobilização é acelerar o julgamento de processos pendentes, garantindo maior eficiência na responsabilização de agentes públicos e privados envolvidos em práticas ilícitas. Além disso, a iniciativa busca reforçar a

confiança da sociedade no sistema de justiça, ao demonstrar o compromisso com a legalidade e a proteção do patrimônio público.

Entre os crimes priorizados, destacam-se a corrupção ativa e passiva, o peculato (desvio de bens ou valores públicos), a concussão (exigência de vantagens indevidas por servidores) e fraudes contratuais. A mobilização ocorre em parceria com órgãos como Ministérios Públicos, Tribunais de Contas e Controladorias, que fornecem subsídios para agilizar julgamentos e investigações.

Esse esforço conjunto reforça o combate à impunidade e promove a recuperação de recursos desviados, fortalecendo a integridade no setor público. Além disso, estimula uma cultura de ética e responsabilidade na administração pública, assegurando que a Justiça cumpra seu papel na defesa do interesse coletivo.

► **Mês Estadual / Nacional do Júri**

O mês estadual de julgamentos de processos de competência do Tribunal do Júri é uma ação focada em acelerar o julgamento de crimes dolosos contra a vida, como homicídios e tentativas de homicídio. Durante esse período, o Judiciário organiza esforços concentrados para reduzir o acúmulo de processos pendentes, promovendo uma resposta mais ágil e eficaz à sociedade e garantindo o direito das vítimas e dos réus a um julgamento justo.

A iniciativa tem como principal objetivo diminuir a morosidade processual, priorizando casos antigos ou de maior impacto social. Magistrados, promotores, defensores públicos e servidores atuam em regime intensificado, com apoio de equipes especializadas que agilizam etapas como a intimação de testemunhas

e preparação dos autos. A realização de múltiplas sessões de júri em um curto período demonstra o compromisso das instituições com a eficiência e a celeridade da Justiça.

Esse esforço concentrado não apenas promove a responsabilização de acusados em crimes graves, mas também reforça a sensação de justiça e segurança pública. Para as famílias das vítimas, a iniciativa é um sinal de respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana. Além disso, evita a prescrição de crimes, fortalecendo o papel do Tribunal do Júri na pacificação social.

Com parcerias entre Ministério Público, Defensoria Pública e polícias judiciárias, esta iniciativa consolida-se como uma prática essencial para garantir que o sistema de Justiça cumpra sua missão de forma eficaz e transparente, beneficiando toda a sociedade.

► **Manuais Práticos de Rotinas Cível, Criminal, Distribuição e Cumprimentos de Mandados Judiciais, e Execução Penal**

Os manuais práticos de rotinas para escritanias cíveis e criminais, de distribuição e cumprimento de mandados, e ainda de uniformização das rotinas de execução penal são ferramentas indispensáveis para o bom funcionamento do sistema judiciário e, via de consequência, objetiva o aprimoramento das atividades desenvolvidas cotidianamente. Tais manuais promovem a eficiência, a uniformidade e a transparência nos processos em tramitação, desempenhando um papel essencial na gestão dos serviços no âmbito das serventias do foro judicial.

Um dos principais benefícios desses manuais é a padronização de procedimentos, haja vista que eles garantem que todas as unidades sigam as mesmas diretrizes, minimizando discrepâncias e promovendo o cumprimento das normas procedimentais e processuais, evitando, assim, interpretações conflitantes, além de





assegurar que os atos sejam realizados de forma uniforme em todo o 1º grau do Poder Judiciário goiano. Além disso, os manuais contribuem para o aprimoramento da eficiência administrativa ao oferecer orientações claras e objetivas, pois propiciam a redução do tempo gasto com tarefas burocráticas, contribuindo na diminuição da ocorrência de erros além de darem ensejo à crescente qualidade do trabalho realizado no bojo das escritanias judiciais. O resultado é uma maior agilidade no trâmite dos processos e uma prestação jurisdicional mais célere.

Outro ponto de destaque é o papel dos manuais na capacitação de servidores, haja vista que funcionam como guias de referência, tanto que são úteis para a formação de novos servidores, bem como para a atualização dos mais experientes, especialmente diante de mudanças legislativas ou atos normativos específicos. Isso facilita a adaptação a novas tecnologias e sistemas eletrônicos, como o Processo Judicial Digital (PROJUDI), o Sistema Gestão e Controle

(SIGESCON), a Plataforma de Atendimento Eletrônico da Corregedoria (PAE/CGJGO), o Sistema Gestão à Vista do TJGO, dentre tantos outros sistemas e ferramentas que se mostram essenciais para o enfrentamento do número cada vez maior de demandas judiciais.

No âmbito da execução penal, os manuais aplicáveis a essa área desempenham uma função ainda mais importante, ao garantir o rigor técnico no cumprimento das penas, pois contribuem sobremaneira para evitar erros como atrasos na progressão de regime ou na concessão de benefícios, assegurando os direitos dos apenados que aguardam o funcionamento eficiente do sistema penal pátrio em vigor.



QR Code dos
Manuais Práticos



META 5

Desenvolver 10 iniciativas estratégicas que impactem na qualidade, efetividade e celeridade das atividades desempenhadas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, em apoio à prestação jurisdicional no âmbito do 1º grau

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 3

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Juiz Responsável

- 1º Juiz Auxiliar da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

Indicador



Iniciativas Estratégicas (IE)

Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

 **Resultado**
Meta cumprida com 12 iniciativas 

0%

100%

▶ Assessoramento às Equipes Interprofissionais

O assessoramento técnico contínuo às equipes interprofissionais Forense do Poder Judiciário do Estado de Goiás, compostas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, é uma ação estratégica e indispensável para a efetividade da prestação jurisdicional, especialmente no 1º grau.

Por meio desse suporte, a Divisão Interprofissional Forense garante que esses profissionais recebam orientação especializada, digitalmente, em tempo real, e formalmente, no menor tempo possível, o que contribui para o fortalecimento da atuação técnica e assegura a uniformidade, a qualidade e a celeridade nos atendimentos.

Entre as iniciativas mais relevantes realizadas neste biênio estão:

- O assessoramento permanente às equipes interprofissionais das 13 Regionais, com um canal contínuo de suporte técnico para questões complexas da prática diária. Essa proximidade permite que as equipes interprofissionais atuem com segurança e suporte imediato em situações que demandam análises multidimensionais e humanizadas.

- A comunicação interna orientativa para a disseminação de boas práticas, ética profissional e metodologias inovadoras, ampliando a capacidade técnica dos profissionais. Esse fluxo de informações assegura que as equipes estejam constantemente atualizadas, contribuindo para a eficiência e melhor qualidade na prestação jurisdicional.

- O assessoramento técnico na implementação do Centro Especializado de Atenção à Vítima (CEAV). Esse apoio reflete a capacidade da Divisão Interprofissional de integrar equipes, aprimorar práticas e fortalecer a rede de proteção, garantindo um atendimento mais qualificado e acessível às vítimas.

▶ Implementação e estruturação da gestão do Banco de Peritos (assistentes sociais e psicólogos)

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, instituiu o Banco de Peritos Psicossociais como uma estratégia inovadora para promover maior celeridade e eficiência no atendimento às demandas técnicas de 1º grau.

Esse mecanismo permite que, quando as equipes interprofissionais não conseguem atender às solicitações no prazo de até 60 dias, as demandas sejam direcionadas ao Banco de Peritos.

Assim, assegura-se não apenas a agilidade no fluxo processual, como também a continuidade e a qualidade do suporte técnico necessário às decisões judiciais.

Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- Publicação dos Provimentos nº 102/2023 e nº 120/2023 da CGJGO: Regulamentação do Banco de Peritos e simplificação dos fluxos de pagamento.
- Criação do Núcleo de Gerenciamento de Peritos Psicossociais das Comarcas do Interior (NGPPCI): Para coordenação e monitoramento das demandas técnicas.
- Desenvolvimento de Ferramentas Padronizadas: Fluxo de solicitação via PROAD, guias e materiais orientativos para comarcas e peritos.

► **Consolidação de novo sistema de produtividade das Equipes Interprofissionais Forenses (Projud e Proad – Sistema Controle)**

No âmbito deste Órgão Censor consolidou-se um novo sistema de produtividade para as equipes interprofissionais forenses, com o objetivo de melhorar a qualidade, a efetividade e a celeridade das atividades desempenhadas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos no apoio à prestação jurisdicional. Entre as principais ações realizadas, destaca-se a solicitação de alterações no sistema PROJUDI junto à Presidência do TJGO, incluindo a criação de pendências

específicas para as equipes, a inclusão de certidões nos documentos e a habilitação de coassinaturas para laudos e pareceres.

Além disso, foi criado novo módulo de coleta de produtividade, cuja funcionalidade está inserida dentro do Sistema de Gestão e Controle (SIGESCON), para monitorar com mais precisão as atividades das equipes interprofissionais. O desenvolvimento desta ferramenta envolveu o alinhamento de detalhes técnicos para garantir a implementação adequada das alterações no sistema. Essas ações representam um avanço significativo na gestão das equipes técnicas, promovendo maior controle, eficiência e transparência, e garantindo um suporte mais ágil e eficaz à prestação jurisdicional no 1º grau.

The screenshot displays the SIGESCON (Sistema Gestão e Controle) interface. The header includes the SIGESCON logo and the Poder Judiciário logo of the Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás. The main content area is titled 'Produtividade - Equipes Interprofissionais' and features a 'Filtro de seleção' (Selection Filter) section. This section contains a 'Servidor' (Server) dropdown menu with the placeholder text 'Selecione um ou mais servidor' and a 'Período' (Period) field with an 'Até' (Until) label. Below the filter fields are three buttons: 'Voltar' (Back), 'Limpar' (Clear), and 'Filtrar' (Filter). The left sidebar contains a navigation menu with options such as 'Suspensões Temáticas', 'Gerenciar Notificações', 'Auto Inspeção', 'Controle Turma', 'Controle Equipes Interprofissionais' (expanded), 'Produtividade', 'Pendências', 'Gestão à Vista', and 'Metas Nacionais'.

▶ **Reuniões e visitas técnicas com as Equipes das 13 Regionais (virtuais e/ou presenciais)**

A Divisão Interprofissional Forense realizou reuniões e visitas técnicas com as Equipes das 13 Regionais (virtuais e/ou presenciais) com o objetivo de orientar, auxiliar e apoiar os profissionais das equipes na gestão das atividades (fluxos de trabalho) e demandas mais complexas.

▶ **Apoio à Equipe Interprofissional da 9ª Região Judiciária**

Devido à elevada demanda por depoimentos especiais na Comarca de Caldas Novas, foi prestado apoio à equipe local na realização de uma força-tarefa, com o objetivo de garantir maior celeridade e efetividade na tramitação dos processos judiciais que requeriam esse procedimento em audiência.

▶ **Apoio à Equipe Interprofissional da 3ª Região Judiciária**

Força-tarefa realizada em Anápolis para atender 56 processos de habilitação para adoção que estavam represados com a Equipe Interprofissional da 3ª Região Judiciária. A ação teve duas diligências e o relatório de conclusão foi entregue pela equipe da força tarefa culminando no fim do represamento e o atendimento de todos os processos.

▶ **Apoio à Equipe Interprofissional da 7ª Região Judiciária**

A partir de uma reunião realizada em 8 de março de 2024, com a equipe interprofissional da 7ª Região Judiciária, identificou-se um acúmulo de processos aguardando atendimento em número muito superior à capacidade de atendimento pela equipe técnica responsável pela regional. A partir da coleta desses dados, a Divisão Interprofissional Forense da CGJGO fez a triagem dos processos e articulou com a respectiva Diretoria do Foro medidas para sanear a demanda, culminando na publicação de portaria que restringia a atuação da equipe interprofissional a determinadas comarcas por período de 90 (noventa) dias, destinando os processos excedentes para indicação de peritos externos. Esta ação resultou em maior celeridade do atendimento dos processos.

▶ **Consultorias na 5ª, 6ª e 11ª Região Judiciária**

Foram realizadas consultorias pela Divisão Interprofissional Forense da Corregedoria-Geral da Justiça no período de fevereiro a agosto de 2024 com as Equipes Interprofissionais Forenses das Regiões de Formosa, Rio Verde e Goianésia. As ações incluíram a análise de processos represados, com desmembramento dos casos das varas de família para peritos externos e priorização do atendimento das equipes, de processos mais complexos das varas de infância, juventude e criminais, obtendo como resultado das sugestões apresentadas, a publicação de portarias pela diretoria dos foros, promovendo maior eficiência e celeridade no atendimento das demandas.

▶ **Atuação junto às Equipes Interprofissionais Forenses das Regiões Judiciárias**

Por meio de articulação da Divisão Interprofissional Forense desta Casa Censora, uma pedagoga aprovada em concurso geral foi identificada e direcionada para integrar a equipe interprofissional da 6ª Região Judiciária. Após diálogo com a Diretoria do Foro, a profissional foi oficialmente lotada, gerando impacto direto na execução das atividades da equipe, com reflexos positivos na eficiência e qualidade da prestação jurisdicional.

Ainda em ação de natureza similar a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por sua Divisão Interprofissional Forense, identificou uma servidora cedida pela Prefeitura de Goianésia, com formação em Serviço Social, que atuava em cartório na respectiva Comarca, na 11ª Região Judiciária. Após articulação com a Diretoria do Foro, a profissional foi realocada para integrar a equipe interprofissional, fortalecendo as atividades da regional e gerando impacto positivo na execução da presente meta.

▶ **Implementação da agenda compartilhada de Depoimento Especial em âmbito estadual**

Com o objetivo de aprimorar a gestão e organização dos agendamentos de Depoimentos Especiais nas Comarcas do Interior, foi desenvolvida uma agenda *on-line* destinada às Equipes Interprofissionais. Essa ferramenta permite uma melhor coordenação dos atendimentos no âmbito da regional de sua jurisdição, de modo

a promover uma maior eficiência e praticidade no planejamento das atividades, reforçando o compromisso com a inovação e otimização dos processos judiciais no âmbito do Poder Judiciário.

▶ **Força-Tarefa nos Processos de Adoção**

A Divisão Interprofissional Forense da CGJGO, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO, atuou diretamente na força-tarefa para atender processos de adoção represados. As ações incluíram mediação com as equipes regionais, organização de fluxos de trabalho e atendimentos de processos pela Divisão, quando necessário, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional no 1º grau e para pontuação no Prêmio CNJ.

▶ **Encontro com as Equipes Interprofissionais Forenses**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por meio da Divisão Interprofissional Forense, promoveu nos dias 5 e 6 de setembro de 2024, o 4º Encontro com as Equipes Interprofissionais Forenses, com o tema: Autocuidado e Saúde Mental.

Este evento buscou proporcionar um espaço de reflexão e troca de conhecimentos sobre a importância do cuidado com a saúde mental no ambiente forense, reconhecendo o impacto das atividades judiciais e interdisciplinares no bem-estar dos profissionais envolvidos.



META 6

Implementar 6 ações com o intuito de aperfeiçoar os mecanismos de gestão e fiscalização do Foro Judicial

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Macrodesafio 3

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Juiz Responsável

- Juizes Auxiliares da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO
- Assessoria de Orientação e Correição da CGJGO
- Assessoria Correicional da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

Indicador

Ações de Aperfeiçoamento (AA)

Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

Resultado
Meta cumprida com 7 ações 

0%

100%

► Gabinete Itinerante do Corregedor-Geral



O projeto "Gabinete Itinerante do Corregedor-Geral" foi instituído pelo Desembargador Leandro Crispim no início da sua gestão como Corregedor-Geral da Justiça de Goiás (Provimento CGJGO nº 99/2023). Essa iniciativa tem por objetivo fortalecer a relação institucional do Poder Judiciário, aproximando a Corregedoria das diversas Comarcas do Estado.

É por meio do "Gabinete Itinerante" que o Corregedor-Geral e sua equipe deslocam-se até as comarcas polo/sede para realizar atendimentos presenciais, ouvir demandas locais, orientar magistrados(as) e servidores(as) em questões específicas, abertas ou reservadas, além de promover audiência pública com a



comunidade. Essa proximidade permite identificar desafios específicos de cada região e implementar soluções mais eficazes, promovendo uma justiça mais humanizada e acessível. Durante as edições do Programa Encontros Regionais, realizados ao longo do biênio 2023/2025, o Desembargador Leandro Crispim, empregou concretude ao projeto "Gabinete Itinerante" e realizou inúmeros atendimentos a magistrados(as), servidores(as), delegatários e colaboradores do foro extrajudicial e cidadãos, reforçando o compromisso da Corregedoria-Geral da Justiça em estar presente e atuante em todo o Estado de Goiás.

Essa iniciativa tem sido reconhecida por promover maior interação, dinamismo e diálogo aberto entre o Poder Judiciário e a sociedade, resultando em milhares de participações nos Encontros Regionais realizados na gestão. A instituição do "Gabinete Itinerante" reflete o compromisso da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás em descentralizar suas atividades, garantindo que as demandas locais sejam ouvidas e atendidas, materializando a eficiência da justiça goiana, bem como sua proximidade com o cidadão.

► Visitas Correicionais aos Magistrados empossados no último concurso

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) nomeou, em novembro de 2024, 44 (quarenta e quatro) juízes substitutos aprovados no 58º Concurso para o cargo. A cerimônia de posse ocorreu no dia 28 de novembro de 2024.

Após a posse, os novos magistrados passaram por um período de formação inicial, que incluiu atividades teóricas e práticas, visando prepará-los para o exercício pleno da judicatura. Parte desse treinamento envolveu visitas



correicionais às unidades judiciárias, supervisionadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO).

As visitas correicionais têm como objetivo avaliar o funcionamento das unidades judiciais, assegurar a conformidade com as normas vigentes e orientar os magistrados sobre as melhores práticas na gestão processual e administrativa. Para os juízes recém-empossados, essas visitas são fundamentais para familiarizá-los com a realidade das Comarcas e promover uma atuação alinhada aos padrões de eficiência e transparência exigidos pelo TJGO.

A Corregedoria-Geral tem se empenhado em finalizar o cronograma de visitas correicionais nas unidades judiciárias, incluindo aquelas onde os(as) novos(as) Magistrados(as) atuarão. Essa iniciativa visa garantir que todas as unidades estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas e que os(as) Juízes(as) disponham do suporte necessário para desempenhar suas funções de maneira eficaz. Além das visitas correicionais, os(as) novos(as) Magistrados(as)

participam de programas de capacitação contínua oferecidos por este Órgão Censor, pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás (ESMEG) e pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG) em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que complementam sua formação e contribuem para o aprimoramento da prestação jurisdicional goiana.

► Inspeções e Correições – Assessoria Correicional

As correições ordinárias gerais e extraordinárias, designadas a critério do Corregedor-Geral, são realizadas pela Assessoria Correicional da CGJGO na forma presencial e eletrônica, mediante diretrizes devidamente estabelecidas pela Assessoria de Orientação e Correição, pela Diretoria de Correição e Serviços de Apoio, mediante as coordenadas e metas definidas pela equipe de Juízes Auxiliares deste Órgão Censor.

As correições ordinárias periódicas no Foro Judicial, na modalidade autoinspeção, são realizadas anualmente pelo Juiz de Direito titular, respondente ou substituto responsável pela unidade judiciária e abrange a respectiva serventia judicial ou UPJ (Unidade de Processamento Judicial), onde foi implantada, além do Gabinete do(a) Magistrado(a).

Sobre as inspeções do Foro Judicial, a Assessoria Correicional da CGJGO elaborou o questionário das correições ordinárias e periódicas que são realizadas pelos próprios Juízes(as) nas respectivas unidades judiciárias de suas titularidades. Ao longo da gestão foram realizadas o total de 177 (cento e setenta e sete) Inspeções no Foro Judicial (correições, visitas correicionais e vitaliciamento).



► **Encontros Regionais – Painéis com foco na gestão horizontal colaborativa**

Durante as edições do Programa Encontros Regionais promovidos pela CGJGO, foram realizados painéis focados na gestão horizontal colaborativa. Essa abordagem visou promover uma administração mais participativa e integrada, incentivando a comunicação aberta e a responsabilidade compartilhada entre magistrados, servidores e demais integrantes do sistema de justiça.

O Desembargador Leandro Crispim, Corregedor-Geral da Justiça, ao longo de sua gestão destacou a importância dessa metodologia ao afirmar que a busca por uma gestão horizontal cooperativa, baseada na escuta ativa, contribui para uma administração humanizada, que prima pela economicidade, capacitação e

eficiência, enfatizando sempre que, embora as metas sejam audaciosas e as tarefas complexas, é essencial promover o diálogo para alinhar os propósitos estratégicos do Poder Judiciário e realizar a justiça de forma eficaz.

► **Capacitação de Servidores(as) empossados(as) no TJGO**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) desempenha um papel fundamental na capacitação de servidores recém-empossados no Poder Judiciário goiano, já que em colaboração com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG), a Corregedoria promove programas de formação contínua, visando aprimorar as competências de novos servidores e assegurar a excelência na prestação dos serviços judiciais.



► Lançamento do Sistema Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON)

O Sistema de Gestão e Controle (SIGESCON) é uma ferramenta desenvolvida pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) para aprimorar o acompanhamento e a fiscalização das atividades judiciais e extrajudiciais no Estado. Ele foi implementado em substituição ao antigo Sistema Controle, o qual visa oferecer funcionalidades mais avançadas e uma interface mais intuitiva para os usuários.

O SIGESCON permite que os assessores correicionais obtenham uma visão mais rápida e abrangente sobre a situação das serventias, facilitando a identificação de pendências e o monitoramento do cumprimento de prazos e procedimentos. Além disso, o sistema auxilia na geração de dados estatísticos e na criação de alertas por comarca e unidade judiciária, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente.

Para apresentar as funcionalidades do SIGESCON e orientar os usuários em sua utilização, a CGJGO realizou um evento *on-line* intitulado "Webinário SIGESCON", com o objetivo de demonstrar as capacidades do sistema e esclarecer dúvidas dos participantes.

A adoção do SIGESCON reflete o compromisso da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás em modernizar seus processos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, tanto que o vídeo relativo ao webinário foi disponibilizado no canal oficial da CGJGO, no *YouTube*.



QR Code do
Webinário
SIGESCON

► Manuais Práticos da CGJGO

Os manuais práticos sobre as rotinas das escritanias cíveis, criminais, de distribuição e cumprimento de mandados judiciais, padronização das práticas na execução penal, além das rotinas do gabinete de 1º grau e das orientações para os conselhos da comunidade, são instrumentos fundamentais para garantir a eficiência e a melhoria das atividades cotidianas do sistema judiciário, uma vez que esses guias promovem uniformidade, eficiência e transparência nos trâmites processuais, desempenhando um papel crucial na administração das serventias judiciais.

A padronização de procedimentos é um dos principais benefícios proporcionados por tais manuais. Eles asseguram que todas as unidades sigam diretrizes comuns, reduzindo inconsistências e garantindo o cumprimento das normas processuais e administrativas. Assim, evitam interpretações divergentes e garantem que os atos sejam conduzidos de forma uniforme em todo o 1º grau do Poder Judiciário goiano. Além disso, os manuais são instrumentos valiosos para aprimorar a eficiência administrativa, oferecendo orientações claras e objetivas. Eles ajudam a reduzir o tempo despendido com tarefas burocráticas, diminuem a ocorrência de erros e melhoram a qualidade do trabalho nas escritanias judiciais. Como consequência, os processos tramitam de maneira mais ágil, permitindo uma prestação jurisdicional mais eficiente.

Outro aspecto relevante é a contribuição dos manuais na capacitação de servidores, haja vista que servem como materiais de referência indispensáveis tanto para o treinamento de novos colaboradores, quanto para a atualização dos mais experientes, especialmente em contextos de mudanças legislativas ou atos normativos de natureza administrativa. Eles também facilitam a adaptação às novas tecnologias e sistemas eletrônicos, como o Processo Judicial Digital (PROJUDI), o

Sistema de Gestão e Controle (SIGESCON), a Plataforma de Atendimento Eletrônico da Corregedoria (PAE/CGJGO), o Sistema Gestão à Vista do TJGO, entre outros, essenciais para lidar com o aumento constante de demandas judiciais.

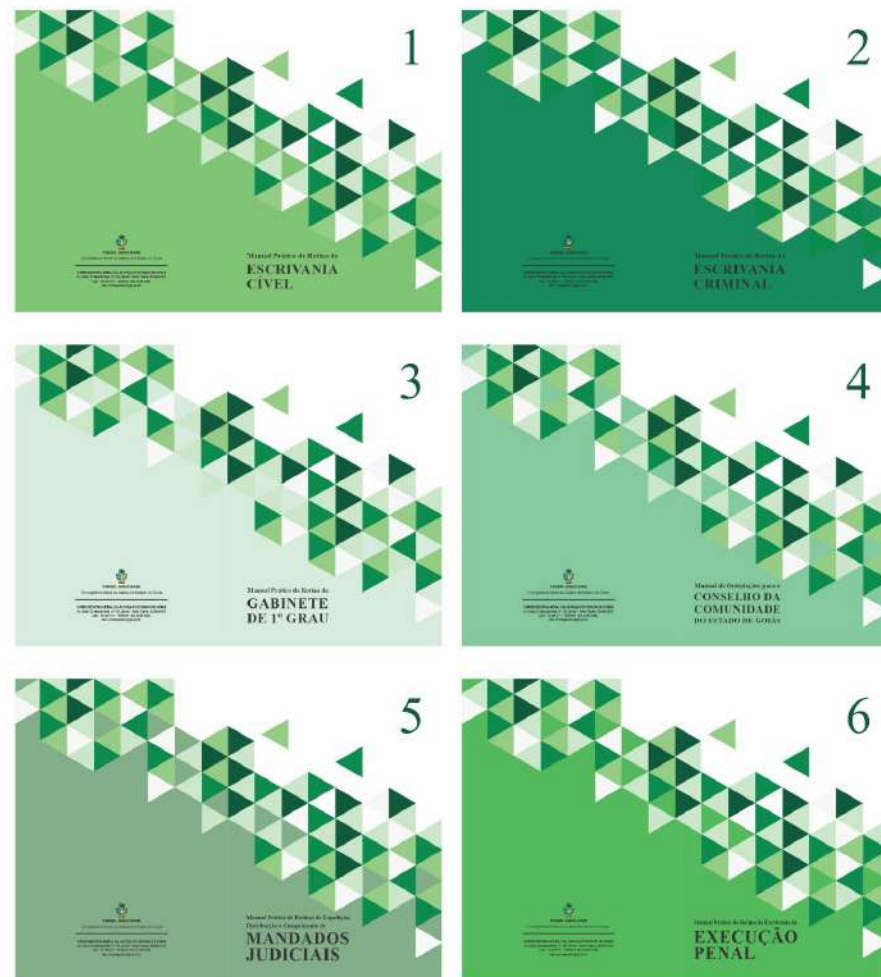
Na área de execução penal, os manuais desempenham um papel ainda mais crítico, garantindo precisão técnica no cumprimento das penas. Eles ajudam a evitar problemas como atrasos na progressão de regimes ou na concessão de benefícios, assegurando os direitos dos apenados e contribuindo para a eficácia do sistema penal vigente. Em síntese, os manuais práticos são indispensáveis para organizar e modernizar as rotinas condizentes à prestação jurisdicional como fim, garantindo padronização, eficiência e acessibilidade à Justiça. São ferramentas que beneficiam tanto os servidores, quanto os cidadãos, fortalecendo a gestão pública e promovendo um sistema judiciário mais justo e eficaz.

Por último, os manuais contribuem para a transparência institucional e a melhoria no atendimento ao público. Com procedimentos bem definidos, cidadãos e advogados são atendidos de maneira mais uniforme e eficiente, fortalecendo a confiança da sociedade no sistema judiciário.

Em resumo, os manuais práticos são ferramentas indispensáveis para a organização e modernização do Judiciário, por promoverem eficiência e garantirem a equidade e o clamado acesso à Justiça para todos, gerando benefícios notórios para servidores e jurisdicionados em geral. O investimento na elaboração e atualização desses manuais reflete um compromisso com a qualidade da administração pública e o fortalecimento da prestação jurisdicional célere e de qualidade.



QR Code dos
Manuais Práticos



META 7

Alcançar 100% de cumprimento quanto às metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, no pertinente às atividades correicionais a serem desenvolvidas ao longo deste biênio

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Juiz Responsável

- Juizes Auxiliares da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

Indicador

Metas Estabelecidas pela Corregedoria Nacional no Biênio

Linha de Base

2023 / 2024 = 0%

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

 **Resultado**
Meta cumprida com **100%** de desempenho



► Controle das Metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O Sistema de Controle de Metas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) desempenha um papel fundamental no acompanhamento, monitoramento e verificação dos dados inseridos no "Controle de Metas do CNJ", quanto às Metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representando o compromisso do TJGO/CGJGO com o aperfeiçoamento constante da gestão judiciária, buscando agregar às suas atividades um desenvolvimento sempre mais célere, eficiente e de qualidade.

Para assegurar o cumprimento dessas metas, a CGJGO utiliza seu Sistema de Controle de Metas para coletar, analisar e monitorar os dados referentes ao desempenho das apurações disciplinares em caráter geral, ou seja, o controle alcança só procedimentos disciplinares, as reclamações disciplinares, as sindicâncias ou outras classes e assuntos que podem levar à responsabilização de magistrados e tribunais, bem como dos serviços judiciários auxiliares, serventias judiciais e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro (foro extrajudicial). Esse sistema permite uma gestão eficiente das informações, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de estratégias para alcançar os objetivos propostos.

A integração dos dados no Sistema de Controle das Metas definidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, possibilita uma visão abrangente do progresso administrativo em tramitação via PJeCor em relação a cada uma das metas estabelecidas, permitindo à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás adotar medidas proativas para corrigir inconsistências procedimentais e atrasos

injustificados, com vistas ao aprimoramento da eficiência operacional. Além disso, o monitoramento contínuo garante maior transparência e *accountability*, reforçando o compromisso com a excelência na prestação dos serviços administrativos correlatos a tais metas.

Vale destacar que as Metas 1, 2 e 3 da Corregedoria Nacional de Justiça, fazem parte das Metas Nacionais estabelecidas para todas as Corregedorias dos Tribunais brasileiros nos anos de 2023 e 2024, com o objetivo de promover eficiência, celeridade e qualidade na gestão de procedimentos disciplinares, e foram assim redigidas:

Metas do ano de 2023:

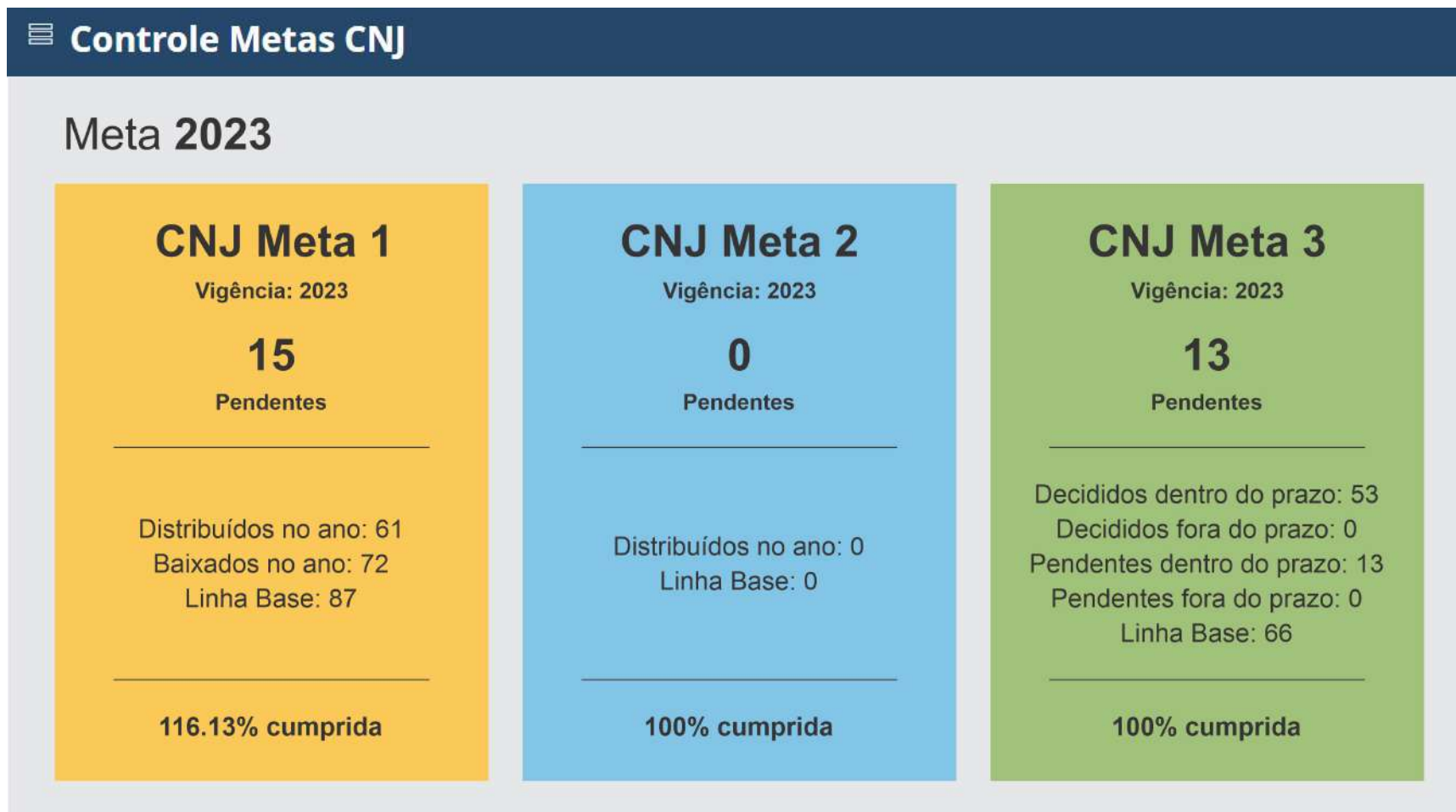
- Meta 1 – Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.
- Meta 2 – Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.
- Meta 3 – Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição.

Metas do ano de 2024:

- Meta 1 – Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano de 2024.
- Meta 2 – Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2023.
- Meta 3 – Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição.

Do Sistema de Controle de Metas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, atinente às metas da Corregedoria Nacional, extrai-se

as informações de que as Metas 1, 2 e 3 foram cumpridas com êxito, conforme demonstrado nos seguintes quadros:



Meta 2024

CNJ Meta 1

Vigência: 2024

11

Pendentes

Distribuídos no ano: 85
Baixados no ano: 90
Linha Base: 101

104.65% cumprida

CNJ Meta 2

Vigência: 2024

0

Pendentes

Distribuídos no ano: 0
Linha Base: 0

100% cumprida

CNJ Meta 3

Vigência: 2024

1

Pendentes

Decididos dentro do prazo: 86
Decididos fora do prazo: 0
Pendentes dentro do prazo: 1
Pendentes fora do prazo: 0
Linha Base: 87

100% cumprida



META 8

Constituir 4 iniciativas de aprimoramento e zelo da imagem institucional desta Corregedoria, com vistas a potencializar a divulgação dos programas contínuos, projetos e demais atividades

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CONHECIMENTO

Macrodesafio 12

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e de Proteção de Dados

Juiz Responsável

- Juizes Auxiliares da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO
- Divisão de Comunicação Social da CGJGO

Indicador

Iniciativas de Aprimoramento (IA)


Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

Resultado

Meta cumprida com 4 iniciativas 

0%

100%



► Reestruturação do Portal da CGJGO

O aperfeiçoamento do Portal da Corregedoria, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, foi realizado como resultado dos esforços de um grupo de trabalho designado pelo Corregedor-Geral da Justiça de Goiás, Desembargador Leandro Crispim, logo no início da gestão.

O novo *layout* foi desenvolvido com o objetivo de tornar a navegação mais intuitiva e facilitar o acesso dos usuários, atribuindo maior visibilidade aos principais serviços da Corregedoria. No início da página, no “menu principal”, é possível acessar informações institucionais, projetos, sistemas, e outros serviços da Corregedoria. Entre as funcionalidades de destaque estão: o “Atendimento ao Cidadão”, o “Acesso aos Serviços Extrajudiciais” e o “Banco de Peritos”. É importante citar também o campo de acesso rápido a “Consulta de Selo”, a inserção de ícones dos principais serviços, além dos banners de “Divulgação” e do “Carrossel de Vídeos”.

Essa reestruturação teve como objetivo tornar a navegação mais eficiente e acessível para os usuários do site, contribuindo para a transparência e agilidade nos serviços prestados pela CGJGO.

A atualização contínua e a adaptação às necessidades do público demonstram o compromisso com a melhoria no atendimento à sociedade, consolidando o Portal como uma ferramenta essencial para a comunicação e o acesso aos serviços da Corregedoria.



QR Code do Portal da Corregedoria

The screenshot displays the homepage of the CGJGO Portal. At the top, there is a navigation menu with links for TRIBUNAL, INSTITUCIONAL, PROGRAMAS E PROJETOS, SISTEMAS, EXTRAJUDICIAL, and CONTATOS. Below the menu, a teal banner features three main service icons: ATENDIMENTO AO CIDADÃO, SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, and BANCO DE PERITOS. A central section titled 'Consulta de Selo' includes a search input field and a grid of service icons such as 'Pal Presente', 'Associação Internacional', 'Códigos de Normas', 'Atos e Publicações', 'Declaração das Unidades Judiciais e Extrajudiciais', and 'Banco de Administradores Judiciais'. To the right, a large banner for 'Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás' features a carousel of images, with the current slide showing a modern building interior. Below the banner is a 'Notícias' section with two news items dated 25 Nov 2024 and 12 Nov 2024. Further down, a 'Divulgação' section contains four promotional cards for 'PLANO DE GESTÃO', 'CARTA DE SERVIÇOS', 'Programa Encontros Regionais de Audiências Públicas', and 'Regularização'. The bottom section, 'Vídeos', shows a carousel of video thumbnails with the title 'Corregedoria em Foco - TIGO em Foco'.

► Corregedoria em Foco

O projeto Corregedoria em Foco foi idealizado pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Leandro Crispim, com o intuito de divulgar os programas e as principais ações deste Órgão Censor. A iniciativa visa proporcionar maior aproximação entre a Corregedoria e a sociedade garantindo uma comunicação mais simples e eficaz.

Na primeira edição, destacou-se o Programa Escuta, que atua na prevenção e no enfrentamento de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Nas 15 edições seguintes, foram abordados temas variados e de grande relevância, como o Programa Pai Presente, o Portal da Corregedoria, o Programa Encontros Regionais, a Central de Processamento Eletrônico (CPE), o Programa Pilares, a Central de Atendimento Eletrônico (CAE), o Programa Apoema, a Adoção Internacional, o Banco de Peritos, o Webinário do Sistema de Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON), a Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!”, o Banco de Administradores Judiciais, o Assistente de Notificação do SIGESCON, o Programa RegularizAÇÃO e o Pai Presente Volante.

O projeto Corregedoria em Foco tem sido uma ferramenta importante para o compartilhamento de informações e a comunicação direta entre a CGJGO e o público. A divulgação dos vídeos amplia o alcance das iniciativas e permite que um número cada vez maior de pessoas tenha acesso aos temas abordados, fortalecendo o engajamento e a participação da sociedade nas ações da Corregedoria. Todas as edições do projeto estão disponíveis no canal do *YouTube* da Diretoria de Planejamento e Programas da Corregedoria.



QR Code dos vídeos do Projeto Corregedoria em Foco

► Informativo



O Informativo da Corregedoria-Geral da Justiça tem como objetivo a publicação e divulgação de forma clara e concisa, de entrevistas, relatos jornalísticos, registros fotográficos e informações relevantes dos assuntos institucionais deste Órgão Censor.

Desenvolvido com um estilo mais claro, arrojado e transparente, o informativo sintetiza os principais projetos, atividades e ações realizadas a cada semestre da atual gestão.

A cada nova edição, o Informativo se renova com conteúdos mais modernos, humanizados e interativos, cumprindo sua missão de aprimorar a atividade jurisdicional e informar a sociedade sobre as ações de maior repercussão do órgão censor.

Os Informativos da CGJGO estão disponíveis em formato *on-line* no site da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás.



QR Code dos
Informativos da
Corregedoria

► Carta de Serviços

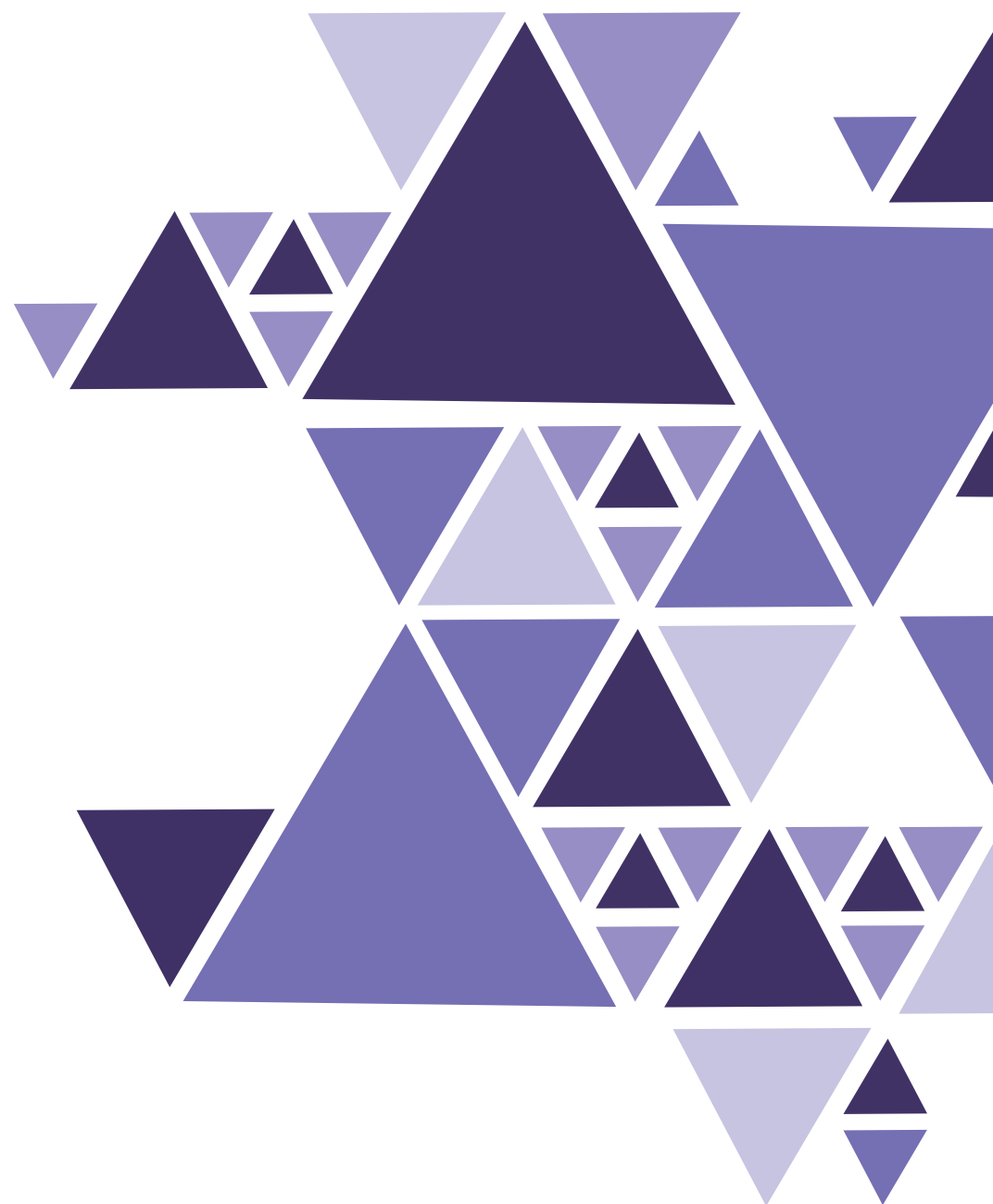
A Carta de Serviços da CGJGO é um documento que apresenta, de forma sintética e objetiva, os serviços oferecidos. Seu intuito é promover a transparência e facilitar o relacionamento entre a sociedade e a Corregedoria, orientando os cidadãos sobre como acessar e utilizar os serviços disponibilizados.

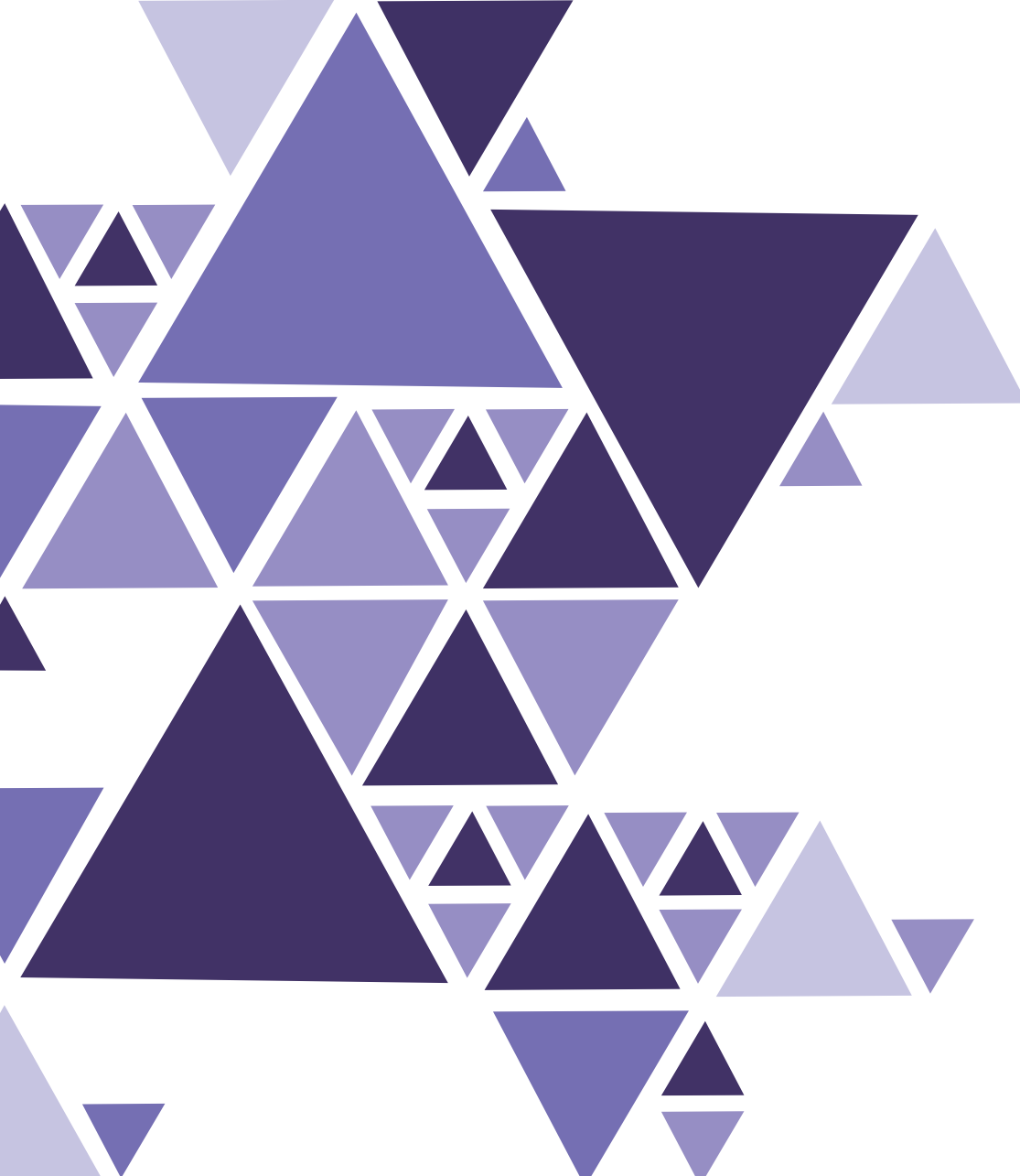
Cada capítulo da Carta de Serviços foi separado em categorias específicas: acesso ao Cidadão, ao Extrajudicial, ao Magistrado, ao Servidor, além de instruções sobre os Sistemas Informatizados. Cada tópico inclui informações detalhadas, como descrição do serviço, formas de contato, endereço, telefone e a unidade responsável.

A nova versão da Carta de Serviços foi desenvolvida para atender tanto aos cidadãos quanto ao público interno, tornando mais simples a compreensão e o uso dos serviços da Corregedoria.



QR Code da
Carta de Serviços
da CGJGO





PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIOS

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

META 9

Promover 10 ações de aperfeiçoamento para servidores e magistrados com foco no desenvolvimento de habilidades técnico-profissionais e relacionais, bem como de práticas socioambientais

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CONHECIMENTO

Macrodesafio 10

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

▶ **Juiz Responsável**

- ▶ Juizes Auxiliares da CGJGO

▶ **Área/ Divisão Responsável**

- ▶ Secretaria-Geral da CGJGO
- ▶ Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO
- ▶ Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

▶ **Indicador**

Ações de Aperfeiçoamento para Servidores e Magistrados (AASM)



Linha de Base

2023 = Zero



Polaridade ▲

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta



Resultado

Meta cumprida com 12 ações



► **Webinário da Infância e Juventude – Temática Infracional com ênfase no CNIUPS**

O evento *on-line* em destaque, denominado Webinário da Infância e Juventude – Temática Infracional com ênfase no Cadastro Nacional de Inspeção de Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS), foi realizado em 13 de abril de 2023, e reuniu diversas Magistradas e Magistrados, Representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Socioeducativo, além do público participante integrado por Servidores da Justiça, Coordenadores e Técnicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás e outros tantos convidados. As exposições se sucederam com uma abordagem profícua e direta sobre a relevância de se instituir estratégias mais humanizadas nesta seara. O referido webinário foi promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO em parceria com a CGJGO.

► **Webinário Sistema Nacional de Adoção (SNA)**

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, incumbindo-se da missão de orientar e trabalhar para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no âmbito do 1º grau, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO e com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG), realizou o Webinário do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 29 de maio de 2023, na modalidade *on-line*, evento transmitido tanto pela Plataforma *Zoom Meetings*, quanto pelo canal da Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO no *YouTube*. A EJUG ficou responsável pelas inscrições, registro de presenças e pela certificação dos

participantes e dos instrutores da capacitação. A coordenação geral do evento ficou a cargo da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO.

► **Webinário da Infância e Juventude – Temática Infracional com ênfase no sistema VSA**

Com quase 200 participações foi realizado em 24 de agosto de 2023, o Webinário da Infância e Juventude que tratou da temática infracional com ênfase no sistema VSA utilizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. O evento ocorreu na modalidade *on-line* (pela plataforma *Zoom Meetings* e pelo Canal da Diretoria de Planejamento da Corregedoria-Geral da Justiça no *YouTube*). O evento foi realizado pelo TJGO, CGJGO, EJUG e Coordenadoria da Infância e Juventude.

► **Assessoramento Técnico na Formação em Depoimento Especial de profissionais nos PID's (Pontos de Inclusão Digital) e Peritos Psicossociais cadastrados no Banco de Peritos**

O assessoramento técnico contínuo às equipes interprofissionais do Judiciário, compostas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, é uma ação estratégica e indispensável para efetividade da prestação jurisdicional no 1º grau, seja com relação à capacitação de profissionais nos PID's (Pontos de Inclusão Digital), seja para orientação de Peritos Psicossociais cadastrados no Banco de

Peritos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás. Por meio deste suporte a CGJGO, por sua Divisão Inteprofissional Forense, garante que profissionais com atuação em processos judiciais recebam orientação especializada, o que contribui para o fortalecimento da atuação técnica, assegurando a uniformidade, a qualidade e a celeridade nos atendimentos.

Participações:

- Turma 1 de 2023 – 19 profissionais técnicos
- Turma 2 de 2023 – 38 profissionais técnicos
- Turma 3 de 2024 – 48 assistentes sociais e psicólogos
- Turma 4 de 2024 – 59 assistentes sociais e psicólogos

► **Programa APOEMA**

O projeto Apoema é uma iniciativa estratégica da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás em apoio às Comarcas no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional para a sociedade, com foco na melhoria das relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho por meio da realização de Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz.

Com o objetivo de alcançar um maior número de servidores e magistrados e propiciar o desenvolvimento de pessoas dentro da instituição, o Programa Apoema visa promover a cultura de paz e qualidade de vida no ambiente de trabalho, por meio de práticas restaurativas, utilizadas estrategicamente como instrumento de promoção da saúde emocional,

autocuidado, responsabilização e resolução de conflitos por meio da comunicação não violenta no ambiente de trabalho.

Para tanto, cada edição do Programa Apoema da Corregedoria é realizado em 4 (quatro) etapas distintas e muito bem definidas, conforme a apresentação que se segue:

- Primeira Etapa: realização de entrevistas individuais de acolhimento por videoconferência, conhecido como pré-círculo, com fins de análise e diagnóstico das necessidades e das questões motivadoras das dificuldades por meio da plataforma *Zoom Meetings*;
- Segunda Etapa: realização do Círculo de Construção de Paz (presencial), com servidores, terceirizados e magistrados, com foco voltado ao autocuidado e saúde emocional;
- Terceira Etapa: Oficinas de Comunicação Não Violenta e de Autocuidado (presencial);
- Quarta Etapa: Produção de Relatório Técnico das ações realizadas pela Divisão Inteprofissional Forense.

Resultados:

- Apoema São Domingos – janeiro a junho/2024: 20 participantes;
- Apoema Secretaria-Executiva da CGJGO – 18 de dezembro de 2023; 15 a 19 de janeiro de 2024; 23 de janeiro de 2024; e 27 de fevereiro de 2024: 13 participantes;
- Apoema Caldas Novas – 27 de maio a 07 de junho de 2024: 110 participantes;
- Apoema Itapuranga – 18 e 19 de novembro de 2024: 45 participantes.

▶ **Curso de formação inicial dos(as) Magistrados(as) empossados no ano de 2023**

A CGJGO, por meio de suas áreas técnicas (Diretoria de Tecnologia da Informação, Assessoria Correicional e Diretoria Interprofissional Forense), esteve diretamente envolvida na programação desenvolvida pela EJUG, atinente ao Curso Oficial de Formação Inicial para os(as) novos(as) Magistrados(as), cuja capacitação foi direcionada para 60 (sessenta) novos(as) Juízes(as), e teve como enfoque principal temáticas com o viés essencialmente prático, haja vista que o concurso para ingresso na carreira da magistratura já exigiu dos aprovados o conhecimento teórico, ou seja, a base conceitual.

▶ **IV Encontro Estadual das Equipes Interprofissionais Forenses do TJGO**

As Equipes Interprofissionais Forenses do Poder Judiciário goiano, instituídas pelo Provimento CGJGO nº 14/2015, e, posteriormente, substituído pelo Provimento CGJGO nº 47/2021, são compostas por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais que prestam assessoramento técnico-especializado às unidades judicantes nas questões inerentes a atenção psicológica, social e pedagógica.

Com este olhar sensível, foi realizado nos dias 05 e 06 de setembro de 2024, na sede do TJGO, o IV Encontro Estadual das Equipes Interprofissionais Forenses do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com o tema “Saúde Mental e autocuidado: relações (intra e interpessoais) no trabalho e com o ambiente de trabalho”, cujo evento contou com a participação de 110 pessoas presencialmente.

O projeto tem o escopo de capacitar servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Equipes Interprofissionais Forense), visando ao desenvolvimento profissional, o fortalecimento das relações interpessoais por meio da reflexão sobre a relação entre saúde mental, autocuidado e produtividade, com foco na construção coletiva de novos modelos de trabalho, pautados no respeito, na colaboração e na efetividade da entrega de resultados aos jurisdicionados.

▶ **Capacitação das Equipes Interprofissionais Forenses**

De acordo com o art. 10, da Lei Federal nº 13.257/2016, “*os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a promoção contra toda forma de violência contra a criança*”.

Acatando a necessidade e importância da qualificação prevista na legislação de regência, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, por sua Divisão Interprofissional Forense, realizou o curso “Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas”, na modalidade EaD, com carga horária de 40 horas, tendo sido aplicado tal capacitação em duas turmas distintas.

- Turma 1: servidores das Equipes Interprofissionais Forenses do TJGO, realizado nos dias 5 a 26 de agosto de 2024, com 68 participantes.
- Turma 2: servidores da infância e juventude realizado nos dias 26 de agosto a 20 de setembro de 2024, com 83 participantes.

► 5º Encontro de Precedentes do Juizado Estadual

A relevância dos Juizados Especiais para a agilidade da Justiça e os avanços legislativos e jurídicos ao longo do tempo para a melhoria desse sistema foram o ponto central de palestra proferida no Auditório do Plenário Desembargador Homero Sabino de Freitas, na sede do TJGO, pelo Desembargador Ricardo Cunha Chimenti do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). A apresentação fez parte da programação da 1ª Semana Nacional dos Juizados Especial do TJGO, que aconteceu entre 4 e 7 de junho de 2024.

Participaram o Coordenador Estadual do Sistema de Juizados Especiais do TJGO, Desembargador Marcus da Costa Ferreira, o Desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes, dentre outros Magistrados, Auxiliares da Presidência do TJGO e da CGJGO, e de Unidades Judiciárias do aludido sistema.

O objetivo do encontro foi o de promover a discussão de temas relevantes relativos à atuação dos juízes com competência para as causas elencadas na Lei Federal nº 9.099/1995, bem como de sugerir a unificação de entendimentos dos juízes no âmbito dos juizados especiais, com a consequente edição de enunciados que vão orientar os juízes nas atividades fim.

O encontro contou com salas temáticas, tratando de temas específicos às seguintes áreas: Criminal, Cível (Conhecimento, Execução, Fazendas Públicas e Turmas Recursais) e Rotinas de Secretarias.



QR Code dos
Enunciados
dos EPJ's





► **Seminário Marco Legal da 1ª Infância: o futuro se faz agora**

Alinhado aos Macrodesafios 1, 2 e 10 (Garantia dos Direitos Fundamentais; Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade; e Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas), da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (CNJ) para o Sexênio 2021/2026, a ação em referência impacta nesta meta 9. O “1º Seminário Marco Legal na 1ª Infância: o futuro se faz agora” foi realizado no dia 6 de setembro de 2024, presencialmente, no Auditório Desembargador José Lenar de Melo Bandeira do TJGO, com a participação de 143 pessoas.

O referido seminário, promovido por este Órgão Censor, teve como objetivo capacitar os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás,

magistrados(as) e profissionais das áreas de proteção social, educação, segurança e saúde, sobre a urgência de estabelecer prioridade nos atendimentos à primeira infância, assegurando a proteção dos direitos da criança, garantidos por lei, tendo atingido a finalidade de forma exitosa.

A realização do projeto em questão alinha-se ao Macrodesafio 10 da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (CNJ) para o Sexênio 2021/2026, referente ao Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, impactando na Meta 9 do Plano de Gestão da CGJGO – biênio 2023/2025.

► **Workshop “Comunicação e Atendimento Humanizado”**

O *workshop* com os Servidores da Comarca de Cavalcante foi realizado em 9 de outubro de 2024, como ação integrada ao “Projeto Raízes Kalunga”, utilizando a metodologia de Círculos de Construção de Paz envolvendo a comunicação não violenta e humanização do atendimento nos serviços oferecidos aos jurisdicionados, o que permitiu que todos os participantes tivessem espaço para expressar suas opiniões, o que enriqueceu as reflexões e discussões.





► Capacitação no Programa Encontros Regionais

Com a finalidade de promover o acesso e a melhoria da comunicação entre comunidade, servidores e a magistratura estadual, aperfeiçoando a interlocução da sociedade com o Poder Judiciário e suas respectivas comarcas, a Corregedoria em atendimento às Regiões Judiciárias goianas, que somam 13 regionais no primeiro grau de jurisdição, realizou o Encontro Regional – Audiência Pública nas aludidas regiões.

Na realização das edições dos Encontros Regionais foram promovidas capacitações que abrangem várias áreas com as seguintes temáticas: Linguagem Simples; BNMP – Baixa Processual em Geral; PROJUDI / PJD; Operacionalidade do Sistema Gestão à Vista; Gestão Aplicada do Processo Eletrônico e da Unidade Judicial; Prêmio Produtividade do TJGO; Gestão de Gabinete; Apresentação do Sistema Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON); Central Eletrônica de Mandados (CEM); Noções Introdutórias do Programa Apoema; Plantão e Audiência de Custódia;



Comunicação Não Violenta; além das apresentações dos temas inerentes ao Aplicativo Mulher Segura (Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Goiás) e Vozes Contra o Assédio.

A partir do Programa Encontros Regionais da CGJGO, foram realizadas as capacitações técnicas nas 13 (treze) Regiões Judiciárias do Estado de Goiás com o seguinte total de participações:

Totalização dos compêndios das participações em todos os Encontros Regionais realizados na gestão 2023/2025 da CGJGO	
Região Judiciária - Comarca Polo/Sede	Participações totais
7ª Região – Luziânia	3.537
11ª Região – Ceres	2.244
2ª Região – Aparecida de Goiânia	4.155
9ª Região – Caldas Novas	2.793
5ª Região – Jataí	3.859
3ª Região – Anápolis	3.464
4ª Região – Goiatuba	2.342
8ª e 10ª Regiões – São Luís de Montes Belos	3.338
6ª Região – Formosa	2.874
12ª e 13ª Regiões – Porangatu	2.525
1ª Região – Goiânia	7.675
Total geral	38.806

Fonte: Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO



QR Code da
Cartilha Vozes
contra o Assédio





**META
10**

Desenvolver e implantar pelo menos 6 novos sistemas que contribuam para a melhoria da eficiência do 1º grau, do serviço extrajudicial ou desta Corregedoria, oferecendo maior apoio à gestão, ao cidadão e à fiscalização, sobretudo com a finalidade de garantir a qualidade dos serviços prestados ao jurisdicionado

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CONHECIMENTO

Macrodesafio 12

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e de Proteção de Dados

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 2

Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 3

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Macrodesafio 9

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Juiz Responsável

- Juizes Auxiliares da CGJGO

Área/ Divisão Responsável

- Secretaria-Geral da CGJGO
- Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO

Indicador


Implantação de Novos Sistemas (INS)

Linha de Base

2023 = Zero

Polaridade

O desempenho melhora na medida que o resultado aumenta

Resultado
Meta cumprida com **7** sistemas 

0%

100%



► Sistema de Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON)

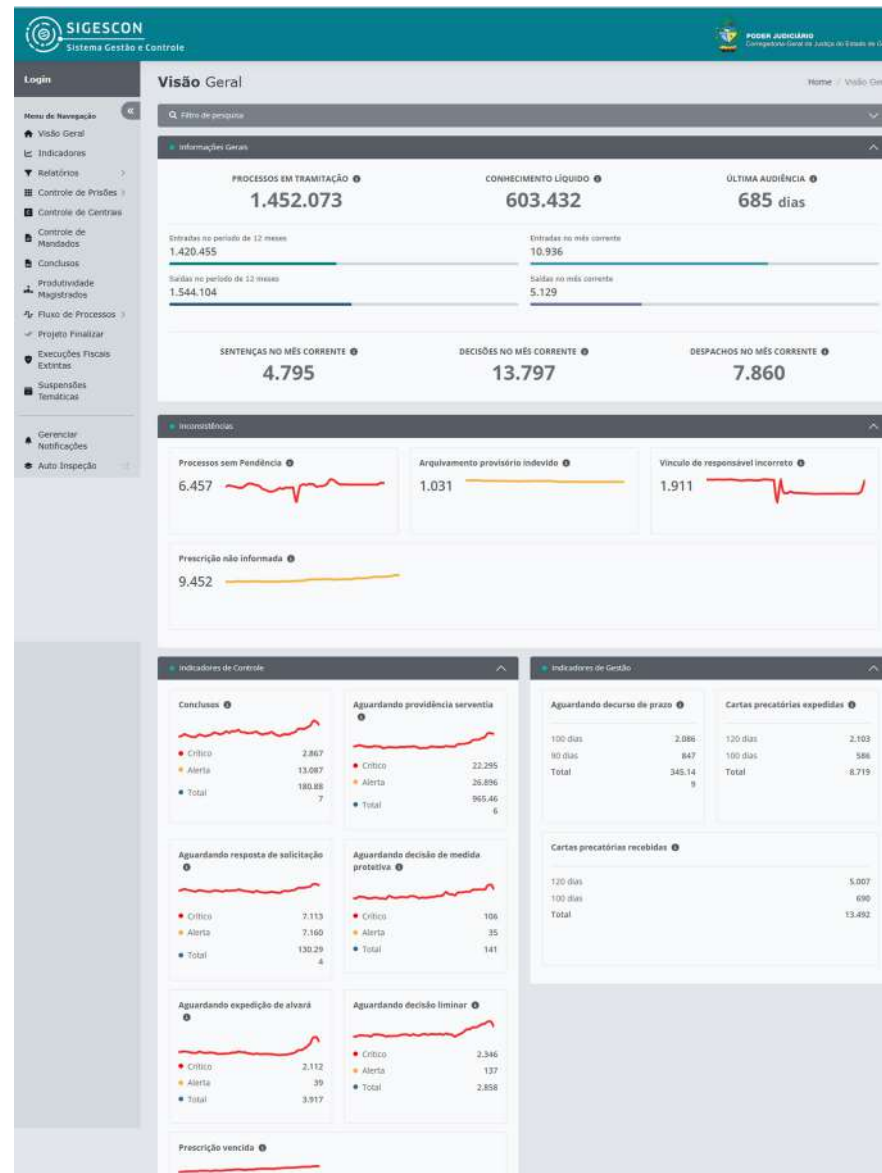


Com o objetivo de aprimorar as atividades realizadas no primeiro grau de jurisdição, o Sistema de Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON) foi desenvolvido para substituir o antigo Sistema Controle, oferecendo suporte às unidades judiciárias, a fim de promover maior eficiência e agilidade na tramitação dos processos.

Voltado para a autogestão e adotando uma linguagem simples e clara, o SIGESCON é um sistema moderno e intuitivo, com ferramentas de grande valia na organização da unidade judiciária e no aperfeiçoamento dos trabalhos realizados no 1º grau de jurisdição.

O sistema conta com vários mecanismos de pesquisa, diversos relatórios e múltiplos referenciais que permitem a rápida e precisa localização de inconsistências e situações de maior relevância para a mais eficiente gestão e o efetivo controle e saneamento das respectivas questões.

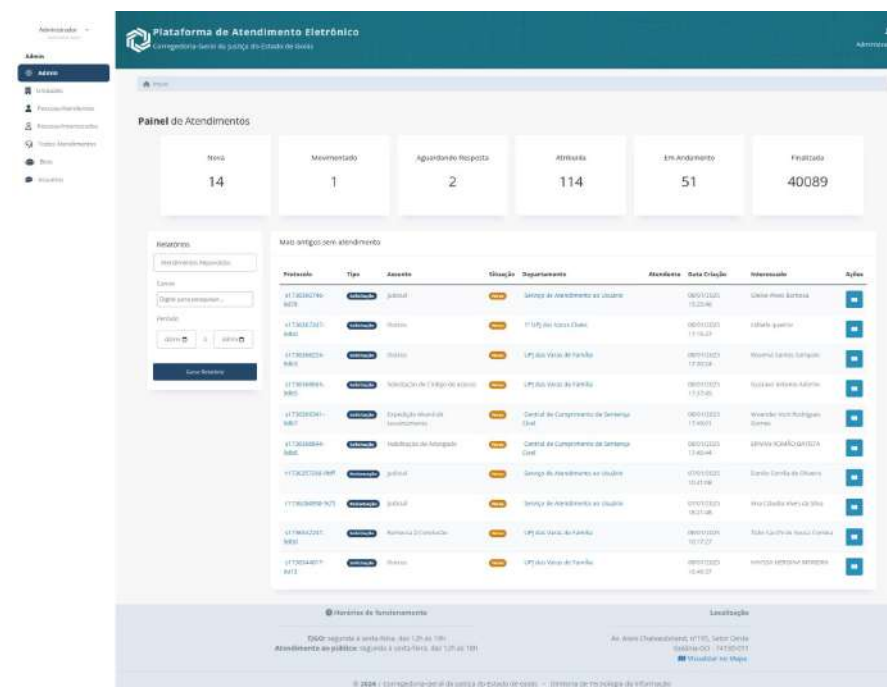
Dentre as inúmeras inovações e funcionalidades destacam-se: (a) a presença de indicadores de inconsistência e de controle, contendo as informações mais importantes, com base em elementos objetivos como classes de processos, movimentos e pendências processuais; (b) a facilidade de elaboração de relatórios personalizados, a partir de critérios fixados pelo próprio usuário; (c) o detalhamento e individualização de cada processo, conforme o indicador selecionado, com o consequente redirecionamento automático do SIGESCON para o sistema processual, permitindo a solução definitiva da questão.



▶ Plataforma de Atendimento Eletrônico (PAE)

O Corregedor-Geral da Justiça de Goiás, Desembargador Leandro Crispim, lançou durante o biênio 2023/2025 a Plataforma de Atendimento Eletrônico (PAE), regulamentada pelo Provimento CGJGO nº 122/2024.

Alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás, a PAE reúne três sistemas de atendimento: o GPTCor (atendimento automatizado), a Central de Atendimento da Corregedoria (CAC) e a Central de Atendimento do Primeiro Grau (CAP), que utilizam tecnologia avançada e inteligência artificial para proporcionar serviços mais eficientes e acessíveis à sociedade.



QR Code da PAE



GPTCor

O GPTCor consiste em uma inteligência artificial projetada para fornecer respostas imediatas para consultas relacionadas a processos judiciais em trâmite no Poder Judiciário

goiano, a partir da implementação de tecnologia desenvolvida pela OpenAI, no âmbito desta Corregedoria. Esta ferramenta não somente agiliza o atendimento, como também garante que os usuários recebam informações precisas e atualizadas relativas aos seus processos.

A utilização de um sistema de Inteligência Artificial (IA), como o Chat GPT (atendimento automatizado), contribui para a redução na carga de trabalho, minimização de erros, aceleração no trâmite processual e entrega da prestação jurisdicional, por meio de reconhecimento voz, tomada de decisões, tradução de idiomas e processamento de linguagem natural, através de um modelo de linguagem baseado em IA que utiliza aprendizado profundo para gerar respostas coerentes e contextualizadas em conversas de *chat*, relacionadas às informações públicas disponíveis, compreendidas pelos dados básicos dos processos disponibilizados no âmbito deste Poder Judiciário.

Central de Atendimento da Corregedoria (CAC)



Com a finalidade de otimizar os atendimentos em uma única plataforma, a Corregedoria, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, criou a Central de Atendimento da Corregedoria (CAC). A Central unifica todos os atendimentos da Corregedoria protocolados por *e-mail*, *WhatsApp* e formulário eletrônico, que está a cargo do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), cuja unidade realizou o total de 35.175 atendimentos nesta gestão.

Com a Central de Atendimento da Corregedoria, dentro do mesmo protocolo de atendimento, o usuário é direcionado a qualquer unidade da CGJGO,

conforme o assunto e a área correlata, dando efetividade e agilidade às demandas administrativas, a exemplo daquelas que se referem às reclamações, sugestões, solicitações de acessos aos sistemas da Corregedoria e conveniados, dentre outras.

Desta forma, o usuário não precisa saber o adequado direcionamento de sua demanda, bastando acionar a Corregedoria-Geral da Justiça por qualquer dos canais disponíveis interligados à CAC, que operacionalizará a triagem e o direcionamento adequado, otimizando os atendimentos.



Central de Atendimento do Primeiro Grau (CAP)

A Central de Atendimento do Primeiro Grau (CAP) visa otimizar o atendimento aos jurisdicionados e advogados, por meio de uma plataforma única e integrada, com foco na resolutividade das demandas.

Essa centralização sistematizada tem como objetivo principal facilitar o acesso dos usuários ao direcionar automaticamente os atendimentos para a unidade judiciária correspondente, tendo como referência o número do processo informado, possibilitando que as questões sejam rapidamente atendidas.

A tecnologia utilizada pela CAP permite a leitura do número do processo, automatiza o direcionamento do atendimento à unidade judiciária correta, elimina a necessidade de busca manual pelo número de telefone da unidade e evita o encaminhamento incorreto das demandas.

Para advogados e partes interessadas, a CAP possibilita o acompanhamento das solicitações via protocolo e utiliza assuntos previamente cadastrados, para que as solicitações sejam mais objetivas e resolutivas, acarretando em um atendimento ágil e eficiente.

► Banco de Interinos e Interventores

A Corregedoria-Geral de Justiça criou o Banco de Interinos e Interventores para o Foro Extrajudicial, por meio do Provimento nº 97/2023, com vistas a viabilizar o cadastro de interessados para atuar em serventias extrajudiciais vagas ou sob intervenção no Estado, permitindo a organização sistemática e propiciando celeridade e efetividade ao processo de escolha, indicação, nomeação e designações de Interinos e Interventores, quando ausentes ou não aplicáveis às hipóteses preferenciais de nomeação previstas nas legislações, evitando que as designações recaiam sobre aqueles que não possuem aptidão ou mesmo que não possam assumir o encargo, quando presente alguma vedação.

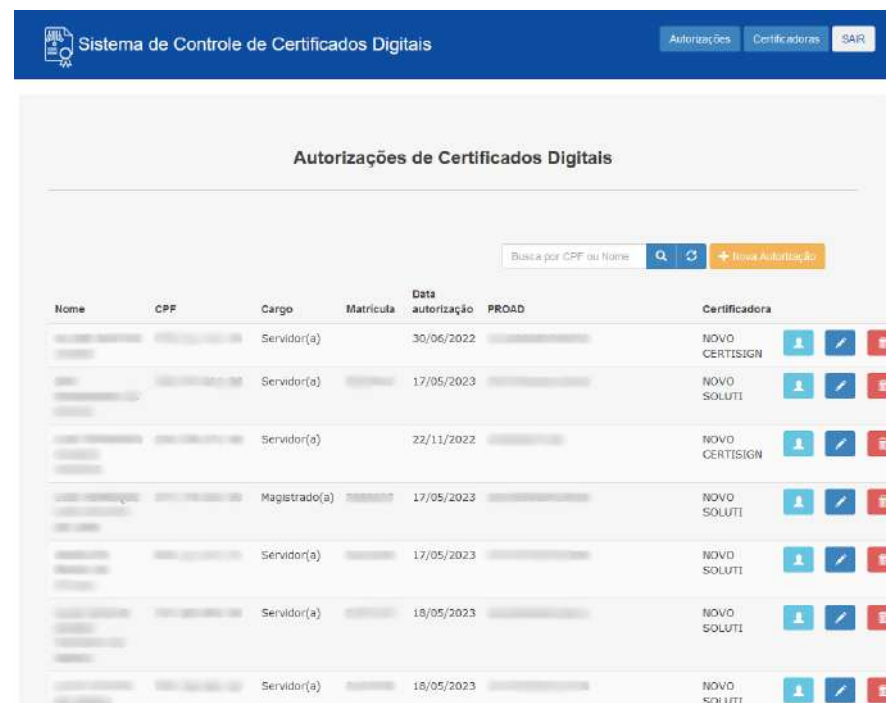
► Sistema de Informação Adicional do Extrajudicial

O Sistema de Informação Adicional do Extrajudicial consiste em nova funcionalidade integrada ao Sistema Extrajudicial Eletrônico (SEE-CGJGO), que não apenas reforça a autenticidade dos documentos emitidos pelas serventias extrajudiciais, mas também altera o modo como as informações são organizadas e acessadas com o envio de dados adicionais sobre os atos praticados, enriquecendo as consultas de autenticidade, garantindo maior proteção contra falsificações e elevando a qualidade dos serviços públicos prestados.

Por intermédio da funcionalidade é possível acessar informações detalhadas sobre prenotações e registros das Reurb-Sociais, permitindo ao “Programa RegularizaÇÃO” um acompanhamento rigoroso sobre diversos parâmetros relativos ao registro das Certidões de Regularizações Fundiárias (CRF's).

► Sistema de Controle de Certificados Digitais Autorizados

O Sistema de Controle de Certificados Digitais (SCCD) implementado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, visa garantir segurança, operacionalidade e autenticidade do certificado ao longo do seu ciclo de vida, permitindo autorizar usuários quando lidam com vários sistemas, verificando e validando os dados, em consonância com a API da Diretoria de Gestão de Pessoas do TJGO, auxiliando e facilitando a gestão e o controle dos Certificados Digitais no âmbito deste Poder Judiciário.



The screenshot displays the 'Sistema de Controle de Certificados Digitais' interface. At the top, there is a navigation bar with the system name and buttons for 'Autorizações', 'Certificadoras', and 'SAR'. Below this is a search bar with the text 'Busca por CPF ou Nome' and a 'Nova Autorização' button. The main content is a table titled 'Autorizações de Certificados Digitais' with the following columns: Nome, CPF, Cargo, Matricula, Data autorização, PROAD, and Certificadora. The table contains several rows of data, each with a set of action icons (person, pencil, and trash) to the right of the 'Certificadora' column.

Nome	CPF	Cargo	Matricula	Data autorização	PROAD	Certificadora
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	30/06/2022	[Redacted]	NOVO CERTISIGN
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	17/05/2023	[Redacted]	NOVO SOLUTI
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	22/11/2022	[Redacted]	NOVO CERTISIGN
[Redacted]	[Redacted]	Magistrado(a)	[Redacted]	17/05/2023	[Redacted]	NOVO SOLUTI
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	17/05/2023	[Redacted]	NOVO SOLUTI
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	18/05/2023	[Redacted]	NOVO SOLUTI
[Redacted]	[Redacted]	Servidor(a)	[Redacted]	18/05/2023	[Redacted]	NOVO SOLUTI

▶ Sistema de Prestação de Contas de Penas Pecuniárias (SIPEC)

Diante da necessidade de uniformizar e aperfeiçoar a rotina da publicação mensal dos recursos oriundos de penas de prestação pecuniária, de requisito de suspensão condicional de processo ou transação penal, a Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do Provimento nº 131/2024, instituiu o Sistema de Prestação de Contas de Penas Pecuniárias da Corregedoria-Geral de Justiça de Goiás (SIPEC) e regulamentou o respectivo procedimento, como forma de alcançar o cumprimento dos princípios da moralidade administrativa e da transparência.



The screenshot shows the SIPEC web application interface. The header includes the SIPEC logo and the text 'Sistema de Prestação de Contas de Penas Pecuniárias' and 'PODER JUDICIÁRIO Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás'. The user profile 'Rafael Silva de Oliveira Santiago' is visible in the top left. The main content area is titled 'Prestação de Contas - Penas Pecuniárias' and contains a form with the following fields: 'Comarca' (dropdown menu), 'Processo' (text input), 'Valor' (text input), 'Entidade Beneficiada' (text input), 'Entidade Beneficiada CNPJ' (text input), 'Descrição' (text area with rich text editor), 'Data' (text input), and 'PDF' (file upload button). At the bottom, there are 'Voltar', 'Limpar', and 'Salvar' buttons.

▶ Sistema de Controle de Débitos

O Sistema de Controle de Débitos consiste em módulo de parcelamento de guias, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça, que permite negociações de débitos inerentes às serventias extrajudiciais do Estado, seguindo as regras de cálculo e atualização de valores utilizados no parcelamento de débitos apurados em fiscalizações realizadas por esta Casa Censora.

Neste sentido, a implementação da ferramenta contribui para minimizar a perda de receita, correspondente aos valores devidos, sobretudo evitando a prescrição tributária e a consequente impossibilidade de cobrança judicial (execução fiscal) dos respectivos tributos devidos.





**MENSAGENS
FINAIS**



1º Juiz Auxiliar da CGJGO

Gustavo Assis Garcia

Tive a grande honra de integrar a diligente equipe do Desembargador Leandro Crispim na gestão da Corregedoria-Geral da Justiça, no biênio 2023/2025, conduzindo o Gabinete Auxiliar 1, com atribuições vastas, mas focadas, sobretudo, nas temáticas relacionadas à área penal, execução penal e infância e juventude.

Foi um período de grandes aprendizados, com inúmeros desafios vencidos. Recebemos duas inspeções do Conselho Nacional de Justiça e conseguimos atender, de modo satisfatório, todas as exigências, recomendações e orientações destinadas ao Tribunal de Justiça goiano.

Participamos ativamente dos Encontros Regionais, levando aos magistrados temas relevantes para o desempenho da judicatura, especialmente no que concerne aos assuntos que integram nossa pasta. Realizamos uma verdadeira cruzada de conscientização junto aos magistrados acerca da alimentação adequada dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça, como o SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento), o CNIEP (Cadastro Nacional de Inspeção em Estabelecimentos Penais), o CNIUPS (Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos) e reforçamos a necessidade de regularização dos mandados de

prisão, alvarás de soltura e outras peças no BNMP (Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões).

Conduzimos procedimentos disciplinares complexos e logramos êxito em finalizá-los de forma adequada, sempre com o apoio incondicional do Corregedor-Geral.

Nesse biênio, desenvolvemos ações relevantes relacionadas aos programas em curso na Corregedoria-Geral da Justiça, especialmente o Programa Pilares, que capacita professores para aplicação das técnicas de Justiça Restaurativa na rede pública de educação; o Programa Apoema, que apoia o corpo funcional do Tribunal de Justiça, gerando ambientes saudáveis para uma boa convivência no trabalho; o Programa Escuta, que previne a exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outros.



De modo especial, implementamos ações no Programa Pai Presente, que atendeu mais de 10.000 pessoas no biênio, propiciando o reconhecimento de mais de 2.000 paternidades, sob a competente coordenação do magistrado Eduardo Perez Oliveira. O programa, inclusive, ganhou uma nova modalidade: o “Pai Presente Volante”, idealizado pelo Desembargador Leandro Crispim e instituído por meio do Provimento nº 125/2024. Além de auxiliar na correção do registro civil de crianças, adolescentes e adultos de maneira espontânea, essa iniciativa permite o deslocamento da equipe por toda a Região Metropolitana de Goiânia, facilitando o acesso das pessoas aos serviços oferecidos e ajudando a reduzir a evasão escolar, bem como a fortalecer os vínculos parentais.

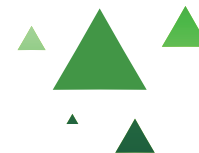
Participamos das ações implementadas pelo Tribunal de Justiça no projeto Raízes Kalungas, realizando diversas visitas às comunidades quilombolas, o que nos propiciou uma adequada compreensão das necessidades enfrentadas pelos moradores da região de Cavalcante, bem como de suas peculiaridades como jurisdicionados.

Realizamos o 1º Encontro dos Conselhos da Comunidade na Execução Penal, reunindo conselheiros de várias comarcas goianas para debates e trocas de experiências, como um passo importante para o aprimoramento da execução penal.

Participamos de incontáveis coordenadorias, comitês, comissões e grupos de trabalho, buscando representar bem a Corregedoria-Geral da Justiça nesses organismos, com o objetivo de colaborar para o aprimoramento da prestação jurisdicional e da eficiência administrativa.

Finalizado o biênio, despedimo-nos da Corregedoria com o sentimento de dever cumprido, agradecidos a Deus pela oportunidade de trabalho, exercido com saúde e disposição. Agradecemos também aos colegas juízes auxiliares Soraya Fagury Brito e Marcus Vinícius Alves de Oliveira, companheiros de primeira hora e parceiros que tornaram nosso trabalho menos dificultoso, assim como ao competente e dedicado corpo funcional da Corregedoria, capitaneado pelo diligente Secretário-Geral Gustavo Machado do Prado Dias Maciel.

Por fim, minha gratidão infinita ao Desembargador Leandro Crispim pela oportunidade de laborar ao seu lado. Os resultados positivos obtidos pela Corregedoria-Geral da Justiça no biênio só foram possíveis porque toda a equipe esteve sob a batuta do Corregedor-Geral da Justiça, um magistrado equilibrado, sereno, firme, dedicado e extremamente trabalhador, verdadeiro modelo a ser seguido.





2ª Juíza Auxiliar da CGJGO

Soraya Fagury Brito

Em final de agosto do ano de 2023, tive a grata surpresa de receber com alegria, o convite do Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Leandro Crispim, para compor sua equipe de trabalho e poder somar com a excelência dos serviços que já vinham sendo desenvolvidos desde o início de sua gestão.

Tão desafiadora quanto a atribuição da pasta que me foi confiada, o serviço extrajudicial, coube-me ainda outras responsabilidades de grande relevância como: arrecadação do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FUNDESP); atualização do Código de Normas do Foro Extrajudicial e do Regimento Interno; Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU); Presidência da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e ao Preconceito entre outras.

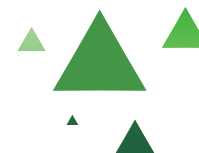
É preciso registrar que em sua gestão, foram implementadas medidas que fortaleceram a credibilidade das serventias e aprimoraram a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, consolidando uma visão estratégica voltada ao aprimoramento do funcionamento do foro extrajudicial e para a promoção de um ambiente jurídico mais seguro e acessível.

Os avanços tecnológicos integrados aos cartórios e o esforço contínuo de capacitação dos profissionais impactaram diretamente a eficiência dos procedimentos. Além disso, o estímulo à regularização fundiária resultou em um legado positivo, beneficiando comunidades vulneráveis e fomentando o desenvolvimento socioeconômico.



Essa trajetória evidencia o compromisso da Corregedoria-Geral da Justiça em assegurar a modernização, a inclusão e a transparência como pilares fundamentais de sua atuação, marcando uma gestão transformadora e orientada por resultados.

Com base nos avanços alcançados e nos desafios identificados, a CGJGO, destacou-se em nível Nacional nos Programas Permanentes instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de combate ao sub-registro, a doação eletrônica de órgãos e a regularização fundiária, reforçando o papel fundamental do foro extrajudicial como instrumento de cidadania e eficácia na administração pública, me dando especial orgulho e satisfação de estar nessa função.





3º Juiz Auxiliar da CGJGO

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

Com muita honra e satisfação, acompanhei de perto os grandes avanços da Corregedoria-Geral da Justiça, sob a condução do Desembargador Leandro Crispim nesse Biênio 2023/2025, um grande ser humano, que com seu trabalho diuturno, sua respeitabilidade e grande conhecimento do funcionamento do Tribunal, chegou já de início com várias propostas de inovação. Vimos uma gestão pautada no diálogo, na valorização de servidores e magistrados, no estabelecimento de metas eficientes e projetos que garantissem a eficácia da prestação jurisdicional, através da orientação e fiscalização, que são as atribuições da Corregedoria.

No exercício da função de 3º Juiz Auxiliar, procurei intensificar as ações da pasta que me foi confiada. Tivemos a oportunidade de conhecer os problemas de cada região do Estado de Goiás como coordenador dos Encontros Regionais, com proximidade e acompanhamento direto na localidade através do gabinete itinerante instituído pelo Corregedor, nos permitindo enxergar, nos três dias em que ficamos em cada região, quais os desafios enfrentados, gerando uma solução específica para cada situação apresentada, além de ofertar capacitação pelos painéis e oficinas sobre gestão, bem como ouvir a comunidade, servidores e magistrados.

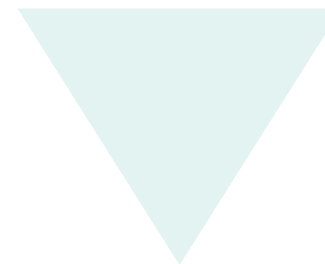
No decorrer dessa atuação, lidamos com o combate a fraudes de alvarás; atendemos diversos juízes e juízas, membros das instituições e comunidade em geral; monitoramos diversas unidades, orientando como melhorar o desempenho;

elaboramos Manual Prático de Rotina Cível e Manual de Gestão de Gabinete de 1º Grau; elaboramos diversos estudos relacionados à atividade dos Oficiais de Justiça, notadamente atualização do valor dos mandados da justiça gratuita; garantimos a agilidade nos cumprimentos dos alvarás; promovemos reuniões que ensejaram a elevação do valor de alçada das execuções fiscais em algumas Comarcas; organizamos tutorias para utilização do SIGESCON, que é uma ferramenta fundamental para organização da gestão de cada unidade; implementamos ferramentas para supervisionar as nomeações de administradores judiciais, arrematantes e peritos; realizamos o mês de combate à improbidade e a semana dos julgamentos colegiados; implementamos ferramentas para monitorar os processos em que magistrados se declarem suspeitos ou impedidos; acompanhamos ainda os pedidos de mudança de moradia, teletrabalho, permuta e ainda vitaliciamento dos magistrados; revisamos diversos atos normativos nas reuniões da CAN, convalidamos diversas portarias dos diretores



de foro; estabelecemos um *ranking* de desempenho da produtividade dos Magistrados de 1º Grau, com lista por ordem; analisamos representações disciplinares; fomos parceiros da Presidência em diversos projetos, com reuniões conjuntas, notadamente no Centro de Inteligência que monitora as demandas predatórias, no Núcleo de Cooperação, na reestruturação das unidades, nos plantões, dentre tantas outras ações.

Cada projeto foi idealizado, amadurecido e concretizado pensando no jurisdicionado, que merece uma prestação jurisdicional rápida e eficaz, com resultados conclusivos de seus processos, aliado ao bem estar dos servidores, magistrados e demais colaboradores. Tudo isso foi possível, em razão da proatividade incessante e sábia do nosso Gestor maior, que sempre motivou e orientou de perto a equipe, incentivando o trabalho conjunto de todos os setores, garantindo assim, o alinhamento das metas e concretização dos projetos que apresentassem efetivas melhorias no trabalho a ser desempenhado por cada servidor ou magistrado. E é com gratidão e sensação de dever cumprido que encerramos essa brilhante gestão, que será lembrada por seus esforços e conquistas, frutos de um trabalho digno e grandioso, com as bênçãos de Deus.





Secretário-Geral da CGJGO

Gustavo Machado do Prado Dias Maciel

É com imensa gratidão e honra que registro minha participação como secretário-geral da Corregedoria-Geral da Justiça durante este biênio – 2023/2025. Agradeço ao excelentíssimo desembargador Leandro Crispim pela confiança depositada em mim para assumir essa valorosa função, que tive o privilégio de desempenhar com dedicação e entusiasmo. Retornar à Corregedoria, onde atuei por uma década (2009-2019), foi especialmente significativo, pois sempre nutri grande carinho e admiração por esta Casa Censora, que desempenha um papel fundamental no fortalecimento do Poder Judiciário goiano.

Sob a liderança do desembargador Leandro Crispim, a Corregedoria viveu uma gestão marcada pelo êxito, pautada em princípios de eficiência, modernização e atendimento às necessidades da sociedade. A dedicação de toda a equipe foi determinante para alcançar os objetivos propostos, sempre com foco no aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Ao longo deste período, inúmeros avanços evidenciaram a eficiência e a inovação que marcaram a gestão. Entre eles, destacam-se a atualização de atos normativos, que consolidou diretrizes essenciais e trouxe impactos positivos tanto para a organização interna quanto para a prestação de serviços ao jurisdicionado, e a reestruturação do quadro de servidores, realizada para adequar a força de trabalho às demandas específicas da Corregedoria, o que fortaleceu

o alinhamento estratégico e valorizou as funções desempenhadas.

A gestão também trouxe inovações tecnológicas significativas, como o desenvolvimento dos sistemas SIGESCON, do Banco de Interinos e Interventores, do Sistema de Prestação de Contas de Penas Pecuniárias (SIPEC), e da Plataforma de Atendimento Eletrônico da Corregedoria (PAE), que contempla três importantes ferramentas: o GPTCor, a Central de Atendimento do Primeiro Grau (CAP) e a Central de Atendimento da Corregedoria (CAC).

Outro destaque da gestão foi o lançamento de uma série de Manuais Práticos de Rotinas, que contribuíram para a padronização e modernização das práticas nas unidades judiciárias. Além disso, foram criados programas inovadores, como o Corregedoria em Foco, o Gabinete Itinerante do Corregedor-Geral, o Regularização e o Pai Presente Volante, reforçando a aproximação da Justiça com a sociedade.



No campo social, a gestão promoveu ações de grande relevância, como o programa "Registre-se!", que ampliou o acesso à documentação básica para populações vulneráveis. Outro marco relevante foi a Adoção Internacional de duas crianças em um caso raro e complexo de adoção tardia, reafirmando o compromisso da Corregedoria com a garantia de direitos fundamentais e a promoção da justiça em todos os níveis.

A capacitação contínua foi uma prioridade, com destaque para o curso "Regularização Fundiária sob o Ponto de Vista Registral" e o "2º Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial", que reuniram profissionais em debates enriquecedores e práticas inovadoras.

Por fim, a gestão intensificou a execução de programas já institucionalizados, como o Escuta, o Pilares e o Apoema, sempre com foco na eficiência, inovação e humanização do atendimento ao público.

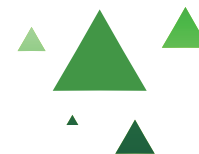
Um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria-Geral foi a coordenação de uma equipe diversa e ampla, composta por aproximadamente 180 colaboradores, incluindo servidores, terceirizados, estagiários e outros profissionais. Foi necessário trabalhar com foco na harmonia, eficiência e motivação de todos os integrantes para alcançar os objetivos estratégicos da gestão.

Agradeço especialmente aos juízes auxiliares da Corregedoria, Dr. Gustavo Assis Garcia, Dr^a. Soraya Fagury Brito e Dr. Marcos Vinícius Alves de Oliveira, cuja fineza no trato e condução dos trabalhos com maestria foram essenciais para o êxito dos trabalhos desenvolvidos. Registro também meu reconhecimento e gratidão a todos os colegas servidores e colaboradores da Corregedoria, cujo comprometimento e

dedicação foram indispensáveis para os resultados alcançados ao longo deste biênio. Sem essa entrega coletiva, não seria possível atingir tantos avanços significativos.

A experiência de contribuir para o fortalecimento da Corregedoria reforçou minha convicção na importância do papel que esta instituição desempenha no aperfeiçoamento do Poder Judiciário e na promoção da justiça. Reafirmo minha gratidão ao excelentíssimo desembargador Leandro Crispim por ter tido a oportunidade de participar dessa jornada e expresso minha confiança de que os avanços realizados continuarão a produzir frutos para a sociedade.

Concluo este ciclo com a convicção de que a dedicação conjunta e o compromisso com a excelência institucional deixarão um legado duradouro. Ao me despedir desta função, renovo minha disposição para continuar servindo ao interesse público, seja onde estiver, e desejo pleno êxito às futuras gestões, que, com sua visão e liderança, certamente continuarão a promover avanços em prol da justiça e do bem-estar da sociedade goiana.





Equipe da CGJGO

Gestão 2023/2025

Abirone da Silva Aranha Júnior
Ademar de Souza Borges Filho
Alberto Nunes Guerra
Alex Alexandre de Moraes
Alexandre Paiva Veiga
Aliny Flávia Sampaio Martins
Aliny Honório da Silva
Amanda Meneses Campos
Ana Carla do Amaral de Oliveira
Ana Cláudia de Armas Mola
Ana Lúcia de Moura Ornelas
André Fernandes Chaves
Andreza Barcelos Ribeiro Santos
Angelina Miranda de M. Bautzer Silvestre
Anna Luisa do Carmo Braga
Ari Pereira Barbosa
Benilde Arruda Dutra
Bruno Castro Vendramini
Carla Cecilha Inácio Pereira
Carlos Frederico Soares de Castro
Claudilene Ferreira Mendanha
Clécio Silva Marquez
Cremilda Rodrigues da Silva
Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes

Deuclieux Roriz Campos
Diego Cardoso Evangelista
Diuly Caliny Porfírio da Silva
Domingos da Silva Chaves Júnior
Donisete Camargos Kobayashi
Edson José dos Santos
Elaine Cristine Costa e Silva
Elisângela de Moraes Ferreira Teles
Ellen Fernanda Hilário Oliveira
Enideê Aparecida Gonçalves
Eulice Peixoto dos Santos
Fábio Magalhães Gonçalves
Fábio Teixeira Torres
Felipe Aires Gonçalves Vieira
Fernanda de Souza Garcia Vargas
Fernanda Moreira de Castro
Fernanda Souza Dias Martins
Flávia Maria Fagundes
Francijane Maria de C. Vieira Moreira
Gisele Gondin Teixeira
Gláucia Alves de Mendonça Ferreira
Guilherme da Paixão Costa Ferreira
Gustavo Machado do Prado Dias Maciel
Hellen Bueno Valadão Mendes

Herson Aguiar Palhano
Hudson Cândido Rodrigues
Isabel de Oliveira Carvalho
Isabel Maria da Silva Ferreira
Isabela de Campos Faria Peixoto Mendonça
Isabela Sardinha Lisboa Leite
Izabel Cristina Santana e Correa
Janete Jacinta Arruda
João Daniel dos Santos
João Paulo Cavalcante Presa
Joaquim Fleury Ramos Jubé
José Marlei de Sousa
Jurema Marques Palmeira Modesto
Kariton Miller Gonçalves
Kenedy Augusto Batista Pereira
Larissa Conceição Bomfim Alves
Larissa Vilela Carvalho
Larissy Araújo Tavares
Leandro Araújo Barros
Leandro Mendonça de Araújo
Letíce Sousa Silveira
Letícia Monteiro Vieira Rocha
Liana Machado do Prado Dias Maciel
Lígia Beatriz de Bastos Carvalho

Lívia Fernanda de Oliveira
Lívia Mendes Frota
Luana Rios Vellasco Camargo
Lucas Alves Furtado
Luciana Cristina Pereira Soares
Luciana Pinho Chaves
Luciana Rodrigues de Sousa Amorim
Luciano Francisco de Oliveira Novais
Maraísa Franco Ferreira
Marcelo de Amorim
Marcelo Giovane Silva
Márcia Rabelo de Almeida
Marcirley Maria da Silva
Marco Antônio de Oliveira Lemos Júnior
Marcos Antônio Guerra Pires
Maria Beatriz Passos Vieira Borrás
Maria Carolina Oscar Abrão
Maria Madalena de Sousa
Maria Nilva Fernandes da Silva
Mariana Ribeiro da Cunha
Marly Alves da Rocha
Matheus Carvalho de Sena Conceição
Maysa Teixeira Santos
Myrelle Motta Oliveira
Nair de Souza Monteiro de Almeida
Najara Lobo e Bomfim
Natal Vieira Júnior
Natália de Almeida Costa
Neilliane Fernandes de Siqueira
Normínio Charu Ramos Júnior
Paranahyba Santana

Patrícia Cardoso Valente
Paulo César Araújo de Castro
Priscila Marques Cavalcante Lemos
Rafael Silva de Oliveira Santiago
Raquel Caetano Moreira
Renata Gaudie
Renata Souza Dias Locatelli de Oliveira
Roberta Saraiva Bandeira de Lima
Ronaldo Taveira Loyola
Rosana Carla Balestra Rodrigues
Sara Cristina Miguel dos Santos
Sérgio Dias dos Santos Júnior
Sílvia Maria G. Santos de Lacerda S. Curvo
Simone Teixeira de Moraes
Suzana Estevam de Almeida Alvarenga
Tales Estevam de Andrade Vilela Dias
Tânia Cândida Fernandes
Tatiana Ribeiro Freire Franco
Tatiana Silva Chadud de Freitas
Tiago Alves Pereira Cardoso
Ubiratan Alves Barros
Valéria de Fátima Moreira
Vannessa de Almeida Santos Silva
Vanessa Linhares Guimarães Lima
Vitória Moura de Andrade
Víctor Flávio Oliveira Santos
Virgínnia Ricardo de Sousa Gonçalves
Wilana Carlos da Silva
William Pires Caldeira
William Rocha Parreira
Wilton Adriano Rezende





Considerações Finais

Grandes realizações são frutos de uma equipe dedicada e, principalmente, da liderança visionária e sensível de um gestor competente. Sob a condução exemplar do Desembargador Leandro Crispim, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), no biênio 2023/2025, consolidou-se como modelo de eficiência e compromisso com a prestação jurisdicional de qualidade.

Ao longo desta gestão restou evidenciada uma grande habilidade administrativa ao restar assegurada a continuidade do senso de comprometimento, responsabilidade e dedicação dentre os profissionais que compõem este Órgão Censor e que atuam diretamente na missão de servir o jurisdicionado e promover a tão almejada paz social.

Um dos primeiros desafios enfrentados foi a elaboração do Plano de Gestão 2023/2025. Esse processo contou com a participação ativa de todos os integrantes da CGJGO, incluindo o Corregedor-Geral, Juízes Auxiliares, Secretário-Geral, Equipe da Assessoria Jurídica, Diretores e Servidores de Áreas e Divisões desta Corregedoria. Sob a inspiração de liderança firme e justa, o plano foi estruturado em 10 (dez) metas alinhadas aos 12 (doze) Macrodesafios do Poder Judiciário estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o sexênio 2021/2026.

O foco principal deste planejamento estratégico foi implementar uma prestação jurisdicional ágil, eficiente, ética e transparente no 1º grau de jurisdição do Estado de Goiás, além de elevar o patamar de qualidade dos serviços extrajudiciais ainda mais. Os programas, projetos, ações e iniciativas desenvolvidos neste biênio reforçaram o compromisso da CGJGO em aprimorar continuamente suas atividades, atendendo efetivamente os anseios dos cidadãos goianos.

Durante a gestão, diversas iniciativas estratégicas destacaram-se por sua relevância e impacto. Dentre elas, merecem menção exemplificativa:

- Implementação da gestão horizontal colaborativa no “Programa Encontros Regionais” realizado nas 13 (treze) Regiões Judiciárias do Estado de Goiás;
- Criação da Plataforma de Atendimento Eletrônico (PAE/CGJGO), que reúne três sistemas de suporte (CAC, CAP e GPTCor), os quais utilizam tecnologia avançada e inteligência artificial para proporcionar serviços mais eficientes e acessíveis à sociedade;
- Lançamento do Sistema de Gestão e Controle da Corregedoria (SIGESCON), consistente em importante ferramenta tecnológica que busca aprimorar a eficiência das atividades no 1º grau de jurisdição;

- Instituição do “Programa RegularizaÇÃO”, pelo Provimento Conjunto nº 14/2023, focado na regularização fundiária de interesse social, que busca estabelecer a adesão dos municípios goianos e reforçar a parceria dos serviços registrares imobiliários, visando, sobretudo, garantir o direito à moradia e eficiência nos processos de regularização em casos que tais;

- Concretização da 1ª e 2ª Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se!”, com atendimento às pessoas em extrema vulnerabilidade social em situação de rua, além das populações carcerária e indígena em Goiás;

- Apresentação do “Programa Pai Presente Volante”, com o intuito de facilitar o reconhecimento tardio de paternidade na região metropolitana de Goiânia; e a

- Realização do “2º Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial”, imprimindo sequência na interação de conhecimentos e boas práticas.

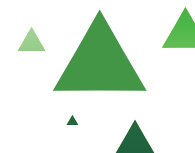
Além disso, foram implementadas várias outras ferramentas tecnológicas e sistemas informatizados pela área de Tecnologia da Informação da CGJGO, que contribuíram para a modernização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Nenhuma conquista seria possível sem o trabalho incansável de magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e colaboradores, tendo em vista que cada integrante das equipes desta Corregedoria desempenhou um papel essencial, unindo esforços individuais e coletivos para alcançar os resultados almejados.

A expressão que melhor define este biênio é “gestão inovadora integrada”, seja pelo aguçado senso administrativo do nosso Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Leandro Crispim, seja pelo empenho, dedicação e comprometimento de todos que contribuíram para o sucesso das ações estratégicas desenvolvidas no período 2023/2025.

Que os desafios futuros tragam novas oportunidades para a construção contínua de uma Corregedoria cada vez mais forte, eficaz e comprometida com a sociedade goiana.

Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO





Expediente

Realização

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

Administração

Desembargador Leandro Crispim

Coordenação Geral

Gustavo Machado do Prado Dias Maciel

Coordenação Executiva

Clécio Marquez

Texto

Diretoria de Planejamento e Programas da CGJGO

Revisão de Texto

Glaúcia Alves de Mendonça Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Hellen Bueno Valadão Mendes

Colaboradores

Juízes Auxiliares da CGJGO

Secretaria-Geral da CGJGO

Assessoria Jurídica do Corregedor-Geral da Justiça

Diretoria de Correição e Serviços de Apoio da CGJGO

Diretoria de Tecnologia da Informação da CGJGO

Divisão de Comunicação Social da CGJGO

Divisão de Protocolo e Gerenciamento de Sistemas Administrativos da CGJGO

Divisão Interprofissional Forense e CEJAI da CGJGO

Secretaria Executiva da CGJGO

Secretaria do Programa Pai Presente da CGJGO

Serviço de Atendimento ao Usuário da CGJGO

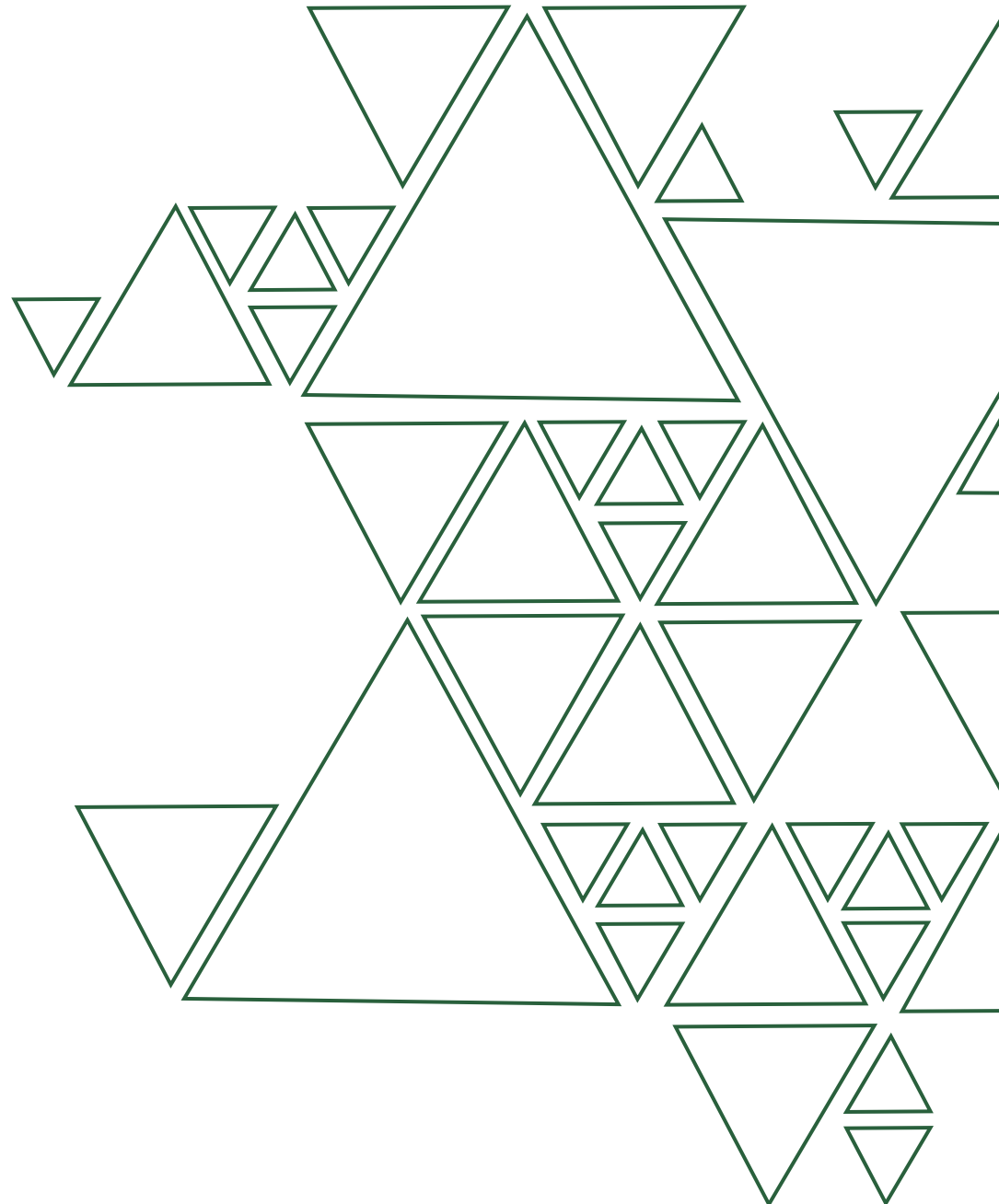
Impressão e Montagem

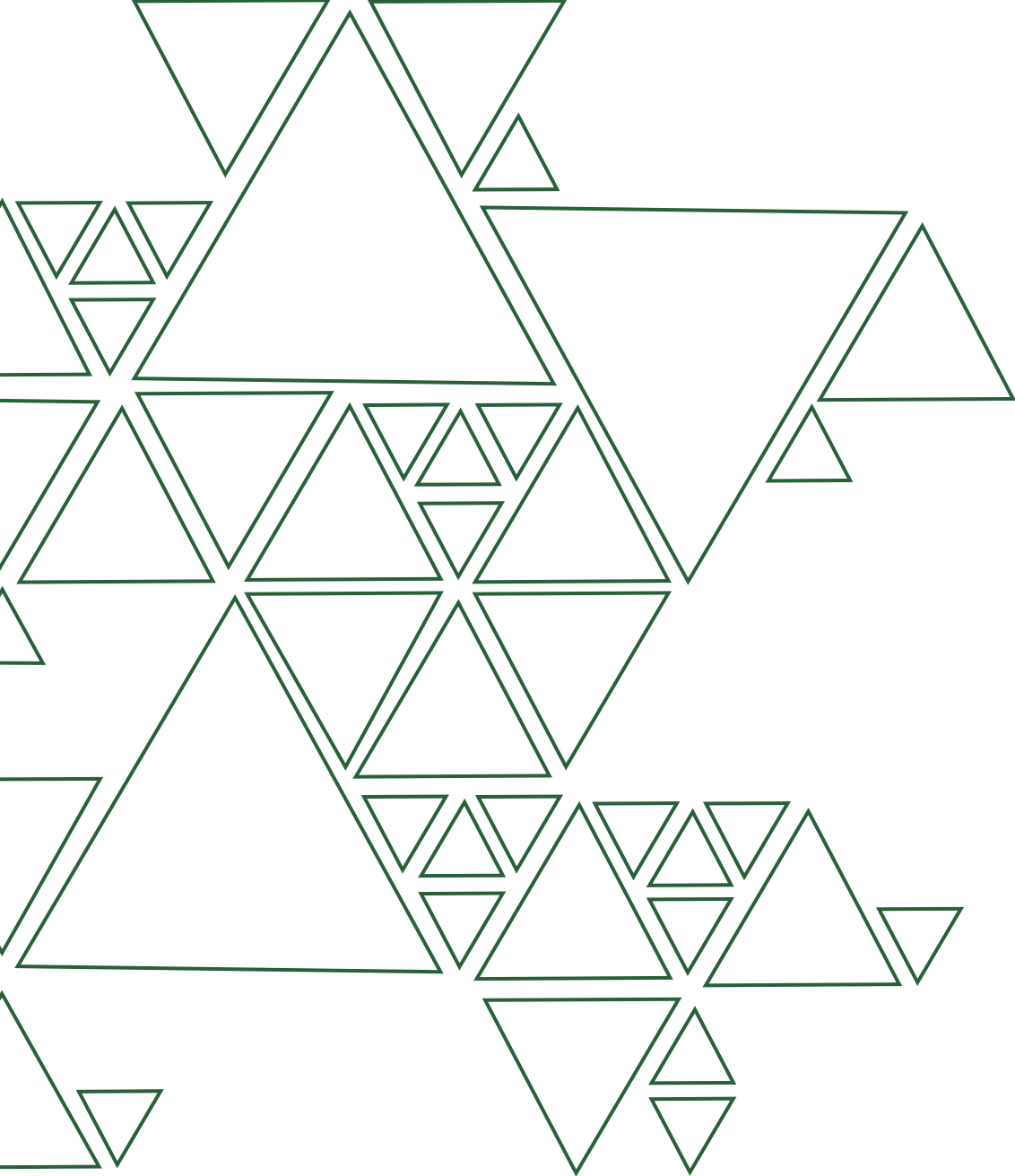
Divisão de Impressão Digital do TJGO



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO GOIÁS

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, térreo, Setor Oeste
Goiânia-GO | CEP 74130-011 | (62) 3236-5400
<https://corregedoria.tjgo.jus.br>







PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás

